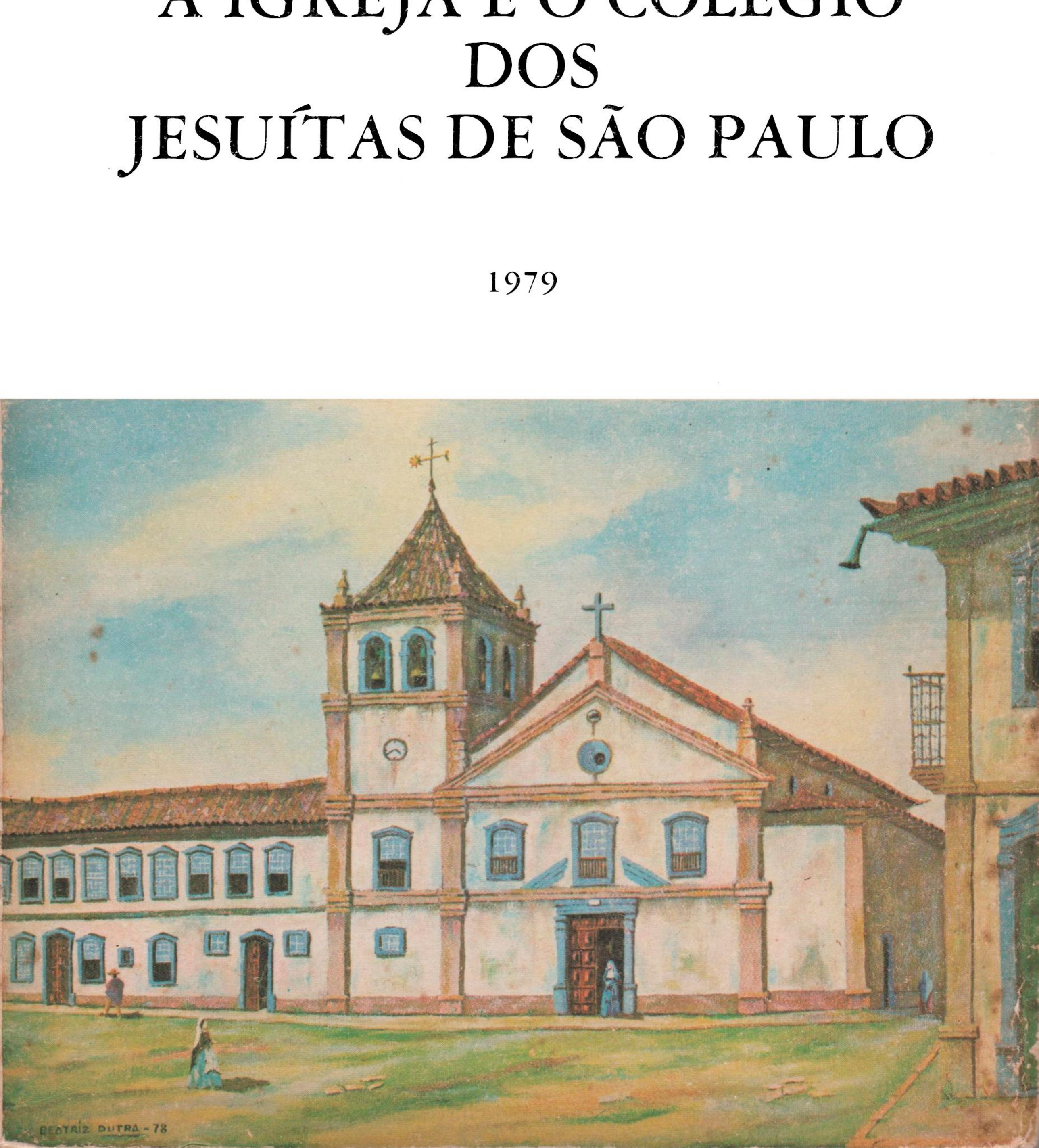
GERALDO DUTRA DE MORAES

A IGREJA E O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE SÃO PAULO

1979



À Nossa Senhora do Rosário.

GERALDO DUTRA DE MORAES

A IGREJA E O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1979

Este livro foi escaneado por Bruno Bonavigo.

Sinta-se livre para compartilhar, desde que não arranque estes créditos e a dedicatória. Caso queira, reze uma Ave-Maria por mim e pela alma do autor.

Deus abençoe.

O link da postagem no Archive, para eventuais correções da formatação, é:

https://archive.org/details/a-igreja-e-o-colegio-dos-jesuitas-de-sao-paulo

Se deseja contribuir com meu trabalho de preservação da história, considere fazer uma doação. Chave Pix: b0n4vigo@gmail.com. Aceito também suas orações.

CAPA

Ilustração: **Beatriz Dutra**
Títulos: **"O Pátio do Colégio em 1750"**
"Altar-mor da Igreja do Colégio de S. Paulo (1680)"
Pintura: **Reprodução de originais**
(óleo sobre tela 58 x 35cm e 81 x 65cm)

A
Paulo Salim Maluf
pelo seu muito amor a São Paulo

PREFÁCIO

O autor desta obra é dos mais ativos e antigos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Dedicado e operoso historiador, enriqueceu a sua bagagem literária com mais este trabalho, cujas características são as mesmas dos seus anteriores estudos históricos. Portanto, obras publicadas em bom número e boa qualidade.

É conhecedor perspicaz da arte colonial. Não desdenha os seus conhecimentos ao descrever e aprofundar o estudo do tema de valor, bem escolhido e circunscrito à Igreja e ao colégio dos jesuítas de São Paulo.

Amplo e rigorosamente especializado o vocabulário respectivo. Dá largas à sua curiosidade de amigo das minúcias, indispensáveis ainda ao desdobramento do objetivo de analisar não apenas a primeira humilde choupana, que serviu de capela no início da missão jesuítica no planalto de Piratininga, mas ainda às igrejas que se lhe seguiram no mesmo chão.

Critica miúda e profundamente certos aspectos da questão, que por ser histórica o leva a muitas fadigas no campo da investigação.

Busca as fontes primárias já impressas ou, mais difíceis ainda, as inéditas, que investigou nos arquivos brasileiros, portugueses, castelhanos, italianos e no do Vaticano. E sabe aproveitar e resumir quanto colheu nessas searas ricas.

Ainda de acordo com os fatos, não se limita à arquitetura, pois desce à descrição dos altares, inclusive ao destinado à imagem de Anchieta, cujo processo de canonização corria em Roma desde 1627.

No estudo das imagens ocupa-se com a do padroeiro da matriz, São Paulo apóstolo e a da Senhora da Assunção,

padroeira principal da paróquia e da futura arquidiocese. Salienta a imagem piedosíssima do Bom Jesus, cuja devoção é até hoje a mais difundida no Brasil, sem dúvida pelo desvelo inicial de Anchieta por toda parte aonde andou.

Enfim leva-nos a obra ao reconhecimento da pobreza dos paulistas nos séculos de quinhentos a oitocentos, carecentes do necessário para o maior esplendor do culto externo, tão justamente desejado pelos jesuítas. O Creso colonial não passa de figura de retórica no tocante ao padre Guilherme Pompeu de Almeida, só porque sobressaiu além do nível dos demais paulistas.

Ressalta a obra, mais uma vez, que não precisamos de recorrer às lendas que douram o nascimento da maioria dos povos, como a de Rômulo e Remo, aleitados pela loba.

Resta-nos muito pouco do início de São Paulo de Piratininga, mas é o bastante para nos recordar o passado deste pedaço de chão sagrado da pátria.

Pisaram-no Anchieta, João Ramalho, sua mulher Bartira, seu sogro o cacique Tibiriçá; o cacique Caiubi; os valentes guaianazes e tupiniquins, falando todos por muito tempo a língua tupi, vivendo cristãmente e no cristianismo formando os seus pósteros ou os seus descendentes. Entre estes também me incluo.

Desmoronou no dia 13 de março de 1896 boa parte da derradeira igreja colonial.

O colégio fora convertido em residência dos governadores desde 1765 até 1908. Tornou-se, a seguir, palácio dos despachos governamentais.

Com que emoção ali despachei de 13 de novembro de 1932 a 5 de julho de 1933, quando secretário geral do Estado de São Paulo.

Revivi então em minha mente todo o passado glorioso ou tempestuoso dos nossos avoengos. Pude ainda contemplar diariamente a sua fachada, embora renovada, e pelas janelas do fundo, a ribanceira que dava para a enorme Várzea do Carmo até o

Tamanduateí. À esquerda, azulada, a distante serra da Cantareira.

Geraldo Dutra de Moraes, nesta obra, reproduz o mesmo espetáculo grandioso, eloqüente e sentimental aos que lerem as suas belas páginas, admirarem as ilustrações, originais em maioria, principalmente as da capa e contracapa de autoria de sua mulher Beatriz Dutra, notável pintora.

A documentação, enfim, é tão rica, tão numerosa, tão original – aliás decorrente da assinalada longa pesquisa – que se não encontra em nenhuma outra obra que a supere.

Pela primeira vez tal riqueza e originalidade surgem em livro, tanto a do texto quanto a iconografia, realizando assim a grande tarefa de salvar da destruição os monumentos históricos, sejam textos, objetos ou edifícios.

É pois a forma de gravar-se o perecível.

J. C. ATALIBA NOGUEIRA

O MAGNO ACONTECIMENTO

A fundação de São Paulo de Piratininga é, sem dúvida, uma das mais belas e gloriosas páginas da História do Brasil, cujo contexto define os alicerces da nacionalidade.

O magno acontecimento de 1554, do qual muito se orgulham os paulistas, sempre ciosos de sua saga, desenrolou-se sob as bênçãos de Deus, à sombra benfazeja da humilde e precária ermida dos jesuítas, esses denodados bandeirantes da civilização cristã, a quem tanto deve a Pátria estremecida. A cerimônia da missa gratulatória celebrada pelo inolvidável padre Manuel de Paiva, acolitado por José de Anchieta (1) teve, como assistentes e testemunhas fatuais, um conspícuo grupo de abnegados sacerdotes e noviços inacinos. Foi presenciada por João Ramalho, sua mulher a índia Bartira, e alguns portuguêses vindos de Santo André da Borda do Campo, além dos destemidos morubixabas Tibiriçá e Caiubi, que se faziam acompanhar de numerosos índios das tribos dos Guaianás e Tupiniquins. Foi, pois, sob a égide de São Paulo, apóstolo dos gentios e da hóstia eucarística que se originou o primitivo núcleo do Campo de Piratininga, constituindo esse memorável episódio quinhentista o mais eloqüente atestado de fé religiosa.

Nunca será assaz louvada a missão silenciosa dos admiráveis padres jesuítas que, desassombradamente, preferiam as vicissitudes do sertão agreste ao retiro do claustro. Esses fervorosos ministros de Deus, num zelo quase inverossímil, palmilharam centenas de léguas, infiltrando-se pelas aldeias indígenas, com o objetivo de evangelizar o aborígene, implantar o domínio da virtude e corrigir o vício que lhe avassalava a alma. No drama da conquista reagiram abertamente contra a impiedosa escravatura do silvícola, revelando uma coragem, firmeza e renúncia pessoal, de que só era mesmo capaz o estoicismo daqueles apóstolos que, junto da cruz de Cristo, traziam a mensagem de amor, fraternidade e civilização. A ação saliente dos jesuítas constitui gloriosa epopéia, que muito contribuiu para que se fixassem os destinos históricos e a própria mentalidade brasileira.

Perdem-se na poeira dos séculos as minudências relativas aos primórdios da fundação do Campo de Piratininga, notadamente no que tange à comprovação do mérito histórico de precursor, auréola atribuída simultaneamente a Nóbrega e a Anchieta. São episódios remotos, nebulosos, que geram discussões acaloradas entre os

historiadores, suscitando conjeturas antagônicas, divagações filosóficas, interpretações polêmicas e ilações apaixonantes. A fim de resolver a secular querela e contentar as opiniões divergentes, os moderados apontam uma solução hábil e axiomática: se Nóbrega idealizou, Anchieta realizou e Manuel de Paiva santificou. Assim, colocaram no pedestal da glória a tríade augusta.

A documentação conhecida, existente em os arquivos brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos e do Vaticano, concentra-se na preciosa coleção de cartas dos jesuítas, mensagens dirigidas ao padre Inácio de Loiola (2) e demais próceres de além-mar, material acrescido de algumas crônicas e de escassa correspondência das autoridades régias, coetâneas do épico sucesso de 1554. Ocorre lembrar que os arquivos dos jesuítas de São Paulo foram incinerados, em verdadeiro auto-de-fé, pela sanha dos iconoclastas, quando da lamentável expulsão verificada em 1640, sacrilégio que se repetiria em 1759, por ordem do truculento e onipotente Marquês de Pombal.

Contudo, não há negar que, a 12 de outubro de 1532, Martim Afonso de Souza fundara a povoação de Piratininga, com o foral de Vila, fato comprovado em o *"Diário de Navegação"* de Pero Lopes de Souza, testemunha ocular da ocorrência. Diz o documento:

"... determinou de povoar e deu a todos os homens terra para fazerem fazendas e fez uma vila na ilha de São Vicente e outra a nove léguas dentro do sertão à borda dum rio que se chama Piratininga e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa obra de Justiça etc." (3).

Além disso, cumpre recordar que a mensagem dirigida ao Rei Dom João III, em 1º de junho de 1553, assinada por Tomé de Souza, Governador Geral do Brasil, ratifica plenamente a fundação "oficial" de São Paulo. Portanto, Martim Afonso de Souza e Tomé de Souza antecederam aos feitos dos jesuítas, embora o fizessem por meio de resoluções inoperantes, sem a mínima possibilidade de êxito, em termos de realização prática, exequível.

Pretendia-se, isto sim, corrigir o Tratado de Tordesilhas, comprometido por distorções unilaterais, que prejudicavam os interesses lusitanos. As determinações de Portugal objetivavam ambiciosas funções geopolíticas: a necessidade inadiável de ampliar o território brasileiro, dando-lhe uma base geográfica mais vasta do que a imposta pelo meridiano divisório de Tordesilhas; fórmula transitória, mas única possível de resolver problemas de soberania em espaços

desconhecidos (4). Somente o povoamento, admitia a argúcia da diplomacia portuguesa, poderia garantir o *uti possidetis,* condição jurídica capaz de refrear a expansão territorial espanhola. Em tais circunstâncias, a alternativa que se oferecia ao Rei era atribuir aos inacinos a magna tarefa de dilatar as fronteiras, salpicando-as de povoados, conquista que, na centúria seguinte, seria efetivada pelos bandeirantes. Daí a razão pela qual tanto se preocupava o padre Manuel da Nóbrega em abandonar os Campos de Piratininga, a "boca do sertão", e seguir, ostensivamente, para as bandas do Paraguai, em demanda dos carijós. Dir-se-ia o início da marcha para o extremo Oeste.

---

(1) Na época, Anchieta contava apenas 19 anos de idade. Era donato, irmão leigo professo da Companhia de Jesus, porém, revestido de hábito em regime de comunidade religiosa.
(2) Antes de ingressar na vida monástica, chamava-se Don Iñigo López de Recalde, nobre espanhol, educado na corte de Fernando e Isabel.
(3) Biblioteca da Torre do Tombo (Códice 51 - IX - 17).
(4) Jaime Corrêsão, in *"Paulicea e Lusitana Monumenta Historica"*, Lisboa ed. 1956.

A fundação da cidade de São Paulo. Quadro a óleo de Oscar Pereira da Silva, pertencente à pinacoteca do Museu Paulista

PAUPERCULA DOMUS

Mas em que lendária *cabana* situada no abrupto planalto de Inhapuambuçu, a cavaleiro do Tamanduateí (hoje Pátio do Colégio) teria o padre Manuel de Paiva celebrado a famosa missa de 25 de janeiro, cuja solenidade constitui a certidão de nascimento de São Paulo? Há três hipóteses aventadas pelos doutos: missa campal, tendo a imensidão do céu por zimbório; na rústica capelinha coberta de colmo, onde Nóbrega oficiou missa em 29 de agosto de 1553 e batizou cinqüenta catecúmenos, deixando no lugar "dois irmãos" (Manuel de Paiva e Manuel de Chaves); finalmente, na promiscuidade da mísera casinha *(paupercula domus)* feita de pau-a-pique, com a ajuda pessoal de Tibiriçá (5), que servia simultaneamente de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e despensa, à qual se refere Anchieta na quadrimestre de maio.

O exame das opções ora formuladas se configura uma questão fundamental, embora o assunto seja controverso, em termos de interpretação, em face das informações contraditórias insertas em os manuscritos jesuíticos. Senão vejamos:

Vários historiógrafos brasileiros acolhem, sem maiores ponderações exegéticas, os imprecisos e confusos informes contidos nas cartas anchietanas, máxime as quadrimestrais de maio a setembro de 1554, relegando a plano secundário outros importantíssimos depoimentos de abalizados escribas quinhentistas, inclusive os lúcidos esclarecimentos de Nóbrega, então Provincial da Companhia de Jesus, no Brasil (6).

Apegam-se ao texto da famosa quadrimestre do irmão Anchieta, segundo o qual a primeira missa fora celebrada "em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo catorze passos de comprimento por dez de largura".

Afirma Anchieta em seu precioso relatório, datado de 1554, dirigido ao padre Inácio de Loiola, sediado em Roma: "... *A Ianuario usque in presens tempus, nonnunquam plusquam viginti in paupercula domo, luto et lignis contexta, paleis cooperta 14 pasuum longitudinem, decem vero latitudinem continente, mansimus, ubi schola, infirmatorium, dormitorium, refectorium, coquina, penus simul sunt, nec tamen amplarum habitationum quibus alibi Fratres nostri utuntur nos movet desiderium. Hanc domum ipsimet Indi in nostrum usum construxerunt, nunc aliam aliquanto maiorem facere paramus, cuius opifices nos erimus cum sudore vultus nostri et Indorum*

auxilio" (7). Mais adiante, Anchieta não se esquece de acrescentar: "... *in pauperrimo et vetustissimo"* deixando claro a incontestável existência de outra humilde "cabana", tapera antiquíssima, encontrada pelos jesuítas, em janeiro de 1554. Certamente, tratava-se de uma das rudimentares construções remanescentes da efêmera Vila de Piratininga, criada em 1532, por Martim Afonso de Souza.

Não pretendemos contestar ninguém e tampouco propor uma tese de natureza polêmica. Preferimos admitir a existência racional, lógica e convincente de outra choupana ou um puxado adicional, à guisa de capela, dependência destinada privativamente ao exercício do culto religioso. Seria inadmissível que os virtuosos sacerdotes jesuítas, tão austeros e cônscios de suas rígidas regras morais, rezassem as missas matutinas, diante do Santíssimo Sacramento, de imagens de santos e demais objetos sacros da liturgia, no mesmo ambiente profanado pela compreensível freqüência de índias desnudas, "virgens tentadoras da terra". O lugar era obviamente impróprio, pois utilizado para dormitório, enfermaria, refeitório, cozinha, escola, clausura e outras serventias reservadas exclusivamente aos homens. E isto, durante o dilatado período de dois anos (1554/56) quando a mão-de-obra indígena era farta e o material disponível.

Posteriormente Anchieta se refere, embora indiretamente, à primitiva ermida *(domuncula)* consoante o trecho de sua interessante mensagem ao Provincial de Portugal, datada de dezembro de 1556: "...o primeiro de novembro nós passamos e entramos com procissão em nossa *igreja nova*, feita com o trabalho dos Irmãos, maiormente com o suor do padre Afonso Brás" (8). Ora, se construíram *igreja nova,* obviamente ela teria sucedido a uma certa *capela velha,* existente no local, raciocínio que confirma a assertiva peremptória de Nóbrega: "Fizemos casa e igreja", isto é, *"domus"* e *"domuncula"* (9).

Em suas periódicas andanças de catequização, os jesuítas costumavam trazer caixas pesadíssimas contendo o apetrecho necessário às cerimônias do Culto Divino: altar portátil, imagens, paramentos e alfaias. Em 1553 foram despachadas em Lisboa, a bordo da capitânia "Nossa Senhora dos Navegantes", três caixas contendo "objetos sacros" que se destinavam aos padres da Companhia de Jesus, estabelecidos em S. Vicente. O conhecimento de embarque relaciona o conteúdo da carga, por unidade: "altar portátil, realejo (órgão), paramentos das quatro cores, toalhas bordadas, estola, manípulo, sobrepeliz, casula, alva, dalmática, manustérgio, capa de asperges, pálio, estandartes, oratórios, imagens, crucifixo, custódia, relicário do

Santo Lenho, cruz processional, pedra d'ara, cálice, pátena, galhetas, sanguíneo, pala, âmbula, Missal Romano, Livro de Cânticos Gregorianos, pano de estante, turíbulo e naveta, incenso, gomil, hostiário, campainha, caldeira e hissope, estojo de Santos Óleos, sino, castiçais, velas, ferros de fazer hóstias e outro de cortar partículas" (10).

Provavelmente, um desses caixotes veio, em 1554, para Piratininga, junto com a modesta bagagem do grupo de jesuítas. Esse valiosíssimo material sacro não poderia permanecer, em meio da compreensível balbúrdia reinante no pequeno espaço da mísera cabana missioneira, e muito menos ao alcance da curiosidade dos bugres, ávidos de enfeites coloridos. Abrigaram-no definitivamente na rústica ermida, lugar digno e adequado, que oferecia maior segurança e preservação. Nessa sacrossanta capelinha, oficiavam missas diárias e demais atos litúrgicos os padres Manuel de Paiva, Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues, Afonso Brás e, às vezes, Nóbrega, acolitados pelos noviços José de Anchïeta, Diogo Jácome, Gregório Serrão, Manuel de Chaves e Pero Correia.

A construção da paupérrima casa *(tuguriolum)* a que se refere Anchieta, não obedecia à técnica autóctone. Os índios guaianás e tupiniquins eram nômades e faziam suas malocas para utilização temporária, sem o mínimo interesse de durabilidade. Empregavam um sistema construtivo empírico e rudimentar, herdado dos ancestrais. Guerreiros por índole, abandonavam a taba por qualquer motivo, para construí-la mato-a-dentro, onde houvesse melhores condições de sobrevivência.

A primitiva casa jesuítica de S. Paulo era de pau-a-pique e obedecia à técnica de construção rural portuguesa, trazida para o Brasil no início do século XVI. Trata-se de processo anterior à taipa, em que as paredes possuem uma armação de paus, varas ou taquaras verticais, unidos entre si por uma série de pequenas varetas eqüidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e do lado de dentro, tendo o cipó como amarração. Essa trama de taquaras fixadas, em baixo nos alicerces e, em cima, nos esteios, é preenchida de barro socado. Depois, pintavam-se as paredes com vários demãos de tabatinga.

O sistema de pau-a-pique deve ter sido introduzido em S.Paulo por João Ramalho ou algum jesuíta. Talvez a iniciativa pioneira caiba ao padre Manuel da Nóbrega, que autorizou e supervisionou a construção, confiando-a aos índios de Tibiriçá. É a mesma técnica de

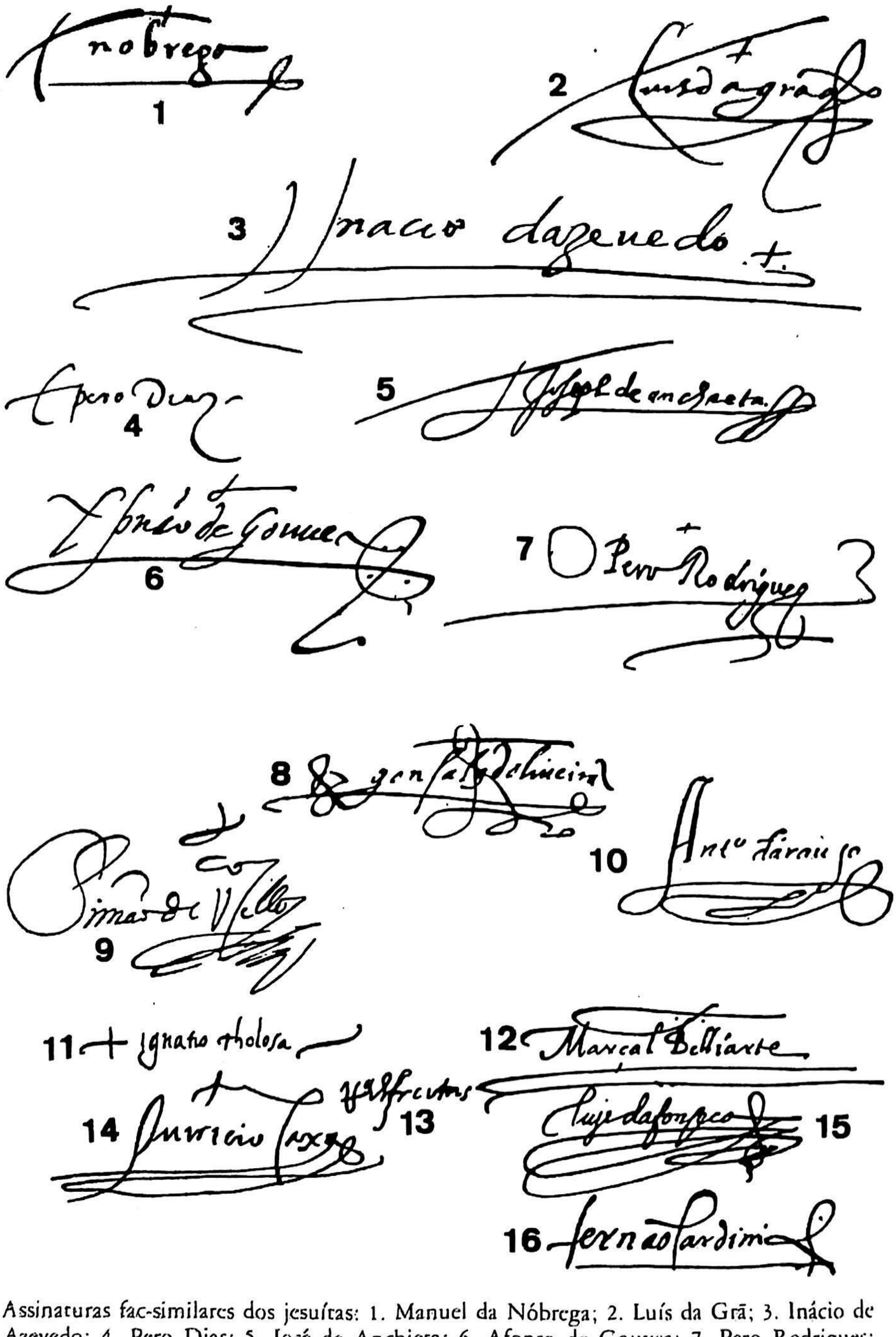
construção dos mucambos, ainda hoje largamente empregada no Nordeste, pelas populações de baixo nível. Segundo as dimensões citadas por Anchieta, a área ocupada pela choupana abrangia, precisamente, 14 passos craveiros de comprimento por 10 de largura, medida antiga portuguesa que corresponde, na escala atual, a 95,28 m^2.

Na humílima casa *paupercula domus,* desprovida do mínimo conforto, funcionavam também o seminário e a escola de corumins. Ali, José de Anchieta se notabilizou como educador e fervoroso apóstolo de Cristo, na catequese dos silvícolas.

---

(5) Martim Afonso Tibiriçá.
(6) Carta de 30 de agosto de 1553, dirigida ao padre Luís Gonçalves da Câmara, residente em Lisboa.
(7) *"Piratininge apud Divi Pauli domum Mº Dº 54"*
(8) *Inauguratur nova ecclesia;* Carta nº 50, § 5º.
(9) Aldeia de Piratininga, 29 de agosto de 1553 (dia em que o hagiológio católico comemora o martírio de S. João Batista)
(10) Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 86, Maço 153, fls. 15.

Retrato de Anchieta, segundo um original apenso ao processo de canonização em curso na Sagrada Congregação dos Ritos (Vaticano).



Assinaturas fac-similares dos jesuítas: 1. Manuel da Nóbrega; 2. Luís da Grã; 3. Inácio de Azevedo; 4. Pero Dias; 5. José de Anchieta; 6. Afonso de Gouvea; 7. Pero Rodrigues; 8. Gonçalo de Oliveira; 9. Simão de Vasconcelos; 10. Antônio de Araújo; 11. Inácio Tolosa; 12. Marçal Beliarte; 13. Rodrigo de Freitas; 14. Quirício Caxa; 15. Luís da Fonseca; 16. Fernão Cardim.

CONSTRUÇÃO DA IGREJA E COLÉGIO

Entrementes, os jesuítas decidiram erigir, em caráter definitivo, o colégio e a igreja. O plano não se limitava aos dois edifícios. Previa, também, a construção de numerosas moradias, destinadas às famílias da comunidade, constituídas de reinóis e brasilíndios, já em progressiva fase de miscigenação. Consoante relato fidedigno do padre Simão de Vasconcelos, essas habitações eram "arruadas e feitas à maneira portuguesa", que corresponderia à técnica minhota e alentejana. A descrição do cronista comprova que o "arruamento de casas" correlacionava, rigorosa e surpreendentemente, a mesma projeção urbanística do atual Pátio do Colégio, cujas características são, portanto, remanescentes do século XVI.

Iniciou-se, pois, em torno da igreja dos jesuítas, a formação do núcleo populacional paulistano. Em decorrência, o incipiente burgo experimentaria um surto de expressivo progresso e crescimento demográfico (120 fogos) graças às sucessivas correntes migratórias oriundas de S. Vicente e Santo André da Borda do Campo e ao auspicioso surgir do mameluco, produto do caldeamento de duas grandes raças.

Coube ao erudito padre Afonso Brás, lídimo precursor da arquitetura brasileira, a elaboração dos projetos e a direção geral das obras (11). Teve como auxiliares, além dos prestimosos índios guaianás, os demais membros da Companhia de Jesus, que se ocuparam das funções de pedreiros, carpinteiros e taipeiros, inclusive o abnegado irmão Mateus Nogueira, que se destacou como exímio ferreiro, embora fosse idoso e valetudinário. Um oleiro recebera ensinamentos especiais para o fabrico de telha artesanal, iniciativa importantíssima, que permitiu a cobertura definitiva do templo, garantindo a estabilidade da estrutura de terra, contra a erosão provocada pela intempérie. A solenidade de inauguração da igreja e do Colégio se verificou em 1º de novembro de 1556. Houve procissão de trasladação do Santíssimo Sacramento e missa de ação de graças, acompanhada de *Te-Déum Laudamus*, sendo celebrante o padre Luís da Grã, novo Provincial do Brasil e sucessor de Manuel da Nóbrega. No tablado em frente à igreja foi apresentado um espetáculo teatral, com a encenação do drama da Paixão, dele participando os corumins, discípulos de Anchieta. A representação dos autos religiosos que tanto

divertia aos índios, consistia em teatro lúdico, coloquial e integrava os processos pedagógicos dos jesuítas.

Lamentavelmente, não se conhece qualquer documento descritivo da Igreja. Sabe-se, através de informações imprecisas e fragmentárias, que era pequena e modesta, fora construída em taipa de pilão, coberta de telhas, possuía um relicário do Santo Lenho e tinha alguns instrumentos musicais, inclusive, um esplêndido órgão, denominado "realejo", procedente de Lisboa. Diz a crônica que a igreja oferecia condições para realizar todas as cerimônias religiosas: missas, batizados, casamentos, enterros, procissões, ladainhas, novenas, lições de catecismo e cantorias. Nada mais. O mesmo ocorre quanto ao Colégio.

Subsiste apenas um breve relato do padre Fernão Cardim referente ao Colégio, porém, datado de 1585. Assegura o cronista "não haver outra igreja na Vila de S. Paulo senão a dos padres da Companhia". Menciona o Colégio, dizendo tratar-se de um *"edifício novo"* de taipa, caiado com tabatinga, contendo um corredor e oito cubículos (quartos) confortáveis, forrados e assoalhados, com oficinas bem acomodadas e, no claustro, um poço de água boa; tendo também um grande pomar, abundante em frutos de variedade estrangeira, horta de verduras e legumes, muros cobertos de parreiras e belo jardim com grande variedade de flores, predominando rosas e cravos vermelhos" (sic).

É surpreendente a afirmação textual de Fernão Cardim ao se referir a um *edifício novo,* que corresponde ao Colégio, e isto, 29 anos após terminada a construção. Explica-se o engano do padre Cardim. Talvez, naquela época, o prédio tenha passado por uma reforma geral, que lhe conferiu aparência de acabamento recente.

Em 1561, um ano depois da elevação definitiva do arraial à categoria de Vila, ocorreu o terrível episódio da invasão de Piratininga pelos índios confederados. Foi necessário fortificar, às pressas, o núcleo residencial, amparando-o através de longa e sólida muralha, provida de baluartes, em taipa de sebe e pau-a-pique. A paliçada medieva circundava a Vila, abrangendo o trecho de maior densidade demográfica, que compreendia a área do chamado *plateau* Inhapuambuçu, tendo a igreja jesuítica como ponto fulcral.

Documentos coevos mencionam a violência e a atrocidade dos atacantes tamoios e o heroísmo épico de Tibiriçá que, no comando supremo da defesa paulistana, com a sua coragem de guerreiro

indômito, evitou um massacre generalizado dos canibais enfurecidos. Derrotou-os. Quando Martim Afonso Tibiriçá morreu, a 25 de dezembro de 1562, "S. Paulo se cobriu de luto e se ajoelhou em volta do seu ataúde" Anchieta fez-lhe comovente e consagrador necrológico. O inolvidável cacique da nação dos guaianás mereceu um funeral condigno de herói e a honra de ser sepultado em lugar privilegiado, junto ao supedâneo do altar-mor da Igreja dos Jesuítas, que ele ajudou a construir, com as próprias mãos (12).

A criação da paróquia de S. Paulo preocupou o vigário Lourenço Dias Machado ao constatar, surpreso, a inexistência da Igreja-Matriz ou de outra capela, modesta que fosse, onde ele pudesse exercer o vicariato. Diante do impasse, não teve outra saída: recorreu aos inacinos e pediu-lhes abrigo. Facultado o acolhimento provisório, a Matriz funcionou na Igreja do Bom Jesus, durante o dilatado período de 1591 a 1611, tempo requerido para a conclusão parcial da capela-mor.

O contrato das obras fora lavrado em 30 de maio de 1598, entre o Senado da Câmara e os arrematantes Luís Álvares e Domingos Luís, sendo ajustado o preço de "quatro reales por taipal" (13), detalhe que comprova a circulação da moeda hispanoamericana em S. Paulo. Em outubro de 1611, Dom Matheus da Costa Aborim, bispo da diocese fluminense, expediu provisão determinando que "São Paulo seria o padroeiro da Matriz, embora permaneça consagrada a Nossa Senhora da Assunção, e a Igreja do Colégio ficaria sob o orago do Senhor Bom Jesus". Desde então, a histórica imagem de São Paulo, padroeiro da Vila, passou a pertencer ao acervo da Matriz, como dádiva espontânea e generosa dos jesuítas. Outra provisão de Dom Matheus Aborim, datada de 1623, estabeleceu que Santo Inácio de Loiola (canonizado em 1621, por Gregório XV) "fosse o novo padroeiro da Igreja do Colégio, devendo, porém, a imagem de Nosso Senhor Bom Jesus, privilegiada *in perpetum*, permanecer obrigatoriamente no trono do altar-mor, na forma do Ritual Romano".

Com o perpassar dos anos, os dois edifícios necessitaram de sucessivas e substanciais reformas, obras de ampliação e reparos que não descaracterizaram o aspecto arquitetônico original.

Em 1640, agravou-se a incompatibilidade entre paulistas e jesuítas, *parti pris* motivado pela célebre questão do preamento e escravização dos indígenas, cuja liberdade total era, insistente e corajosamente, reclamada pelos inacinos. Culminaria o litígio com a

deplorável expulsão dos jesuítas, quando pretenderam fossem obedecidos os termos do *Breve* de Urbano VIII, que proibia a escravatura e o tráfico do gentio. Pedro Taques revela os nomes dos padres que deixaram o Colégio: Nicolau Botelho (reitor), Antônio Ferreira, Antônio de Mariz, Mateus de Aguiar, Lourenço Vaz e os irmãos Domingos Alves, Antônio Gonçalves, Lourenço Rodrigues e um certo Pacui (14).

Na ausência dos padres da Companhia de Jesus, cujo exílio se estendeu por treze anos, a Igreja e o Colégio foram relegados ao abandono, condição que resultaria na ruína e completo desmoronamento dos dois velhos edifícios.

A Igreja e o Colégio, inaugurados em novembro de 1556 (2ª fase) duraram 103 anos, embora fossem construídos de taipa de pilão, material de pouca resistência.

---

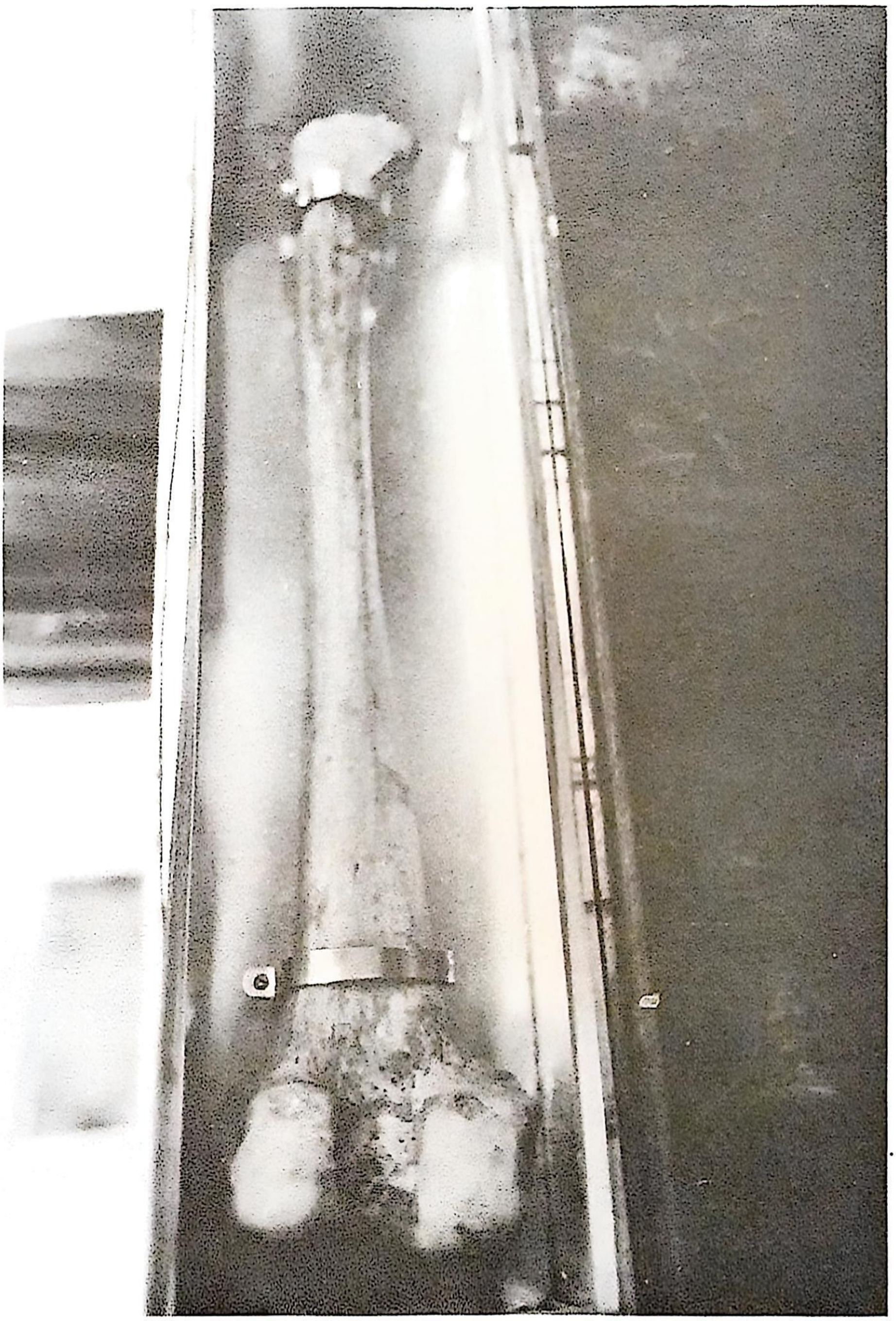
(11) Nasceu em 1524, em Sampaio de Arcos, Anadia, antigo termo da Vila de Avelãs, falecendo no Rio de Janeiro a 30 de maio de 1610. Foi o responsável pela construção dos primeiros edifícios de taipa, em São Paulo, S. Vicente e no Rio de Janeiro.

(12) Os supostos restos mortais de Tibiriçá foram trasladados para a Catedral. A lápide encontra-se no Museu Paulista.

(13) Ata do Senado da Câmara de 14 de junho de 1598.

(14) Pedro Taques de Almeida Paes Leme in "A expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo".

Capa da *"Arte de Gramática da Língua mais falada na costa do Brasil"*, do padre José de Anchieta, obra editada em Coimbra, por Antônio Mariz, em 1595. Exemplar raríssimo pertencente à Biblioteca Naz. Vittorio Emanuele, de Roma.



Relíquia do Venerável padre José de Anchieta, a qual se encontrava em Roma, desde 1609. Trata-se de um fêmur, encerrado em pequena urna metálica, guarnecida de cristal. É, sem dúvida, o maior tesouro da Igreja do Pátio do Colégio.

EREÇÃO DE NOVO CONJUNTO IGREJA-COLÉGIO

O regresso dos inacinos a São Paulo verificou-se em 1653, após os entendimentos de cessação de hostilidades, propostos por louvável iniciativa de Fernão Dias Pais, o futuro "Caçador de Esmeraldas" e descobridor das Minas Gerais. Assim, ao serem reintegrados, trataram eles de erigir, sem mais tardança, um novo conjunto Igreja-Colégio, desprovido de atavios e ornatos onerosos, porém, sólido, amplo e funcional.

Buscaram inspiração no projeto da Igreja de N. Sra. da Graça, em Olinda, de autoria do arquiteto jesuíta Francisco Dias, antigo colaborador de Filipe Terci, construtor da maravilhosa Igreja de S. Roque, da Casa Professa dos Jesuítas, em Lisboa (15). Aliás, recomendava, em carta-circular, o previdente visitador padre Cristovão de Gouveia: "...Que em todos os colégios e residências da Companhia se façam templos daquele desenho". Sugeria, ainda, a construção de cripta ou capela, para se enterrarem condignamente os padres da Companhia de Jesus. Tudo "feito em barro apiloado e pedra", técnica que representa um sincretismo, como observa Lúcio Costa (16). Implicaria a imposição na uniformidade preestabelecida e compulsória do modelo-padrão. Enfim, exigia-se uma transplantação do estilo para o Brasil, que não dispunha de modelos arquitetônicos autóctones.

A traça da fachada obedece, a rigor, ao mesmo partido exemplificado na encantadora Igreja da Graça, inclusive a ausência da torre que foi adaptada posteriormente. É idêntico o frontispício original, concebido na singeleza das linhas retas, que lhe conferiu harmonia e equilíbrio estéticos. Examinemos a analogia: construção em taipa e pedra; telhado de duas águas; fachada com marcação reticulada; frontão triangular de empenas lisas e retas, encimado pela peanha da cruz; óculo no centro do tímpano; três janelas do coro sob a cimalha real; porta única com molduras de pedra, provida de duas folhas almofadas; finalmente, cunhais de cantaria rematados por coruchéus. A verticalidade ascensional configurada na tríplice expansão tentacular dos elementos nos ângulos do tímpano, em projeção ao infinito, ao transcendental, constitui solução de dinamismo, apuramento estético de movimentação e expressão subjetiva da simbologia cristã.

Esse mesmo partido iria influir e preponderar na feitura dos projetos de três importantes igrejas jesuíticas: a do antigo Colégio do Rio de Janeiro, a dos Reis Magos, em Nova Almeida, no Espírito Santo, e a de N. Srª da Conceição, em Itanhaém (17). No cotejo iconográfico entre as fachadas das cinco igrejas mencionadas, observar-se-á a mesma igualdade de traçado, excluídas as torres, elementos decorativos, acrescentados posteriormente. Os antigos templos jesuíticos erigidos no Brasil durante o século XVII obedeceram ao projeto do padre Francisco Dias. Exigia-se rigorosa observância do risco-padrão, uniformidade que evitaria a introdução de "idéias extravagantes" nas construções projetadas por leigos.

As igrejas jesuíticas, ao contrário do goticismo dominante, "não têm as naves obstruídas por um bosque de colunas, que prejudica a visualização do auditório". O púlpito é a peça essencial e o transeto sem profundidade. Aproveita-se na medida do possível o espaço útil. É a igreja comicial. Domina-a, não como nas catedrais góticas, a mística, a palavra. É o verbo, o *Ratio Studiorum,* é Santo Inácio, S. Francisco Xavier, Anchieta e a Companhia de Jesus que vão dizer ao mundo a palavra reveladora, que se consubstancia em catequese, apostolado, cultura e espírito (18).

Entrementes, o plano era audacioso e o orçamento da obra exigia gastos elevadíssimos, muito além das limitadas possibilidades da Companhia, que vivia de parcos rendimentos. Mas os jesuítas são perseverantes, corajosos, pacientes, senhores de uma vontade férrea. Principiaram a construção, mercê dos donativos da população paulistana que acorreu solícita ao veemente apelo dos filhos de Santo Inácio de Loiola. Diz um precioso documento publicado na "Coleção Brasília", obra de autoria do notável historiador padre Serafim Leite: "... Foi o reitor Lourenço Cardoso quem com grande trabalho, indústria e diligência, ergueu desde os alicerces a nova e magnífica igreja, que dá à Vila de S. Paulo não pequeno esplendor". Diz o texto latino: *"... Magno labore, industria ac diligentia erexit a primis fundamentis novum et perillustre templum, quod Villae S. Pauli non exiguum infert splendorem".*

Sendo minguados os óbolos dos devotos, as obras se arrastaram quase por um século. Mas a pouco e pouco a Igreja e o Colégio foram tomando forma definitiva, como a sentinela dos habitantes de São Paulo, que sempre encontraram na hospitalidade cristã de seus venerandos altares, no ambiente de recolhimento e meditação, as dádivas e os bálsamos para suas aflições.

Documentos coetâneos registram a contribuição de duas beneméritas matronas, que concorreram "com muita parte de seu cabedal", subsídio vultoso que permitiu a conclusão da igreja, notadamente da fachada e a projeção da torre quadrangular, elemento este acrescentado posteriormente ao antigo projeto do Padre Francisco Dias. Trata-se de Leonor Góes de Siqueira, baiana, viúva do destemido sertanista Luís Pedroso de Barros, e sua filha Ângela Siqueira, casada com o argentário Pedro Taques de Almeida, capitão-mor da Capitania. A data "1681", inscrita em baixo-relevo na verga de pedra da portada, corresponde à conclusão do frontispício.

Um inventário de 1684 menciona a existência, além do altar-mor de Nosso Senhor Bom Jesus *(Ecce Homo)* padroeiro do templo, os altares colaterais da nave, dedicados a Nossa Senhora das Graças, Santa Ursula, S. Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola, ambos já canonizados por Gregório XV. Todos eles em madeira policromada, predominando o ouro em lâminas, que lhe conferiam grande beleza. O forro da capela-mor era artesoado, isto é, formado de caixotões com painéis, delimitados por molduras salientes, à feição de nervuras ou vigas reticuladas, inserindo-se em seus ressaltos lavores e ornatos em baixo-relevo. A composição se assemelha ao teto da capela-mor da Igreja do Rosário de Embu, obra do venerável padre Belchior de Pontes, escultor e pintor de reconhecido mérito, que também deixou sua arte pictórica na Igreja (18-A).

Esclarece o erudito historiador José Augusto César Salgado, no seu magnífico livro "Pátio do Colégio", as dimensões lineares da igreja: 103 palmos craveiros de frente por 212 de fundo, inclusive a sacristia. Trata-se de medida antiga de extensão, adotada nos petipés, equivalente a oito polegadas ou 0,225m. Convertendo-se essas dimensões para a escala atual, encontramos a área de 1.104,73 m^2.

Acrescenta o eminente acadêmico "...Ao voltarem os padres em 1653, reabriu-se o Colégio, então pomposamente denominado *"Collegium-Inchoatum"*, e logo voltaram a funcionar, com pleno rendimento, os cursos anteriores de Letras Humanas e de Meninos que se mantiveram até 1759", época da expulsão dos jesuítas. Em 1708 seria instalado o curso de Teologia Moral para o aperfeiçoamento de sacerdotes, lecionando-se ainda as disciplinas de Artes, Filosofia e Retórica.

Informa Serafim Leite que o Colégio dispunha de vultosa e selecionada biblioteca, cujo acervo fora aumentado pela generosa

doação que fizera o padre Guilherme Pompeu de Almeida, homem riquíssimo e senhor de vasto latifúndio. Deram-lhe, em retribuição, o título de fundador, láurea que seria também outorgada ao intrépido bandeirante Amador Bueno da Veiga, grande benfeitor da Companhia.

Em 1745, tiveram início as novas obras de ampliação do Colégio, sendo incorporada ao edifício principal a ala perpendicular na lateral direita, que forma um ângulo reto, constituída de majestoso edifício de dois pavimentos, cuja fachada inseria dezoito vãos, entre janelas e portas. O telhado da Igreja que ameaçava desabar, foi totalmente reformado. Ampliaram a altura interna da nave, objetivando aumentar o pé-direito que era demasiado baixo, sem abranger, contudo, qualquer modificação na fachada, obra considerada de vulto, que oneraria desnecessariamente o restrito orçamento previsto para a reforma parcial. Como solução simplista, circunstancial, elevaram a cumeeira, substituindo todo o madeirame da cobertura, dando-lhe maior dimensão vertical. Em conseqüência, a empena sobrepujou o remate do frontão, quase encobrindo o pedestal da cruz. Explica-se, assim, a estranha e singular disposição do telhado, exemplo único na arquitetura colonial brasileira.

Ao mesmo tempo, a nave foi enriquecida com a renovação de dois altares colaterais, ambos de madeira policromada, reservando-se um deles para o futuro culto ao venerável José de Anchieta, cuja canonização os devotos aguardavam com fervorosa ansiedade.

---

(15) A igreja substituiria, em 1592, a primitiva ermida construída por Dom Duarte Coelho de Albuquerque, doada aos jesuítas, em 1550. O Real Colégio foi instalado sob os auspícios do Rei Dom Sebastião.

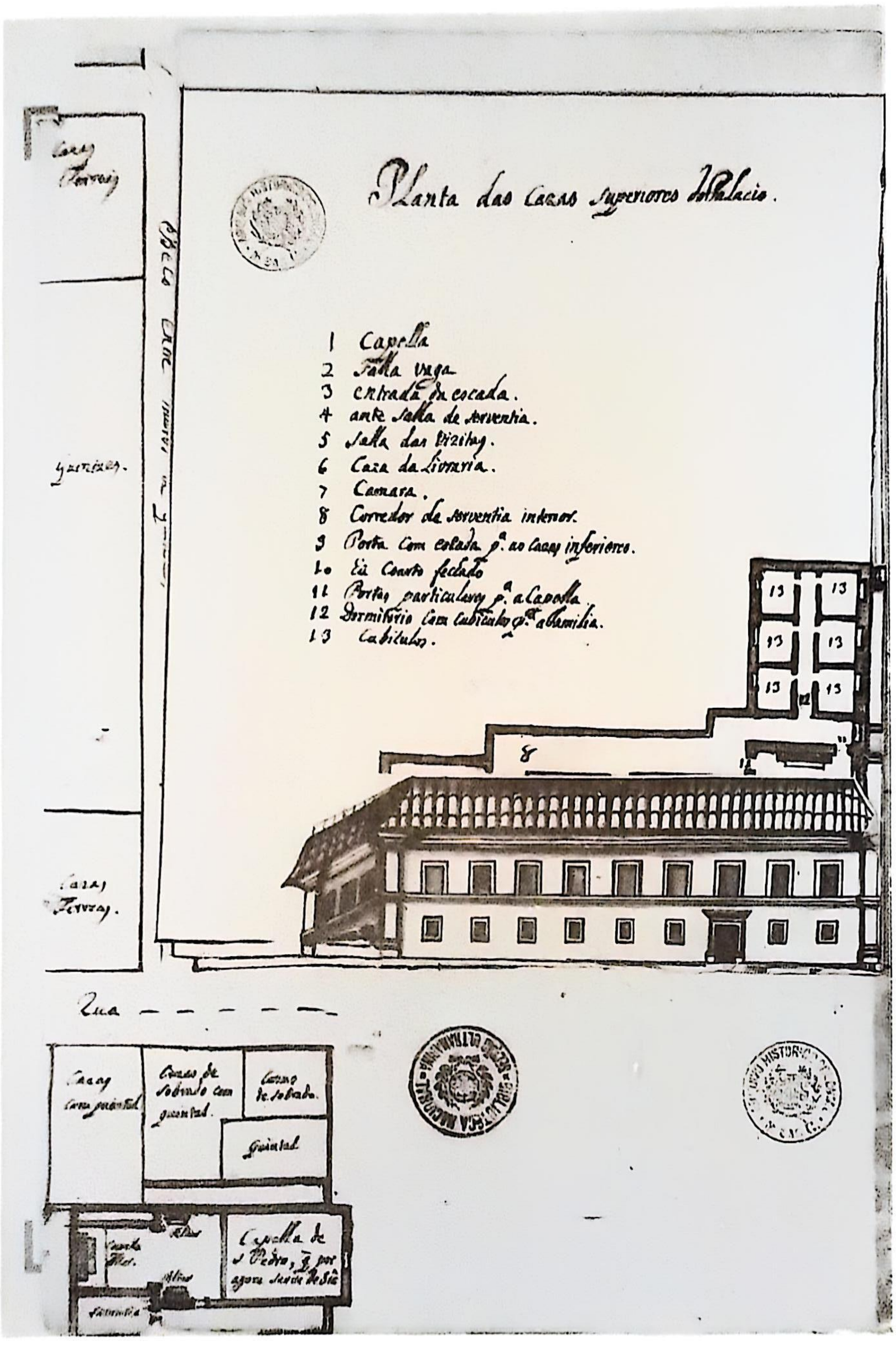
(16) "A arquitetura jesuítica no Brasil", Revista do SPHAN nº 5, 1941.

(17) No final do século XVII a Igreja e o Colégio passaram ao domínio dos franciscanos, responsáveis pelas reformas introduzidas.

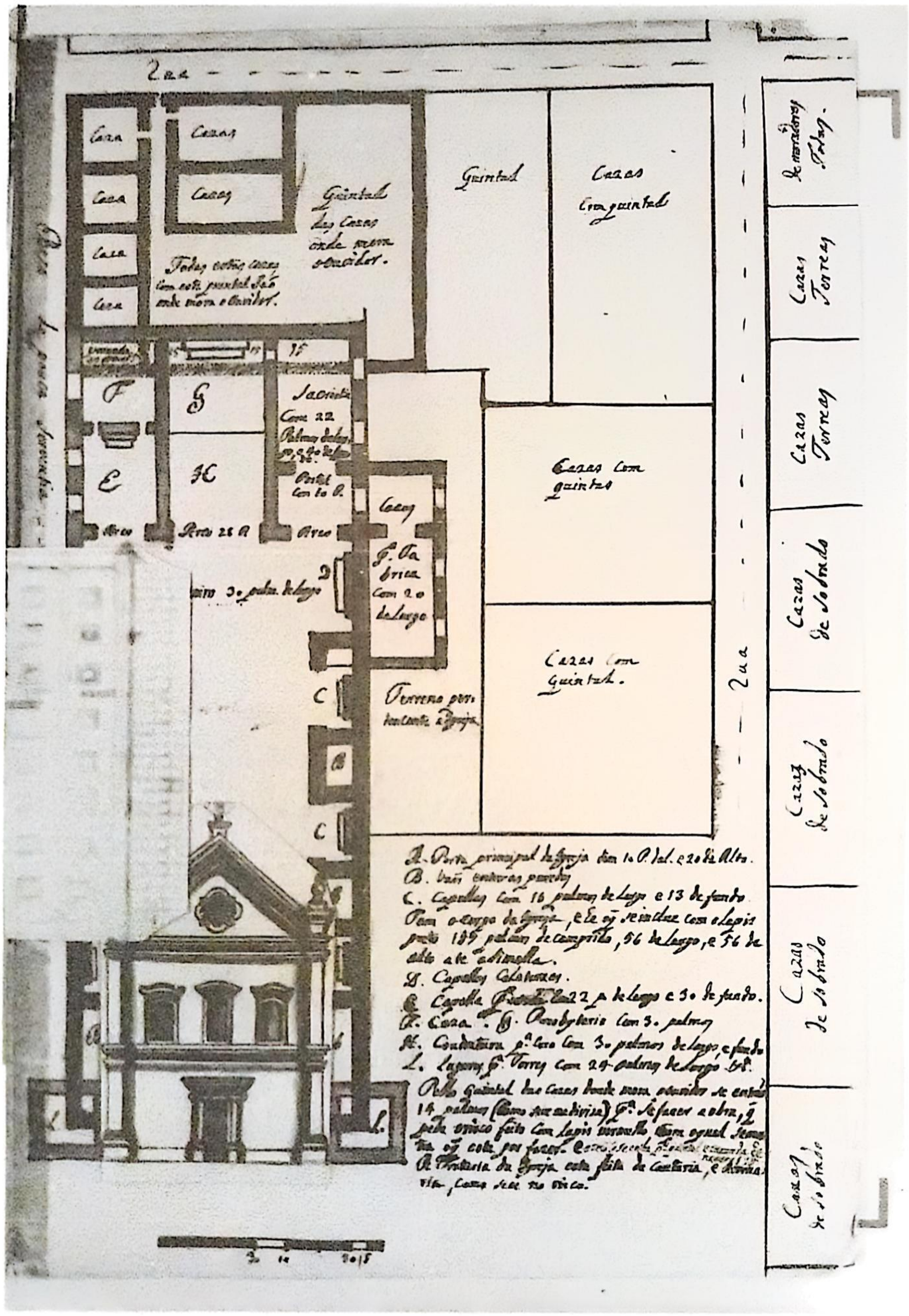
(18) Pedro Calmon. "A evolução da arquitetura no Brasil", 1974.

(18-A) Anotações do padre Manuel da Fonseca, in "Padre Belchior de Pontes", ed. Lisboa, 1752.

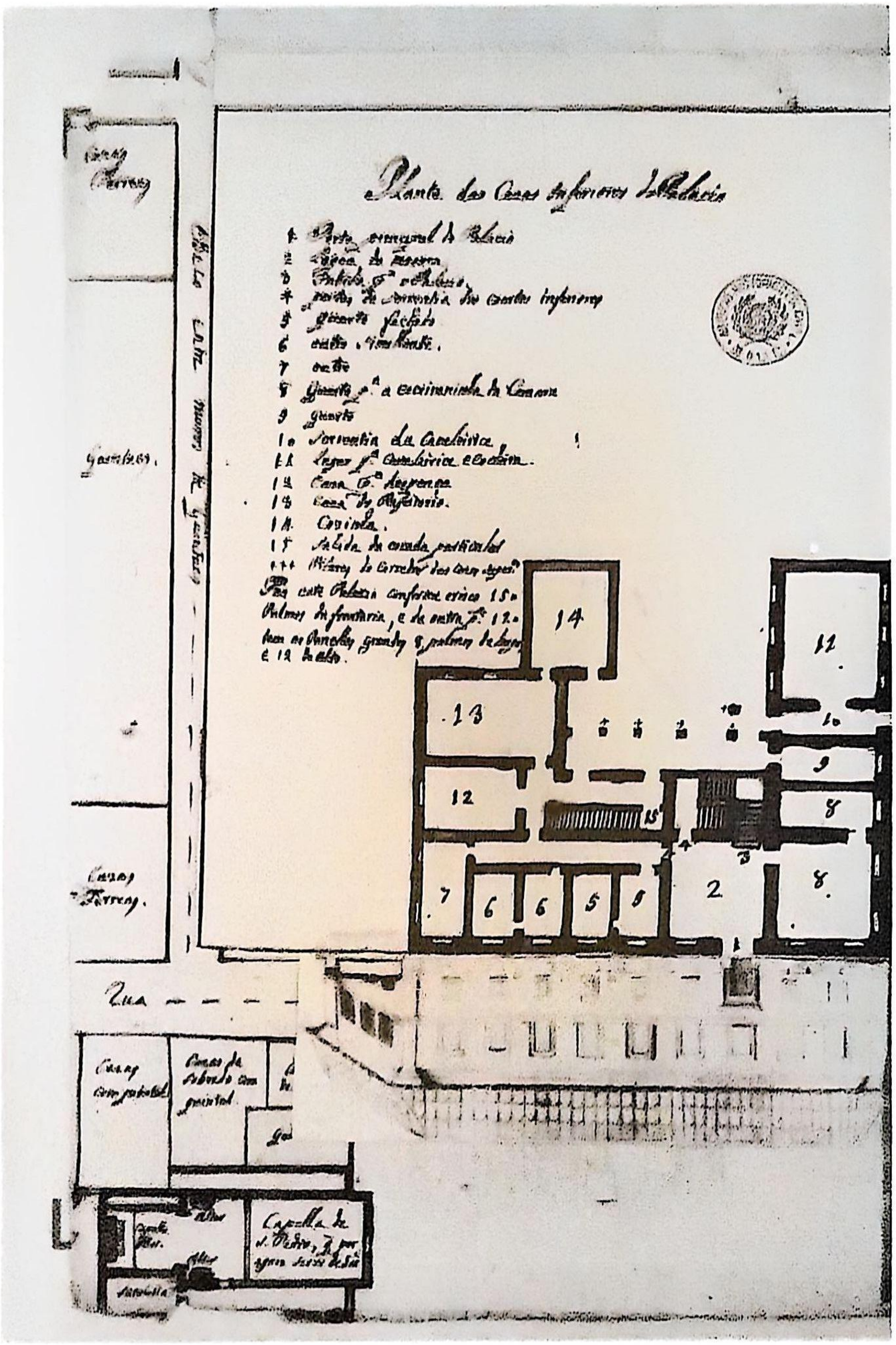
Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, 1º bispo da Diocese de São Paulo, instalou o Palácio Episcopal, em 1746, numa das dependências do Colégio dos jesuítas. Quadro a óleo pertencente ao acervo do Museu de Arte Sacra.



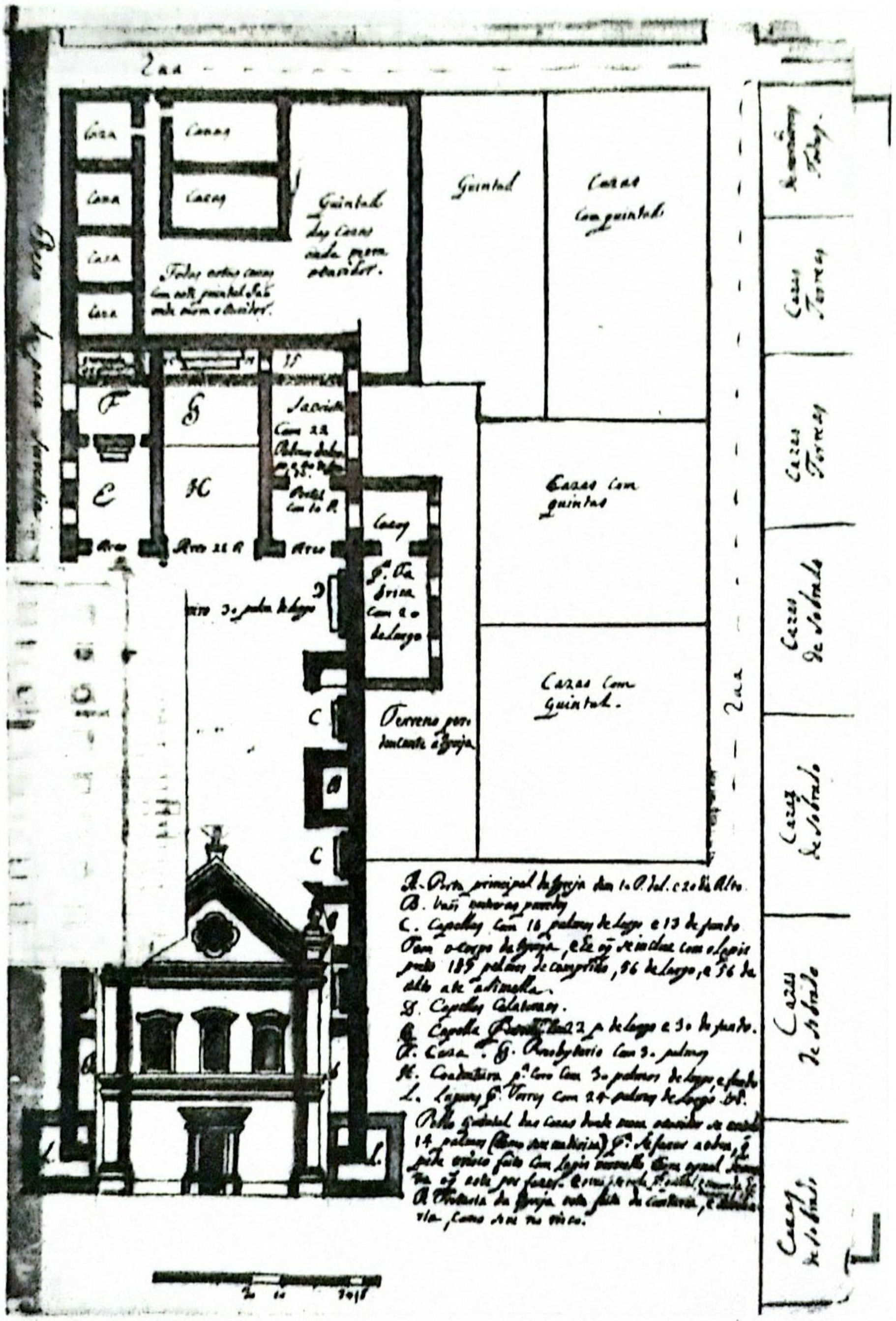
Projeto do Palácio Episcopal e da Sé de São Paulo elaborado por um cerro "curioso", em 1747. Trata-se de cópia subserviente da Igreja e do Colégio, erigidos em 1681. São semelhantes as fachadas e as divisões internas, com exceção da torre, embora fosse consignada na



planta-baixa, alternativa para posterior construção. É o mais antigo projeto arquitetônico relativo a São Paulo, até hoje encontrado. Arquivo da Biblioteca Nacional Ultramarina, de Lisboa.



Risco do Palácio Episcopal de São Paulo elaborado em 1747, por projetista anônimo, citado pelo Governador Dom Luís de Mascarenhas. É um *pastiche* do plano estrutural do Colégio e Igreja dos jesuítas, tanto na projeção horizontal quanto na vertical. Observar a semelhança



nos detalhes da fachada e divisões internas. A coleção das plantas e a copiosa correspondência sobre as projetadas construções estão arquivadas na Biblioteca Nacional Ultramarina, de Lisboa.

PROJETO DO PALÁCIO EPISCOPAL

Deslumbrante festança realizada em São Paulo, de cunho religioso e profano, que pôs em evidência a pomposidade do barroquismo bandeirante, foi a entrada triunfal de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, bispo secular do hábito de S. Pedro, com cuja investidura se instalou solenemente, em 8 de dezembro de 1746, a Diocese de S. Paulo, instituída por Bento XIV, em seu *motu-proprio "Candor lucis aeternae"*. Dupla comemoração gratulatória: a criação do Bispado e a posse do primeiro prelado.

Essas festividades dionisíacas contaram com a participação do clero, membros do Senado da Câmara, nobreza militar e povo, numa comovente confraternização de brancos, mamelucos, índios e negros, todos jubilosos pelo feliz evento. Iniciaram-se no dia consagrado a N. Sra. da Anunciação, padroeira da Sé, estendendo-se até o final de dezembro, entre procissões, missas, desfiles alegóricos, encenações teatrais, luminárias, cavalhadas, concertos musicais, corridas de touros, declamações poéticas, um misto espetaculoso de ritual católico, comprazimento intelectual e divertimento público.

Acomodado em sua liteira, Dom Bernardo Nogueira seguiu diretamente para a Igreja de S. Pedro, onde celebrou solene *Te-Déum*. Depois, a convite dos jesuítas, hospedou-se numa das dependências do Colégio, transformada provisoriamente em Palácio Episcopal. Desde então, nasceria uma amizade, sincera e duradoura, entre o antístite e os inacinos. Tanto que o bispo, num gesto de reconhecimento e apreço, manifestou, em testamento, desejo de ser sepultado na capela-mor do Colégio, como de fato o foi, em 1748.

Cumpria, porém, a Dom Bernardo providenciar imediata construção do Palácio, "residência condigna e necessária à sua instalação", consoante ordem expressa de D. João V, rei de Portugal. Requereu e conseguiu o aforamento de terreno adequado, nas adjacências da Igreja de S. Pedro dos Clérigos (19). Entretanto, faltava-lhe o projeto geral da obra, o qual deveria ser aprovado pelo monarca. Ora, inexistindo na Capitania um engenheiro qualificado, outra solução não lhe deparou senão recorrer a um certo *curioso,* talvez algum mestre-de-obras ou pedreiro, a quem confiou a elaboração do projeto completo, consubstanciado em sete "riscos".

Após meticuloso exame da série de plantas, concluimos que o autor do projeto, ou seja, o "curioso" anônimo citado pelo Governa-

dor Dom Luís de Mascarenhas (20) fizera uma cópia subserviente do plano estrutural do Colégio e Igreja de São Paulo (ambos erigidos em 1681) tanto na projeção horizontal quanto na vertical, acrescentando apenas detalhes superficiais, correspondentes às adaptações exigidas. São semelhantes os projetos da fachada, com exceção da torre, omitida talvez por conveniência do prelado (21). Coincidem também a divisão dos ambientes, a designação das peças, a quantidade e a disposição das janelas e portas e, sobretudo, a área útil de construção dos dois edifícios. Por motivo que se desconhece, o *pastiche* não mereceu a aprovação da Mesa de Consciência e Ordens e do Conselho Ultramarino. Recusaram-no. Um detalhe interessante: trata-se do mais antigo projeto de construção civil relativo a São Paulo, até hoje encontrado.

A coleção de plantas que compõe o projeto de 1747, bem como a copiosa correspondência trocada sobre o assunto, anexas ao respectivo códice, encontram-se arquivadas na Biblioteca Nacional Ultramarina, em Lisboa. Deve-se a descoberta e publicação desse precioso documentário, que se nos afigura da maior importância para a História da Arquitetura de São Paulo, ao insigne historiador José Pedro Leite Cordeiro (22).

Outro deplorável acontecimento iria ocorrer em 1759: a expulsão dos jesuítas por determinação do onipotente Marquês de Pombal, eminência parda de Dom José I, soberano pusilânime, coagido sempre pelo despotismo do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Segundo a lei, os inacinos foram condenados ao desterro, sendo confiscado o opulento patrimônio da Companhia de Jesus, em favor da Real Fazenda. Foram aprisionados 22 religiosos, 14 dos quais eram padres. O bispo Dom Frei Antônio Madre de Deus Galrão, hóspede do Colégio, debalde se empenhou, a fim de evitar as violências praticadas contra os inocentes sacerdotes, pelos esbirros do sinistro Desembargador Custódio Salazar, preposto do Governador da Capitania do Rio de Janeiro.

Em 15 de março de 1760, a nau "Litúrnia", fundeada no porto de Santos, conduziu-os para Lisboa, juntamente com outros jesuítas do Rio de Janeiro, totalizando 125 exilados. A maioria, porém, foi trancafiada nos calabouços do Forte de S. Jorge, nas prisões subterrâneas do Castelo de S. João da Foz, da Torre de Belém, de S. João da Barra e nas lúgubres masmorras dos aljubes de Azeitão, Almada e Junqueira. Quanto aos preciosos livros do "Tombo", "Registros", "Fábrica", "Receita e Despesa", "Batizados, Casamentos e Óbitos" e

demais manuscritos confiscados no Colégio e Igreja, inclusive a famosa biblioteca, seguiram para Portugal. Diz-se que foram queimados em praça pública, por decisão do Santo Ofício, que os considerou "heréticos e nocivos".

A extinção da Companhia de Jesus verificou-se em 1773, pelo breve *Dominus ac Redemptor,* de Clemente XIV, pontífice de triste memória. A excelente obra *De Exilio* (23) do padre José Caeiro, contemporâneo e testemunha visual dos lamentáveis acontecimentos, narra a odisséia dos jesuítas do Colégio de São Paulo, de Santos e das seis aldeias de catequese.

---

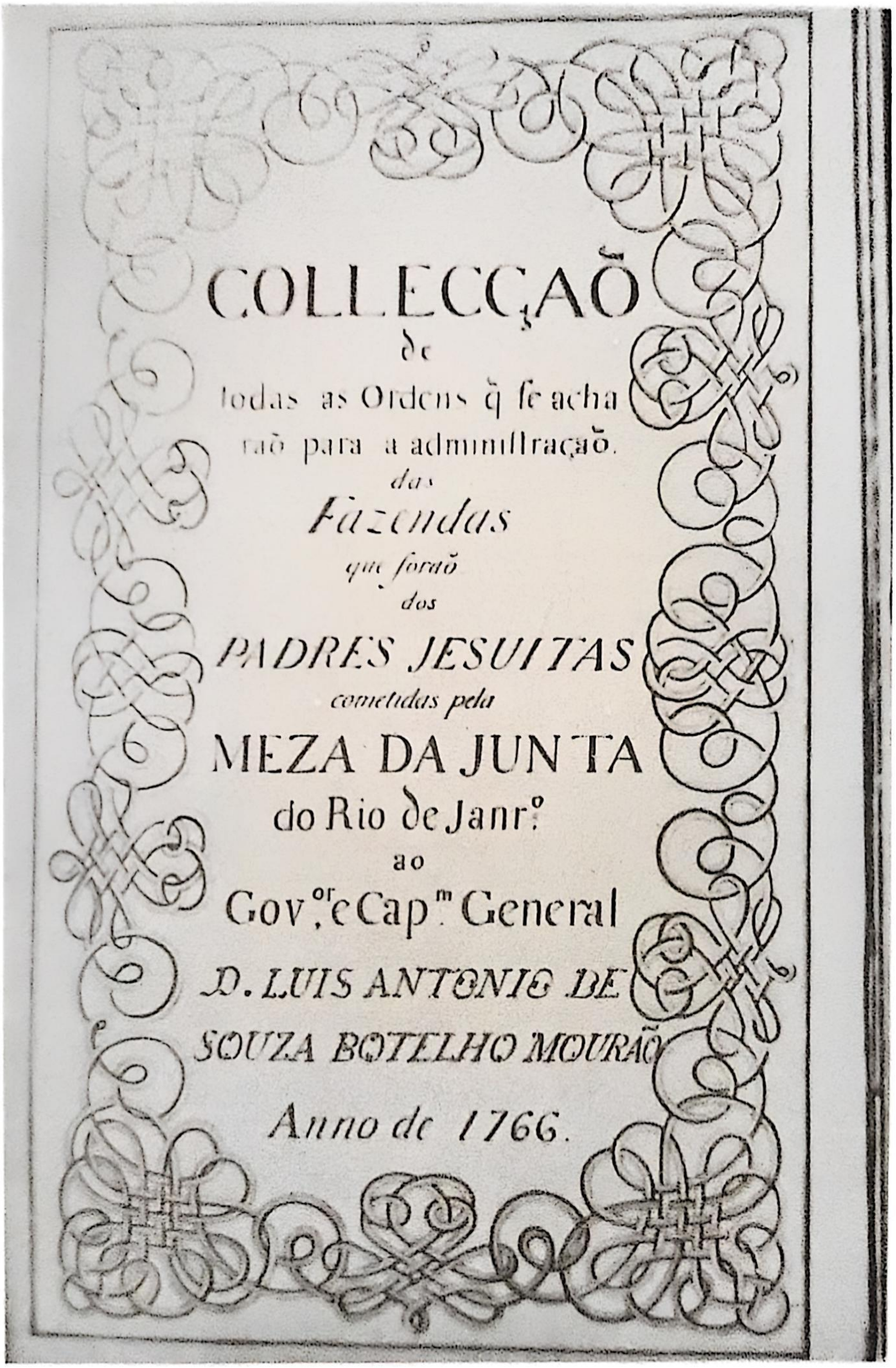
(19) Conhecida também como S. Pedro de Pedra. Construída em 1740, à direita da Igreja-Matriz, no terreno onde hoje se encontra a Caixa Econômica Federal (Praça da Sé).

(20) AHU, carta datada de 27 de junho de 1747.

(21) Não obstante, a planta-baixa consigna a construção de duas torres, alternativa prevista para eventual acréscimo.

(22) in *"Coletânea"*, ed. 1954, capítulo "Novos documentos sobre o Palácio Episcopal e o 1º Bispo de S. Paulo".

(23) *"De exilio Provinciarum Transmarinarum Assistentiae Lusitanae Societatis Jesu."* Original manuscrito pertencente ao acervo da Biblioteca Real de Bruxelas, datado de 1777. Foram expulsos 22 religiosos, 14 dos quais eram sacerdotes: Lourenço Justiniano (reitor), Lourenço de Almeida, Manuel Pimentel, Manuel Velho, Inácio Dias, Bento Nogueira, José Mota, José Martins, José do Vale, Tomás Vilanova, José Castilho, João Xavier, Inácio Pereira, mais sete coadjutores e um seminarista. Em decorrência, todos os bens pertencentes àquela comunidade religiosa, no Brasil, foram sumariamente seqüestrados e incorporados ao Real Erário: 11 colégios, 8 seminários, 53 residências, 65 missões e 106 fazendas (registradas em cartório, por doação testamentária).



Frontispício da *Coleção de ordens para a administração das fazendas seqüestradas aos jesuítas*, entregue ao Morgado de Mateus, em 1766.

PALÁCIO DOS GOVERNADORES

Após a expulsão dos jesuítas, o austero Colégio se converteria em Palácio dos Governadores. Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, foi o primeiro Capitão-General que nele instalou residência. Amigo íntimo de Pombal, fora nomeado a fim de restabelecer a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, cuja emancipação extinguira dezesseis anos antes, com a demissão de D. Luís de Mascarenhas, promovido a Vice-Rei das Índias (24).

Antes, porém, providenciara as reformas necessárias à adaptação do edifício, modificando o arcabouço das dependências conventuais, que deveria ser ampliado, como convinha ao pretenso palácio. Pouco depois, o Morgado de Mateus dava conta, ao Conselho Ultramarino, das obras híbridas que efetivara, consoante ordem-régia de 21 de julho de 1766:

"... mandei fazer quase de novo a torre deste Colégio, todo o alpendre da portaria, as prisões do Corpo de Guarda deste Governo, hospital dos soldados e dos negros, retelhar por diferentes vezes e a cada passo (pelo perigo que correm as paredes por serem de terra), grande quantidade de consertos particulares e precisos, uma varanda que era muito necessária para desafogo dos corredores que são abafadiços, etc" (25).

Durante o período de 1765/1908 o Colégio serviu de residência a mais de uma centena de governantes, entre os quais três bispos diocesanos. E cada qual deixou patente a marca de seu ferrete, através de reformas e ampliações sucessivas. Um auto oficial de avaliação do Colégio, determinado pela Fazenda Imperial, em 1827, presidido pelo desembargador Souza Chichorro, descreve minuciosamente a quantidade enorme de compartimentos que compunham o prédio: 44 peças no andar superior e 25 no térreo, além de outras dependências de menor expressão. Avaliaram o terreno em seis contos de réis, o colégio em 36 contos e a igreja em 40 contos de réis, quantia considerável para a época.

Desnecessário dizer que a beleza plástica do conjunto arquitetônico fora desfigurada. Perdera a pureza das linhas que caracterizava o vetusto cenóbio, comprometida pela derrubada de paredes e acréscimos de vulto. As primitivas e sóbrias divisões foram transformadas em

salões, alcovas, refeitórios, dependências domésticas, teatro, hospital, prisões, corpo da guarda, senzala, cavalariças, cocheiras e quejandas. Além disso, modificaram completamente todas as instalações da ala direita, anexas ao edifício principal, destinadas ao acolhimento das repartições governamentais.

Ocorre lembrar que em 25 de agosto de 1770, no salão nobre do Colégio, realizou-se solene sessão literária, a qual passou à história com o nome de "Academia dos Felizes", acontecimento da maior relevância para a cultura paulista (26).

---

(24) A posse do Morgado de Mateus realizou-se em Santos, aos 22 de julho de 1765, mas sua chegada a São Paulo ocorreu em 7 de abril de 1766. Antes do confisco dos bens da Companhia de Jesus, os delegados régios moravam em casa alugada.

(25) Conforme carta do Conde da Cunha, de 3 de abril de 1766, foi confiada ao Morgado de Mateus a direção discricionária dos bens seqüestrados aos jesuítas.

(26) Taunay chama-a primeira "Academia Paulista de Letras".

DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA

Dizia o inesquecível mestre Afonso de Taunay ser paupérrima a iconografia de São Paulo colonial. Lamentava, permanentemente, a indigência de nosso documentário pictório alusivo à primeira metade do século XIX. Mesmo com a presença das missões estrangeiras, pouca coisa foi fixada em São Paulo, enquanto Pernambuco, Bahia, Minas e Rio de Janeiro suscitaram maior interesse aos viajantes, sendo, por isso, contemplados com expressiva coleção de paisagens urbanas e rurais. Taunay não escondia sua profunda mágoa quando se referia à inexistência de monumentos arquitetônicos setecentistas, civis e religiosos, em São Paulo, derrubados todos pela picareta do progresso. Deplorava, sobretudo, a injustificável demolição da histórica Igreja do Colégio, marco glorioso da fundação de São Paulo, templo que ele deveras muito amava. Jamais perdoou a incúria e a inépcia das autoridades responsáveis.

Não obstante, o Pátio do Colégio despertaria maior atenção dos pintores oitocentistas que visitaram a cidade de S. Paulo. Foi o ângulo mais retratado do velho burgo. Tema preferido talvez porque representava o mais importante conjunto arquitetônico, remanescente autêntico de um passado heróico e glorioso. Valiosíssima série de desenhos e aquarelas elaborados por uma plêiade de artistas célebres possibilitou a gerações sucessivas perfeita e completa visualização panorâmica do histórico núcleo, demolido e desfigurado há quase um século.

Se os cientistas estrangeiros nos legaram, em seus livros, lúcidas e interessantes observações sobre a vida cotidiana e os costumes da população paulistana, cumpre ressaltar a excelente contribuição dos desenhistas, documentário inestimável que, pela imagem, integra, esclarece e complementa o contexto.

Nove foram os artistas que retrataram o Pátio do Colégio, no período de 1818 a 1860. O primeiro e mais antigo desenho que se conhece é de autoria do pintor austríaco Thomas Ender, integrante da missão científica de Spix e Von Martius (27). A obra data de 1818. Focaliza, à distância, o Colégio, a Igreja e o casario circundante, no flanco direito do Largo. O segundo trabalho pertence a Charles Landseer, renomado pintor inglês, adido à missão de *Sir* Charles Stuart (28). Desenho executado em 1826, no qual a cúpula da torre da igreja

tem o surpreendente formato cônico, esquisitice moçárabe repetida na aquarela de Debret. Figura em terceiro lugar a composição de Willian John Burchll, botânico e desenhista britânico, que veio ao Brasil na qualidade de membro da *Linean Society*, de Londres (29). Segue-se a esplêndida aquarela de autoria do famoso pintor Jean-Baptiste Debret, aluno de François Boucher e Louis David, integrante da Missão Lebreton (30). Seu desenho, datado de 1827, insere alguns enganos em relação à igreja: a estranha torre cônica espiralada; não consignou a elevação do telhado, em cuja empena sobrepujava o frontão; modificou o corpo lateral do templo, além de substituir os óculos quadrilóbulos por janelas retangulares; alterou o fecho da portada, enriquecendo-o com elementos esculturais inexistentes; inseriu balcões nas janelas superiores do Colégio. A quinta obra foi executada em 1828 pelo pintor francês Armand Julien Pallière, membro das Academias de Belas-Artes da Bélgica, França e Holanda, genro do arquiteto Grandjean de Montigny e introdutor do processo da litografia no Brasil (31). É de autoria do reverendo Daniel Parish Kidder, pastor norte-americano, o sexto desenho, feito em 1838 (32). Cabe a execução da sétima obra ao pintor ituano Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra, conhecido por Miguelzinho (33). Fê-la em 1847. A aquarela mostra um fundo infiel, comprometido pela inserção de serrania inverídica de cunho fantasioso. Segue-se a gravura do norte-americano Synder (34) elaborada em 1850, a partir de um daguerreótipo feito por James Fletcher, por ocasião de sua viagem a São Paulo. O nono e último desenho pertence ao célebre pintor Barão Johann Jakon von Tschudi, Ministro da Suíça, que chegou a São Paulo em julho de 1860 (35).

Acrescente-se a essa inestimável série de desenhos e aquarelas valioso daguerreótipo feito em 1861, pelo norte-americano James C. Fletcher e a opulenta coleção de fotografias executada por Militão de Azevedo e Pedro Hoehne (ou Hoenen) ambos estabelecidos com *atelier* em São Paulo. Coube-lhes a primazia de documentar vários aspectos festivos do Pátio do Colégio e registrar numerosos flagrantes posteriores ao desmoronamento da Igreja, ocorrido na tempestuosa noite de 13 de março de 1896.

Essas fotos da vetusta Igreja do Colégio, tanto externas quanto internas, serviram de base aos estudos do projeto de reconstrução do histórico monumento arquitetônico, réplica devida à competência do engenheiro prof. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, responsável pela direção da obra.

Certamente, permanecem ainda desconhecidos os originais de muitos desenhos, aquarelas e daguerreótipos, que focalizam o Pátio do Colégio, nas primeiras décadas do século XIX. Urge, pois, pesquisar esse valioso material iconográfico, tão necessário à memória paulistana, perdido talvez nos empoeirados escaninhos dos arquivos nacionais e estrangeiros, quase nunca compulsados.

---

(27) Ender (*1793 Viena, Áustria + 1875) Desenhista, pintor e gravador. Em 1817 integrou a missão científica austríaca, juntamente com os especialistas Natterer, Mikan, Spix e Von Martius, que veio ao Brasil, contratada pela princesa D. Leopoldina. Ender visitou a cidade de São Paulo em 1818, retornando à Áustria em 1º de junho do mesmo ano. Levou consigo mais de 800 desenhos feitos no Brasil, os quais pertencem ao acervo da Academia de Belas-Artes de Viena.

(28) Landseer viajou para o Brasil em 1825, contratado como pintor da missão Stuart. Retornando à Inglaterra, foi nomeado reitor da *Royal Academy of Arts* de Londres, cargo que exerceu durante o período de 1851/1873.

(29) Burchll (*1781 Fulham, Inglaterra + 1863). Permaneceu no Brasil de 1825 a 1830. Visitou as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Pará, onde elaborou cerca de 300 desenhos. A marcação de suas paisagens foi feita com uma câmara clara, técnica inventada por Wollaton, no início do século XIX, o que lhe permitiu fixar, com rigorosa exatidão, os detalhes arquitetônicos focalizados à distância. Lamentavelmente, a maioria de seus desenhos permanece inédita.

(30) Debret (*1768 Paris + 1848). Permaneceu no Brasil de 1816 a 1831. Retornando a Paris, publicou em 1834/39, a famosa obra *"Voyage pittoresque et historique au Brésil"*, enriquecida com 150 aquarelas. São numerosos os seus desenhos fixando cenas do cotidiano, verdadeiros flagrantes da zona urbana do Rio de Janeiro, nada lhe escapando à observação. Passou por São Paulo em 1827, e aqui fez cinco aquarelas: "Palácio do Governo de S. Paulo", "Vista Geral da Cidade de S. Paulo", "Igreja de S. Pedro" (Largo da Sé), "Convento do Carmo" e "Ponte de Santa Ifigênia (identificada como ponte do Acu ou do Lorena). Alguns desenhos seus focalizam o interior paulista: Itapeva, Itu, Porto Feliz, S. Carlos (Campinas), Sorocaba, Faxina, etc. Sua produção sobre motivos brasileiros eleva-se a 800 trabalhos.

(31) Pallière (* 1784 Bordéus, França + 1862). Pintor, desenhista, gravador e professor. Fixou-se no Rio de Janeiro de 1817 a 1830, ano em que retornou a Bordéus. Logo após a chegada, Dom João VI encarregou-o de elaborar vistas panorâmicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em 1822, passou a lecionar desenho na Real Academia Militar.

(32) Kidder – "Reminiscências de viagens e permanência no Brasil", obra editada em Londres e Filadélfia. *"Brazil and the Brazilians"*, coautoria de James Cooley Fletcher, responsável pelas ilustrações. *"Brazil and the Brazilians postrayed in historical"*, Londres, edições de 1866, 1871 e 1879.

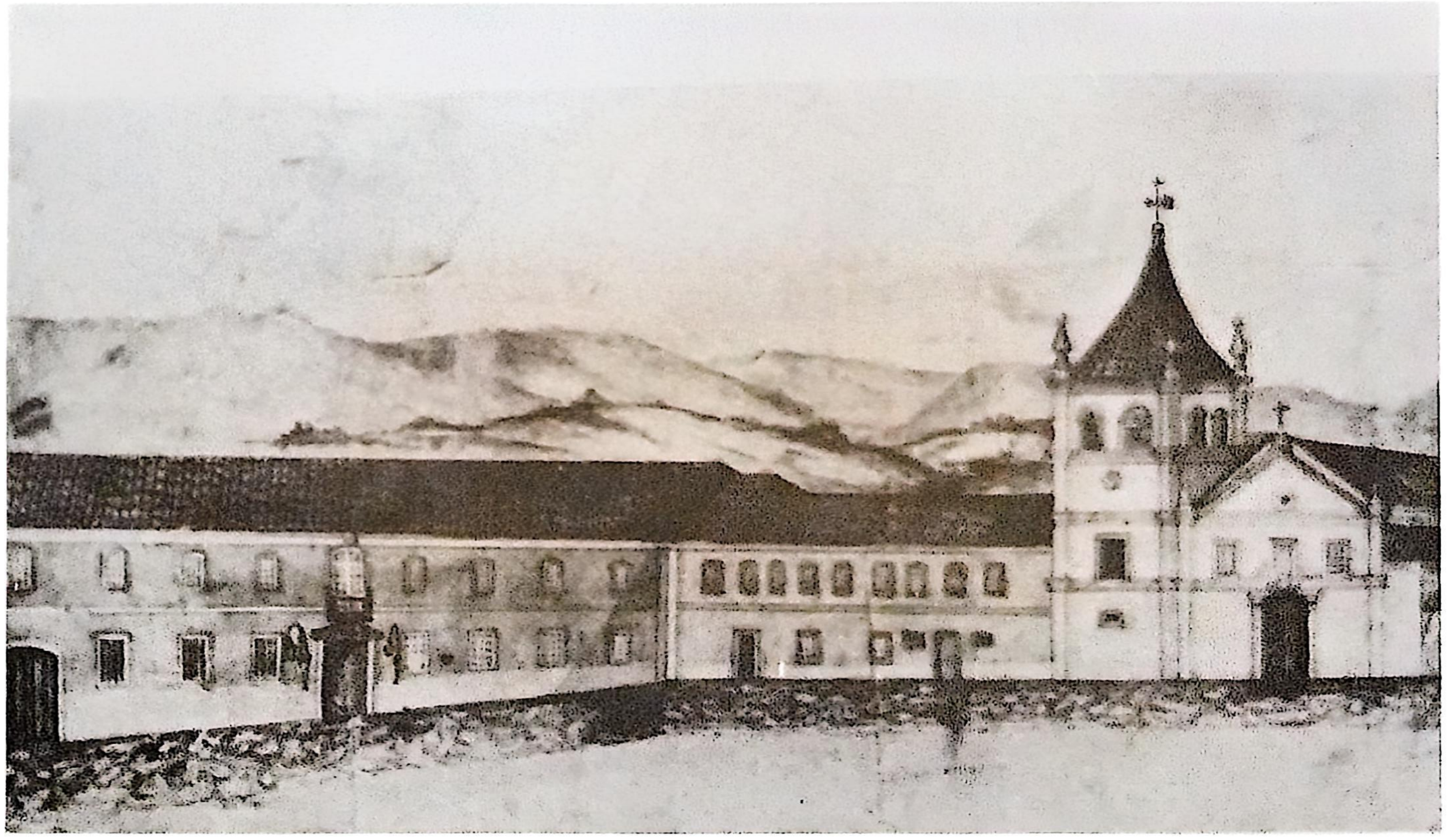
(33) Miguelzinho (*1810 Itu, SP + 1875 Piracicaba). Artista versátil, notabilizou-se como desenhista, escultor, arquiteto, ourives, entalhador, organista, compositor de músicas sacras e profanas, memorialista. É autor dos seguintes projetos arquitetônicos executados em Piracicaba: Matriz de Santo Antônio, Igreja da Boa Morte, Igreja de S. Benedito e Santa Casa de Misericórdia. Teve como professor de música e pintura o famoso padre Jesuíno do Monte Carmelo. Visitou numerosas cidades do interior paulista, objetivando fixar os principais logradouros públicos e cenas campestres. Na capital da Província de São Paulo, fez uma série de desenhos, não apenas vistas panorâmicas mas, também, monumentos civis e religiosos. Segundo Taunay, esses trabalhos iniciaram-se em 1835 e foram talvez aproveitados para emoldurar a "Planta da Imperial Cidade de São Paulo", primeiro mapa paulistano, impresso em 1841.

(34) Synder – A gravura ilustra o livro *"Brazil and the Brazilians"* editado em 1857, de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher. O desenho enfoca o centro urbano paulistano.

(35) Tschudi – Autor da obra *"Reisen durch Sul-Amerika"*, em 5 volumes, ed. Leipzig 1866/1869. O precioso esboço focaliza a Igreja e o Colégio, e os flancos laterais da praça, enquanto a aquarela de Debret registra a parte então desconhecida, completando o quadrilátero do Pátio.

O Colégio e a Igreja do Bom Jesus em 1818. Desenho do pintor austríaco Thomas Ender, integrante da missão científica de Spix e Von Martius. Trata-se de documento iconográfico mais antigo que do edifício se conhece. Original pertencente à Academia de Belas Artes de Viena.

O Pátio do Colégio em 1830 vendo-se os quatro lados da praça. No sobrado à direita funcionava a Casa da Ópera. O quadro é de autoria de Beatriz Dutra e pertence ao museu do Instituto Genealógico Brasileiro



A Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus e o Palácio do Governo em 1847. Aquarela de Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra. A composição mostra um fundo infiel, comprometido pela inserção de serrania inverídica, de cunho fantasioso. Original pertencente ao Museu Paulista.

A ARQUITETURA DO COLÉGIO

Qual teria sido, porém, o aspecto físico do corpo principal do Colégio, na sua fase áurea setecentista, antes da expulsão dos jesuítas, determinada pelo alvará de 31 de julho de 1759?

Fomos buscar informações esclarecedoras, embora escassas e deficientes, na "Coleção Pombalina" do Arquivo Nacional Ultramarino de Lisboa, onde se encontram os volumosos *"Autos de Devassa"* instaurada contra a Companhia de Jesus. Os inventários dos "bens vacantes" confiscados aos padres jesuítas de São Paulo, apensos aos códices (36) descrevem laconicamente a composição do edifício e seus respectivos compartimentos, sendo omissos quanto às dimensões das áreas utilizadas.

Eis, em síntese, as características arquitetônicas do Colégio, à luz da documentação consultada; acrescida de subsídios elucidativos disponíveis, ainda que fragmentários, coligidos nas fontes primárias e nos estudos de historiadores renomados, antigos e contemporâneos, especialistas em assuntos jesuíticos.

Trata-se de enorme prédio constituído de dois pavimentos retangulares, com 23,70 metros de fachada, construção mista de pedra e taipa apiloada, alicerces sólidos e profundos (37), paredes de grande espessura, pintadas a tabatinga (38), telhado de duas águas, provido de amplos beirais em balanço, amparados por cachorros aferentes que servem de elementos de sustentação. Na falta de calhas, devido ao alto custo do cobre laminado ou de material similar, as funções dos beirais consistiam em evitar que a água despejada dos telhados fosse aos poucos desagregando o barro das paredes e comprometendo, com o decorrer do tempo, a estabilidade do edifício.

É simples a composição da fachada, austera e sóbria, sem qualquer rebuscamento decorativo, como convém aos monastérios. O pavimento térreo insere, nos panos frontais, duas portas, duas janelas quadrangulares e três pequenas janelas retangulares, à guisa de "seteiras", todas guarnecidas de vergas, ombreiras, socos e soleiras de cantaria. As portas são providas de largas folhas de madeira almofadas, com retângulos reentrantes. Protege o embasamento, aos rés-do-chão, sólida faixa de pedra aparelhada, que se sobrepõe ao alicerce de limonita. Nove janelas se intercalam no frontispício do pavimento

superior, todas guarnecidas de aros de pedra, vergas curvas, barentes de madeira ou treliça e caixilharia de guilhotina, vedada com lâminas retangulares de malacacheta.

Divide-se a parte térrea em 16 compartimentos, centralizados por amplo pórtico de distribuição, o qual proporciona acesso ao andar superior, mediante rústica escada de madeira, em dois lanços, situada na lateral esquerda. O vestíbulo proporciona interligação com o refeitório, cozinha, despensa, enfermaria, botica, salas e corredores de comunicação. Nas dependências ao fundo, estão localizadas as oficinas de trabalho, os alojamentos dos índios e negros e, no pomar, um chafariz de pedra com quatro carrancas, de cujos bicames abundante água jorra pura e cristalina. Junto às alamedas do pomar, acha-se o famoso átrio de meditações no lugar onde, em seu tempo, Anchieta costumava ler o breviário e preparar os sermões.

Compõe-se o pavimento superior de 15 peças, inclusive três corredores desprovidos de janelas ou qualquer envazadura, necessárias à ventilação e iluminação internas. Localizam-se nesse andar os dormitórios (doze celas ou "cubículos"), biblioteca, capela, câmara, secretaria e sala capitular. Os compartimentos são assoalhados e forrados. As nove janelas do piso superior possuem "conversadeiras" ou "palratórios", poiais de pedra semelhantes às êxedras gregas, que consistem em saliências situadas logo abaixo do peitoril, nos flancos dos rasgos das paredes. É sumário o mobiliário que guarnece as peças: mesas toscas, estantes, bancos, catres, cadeiras, armários, cômodas, lavatórios, canastras, oratórios, cabides, quadros, credências, genuflexórios, candeias, além do equipamento da escola e das oficinas (carpintaria, alfaiataria, sapataria, ferraria, etc).

O antigo edifício interligava-se inteiramente ao sobradão adjacente (unido em ângulo reto) ao qual se incorporou, formando um todo. Segundo o auto de avaliação feito em abril de 1827, sob a presidência do desembargador Manoel Chichorro, as fachadas dos dois sobrados mediam, em conjunto, 373 palmos de testada. Nesse venerando prédio funcionava o colégio ou seminário e, também, os diversos cursos de ensino para religiosos e leigos, cujas disciplinas eram lecionadas exclusivamente pelos jesuítas. Ali se assentam as raízes da cultura paulista.

O inesquecível mestre Afonso de Taunay evoca, em seu primoroso livro "Velho São Paulo", os principais eventos históricos ocorridos no vetusto Colégio, desde os tempos da fundação de

Piratininga até 1908, época em que foi demolida grande área do que restava do cenóbio inacino, na parte reservada à residência dos presidentes:

"Circunstâncias que enobrecem os fastos do quase quadrissecular edifício, do qual tão pouca coisa resta, vem a ser que serviu de morada a nada menos de seis chefes de estado do Brasil.

Foi o paço de dois Imperadores e de uma Princesa Imperial, três vezes regente do Império, e residência de três Presidentes da República.

Em 1822, e por espaço de mais de uma quinzena, nele se situou o centro da política nacional em época culminante da existência brasileira: a de sua constituição em Nação.

Além desses seis hóspedes excepecionais, nele tiveram morada Bispos Diocesanos, Capitães-Generais, Governadores da Capitania, presidentes da Província e do Estado de São Paulo, de 1765 a 1908.

Extensa resenha que vem do Morgado de Mateus a Oyenhausen, Marquês de Aracati, do Visconde de Congonhas do Campo ao General Couto de Magalhães, de Prudente de Moraes a Jorge Tibiriçá, abrangendo muitas dezenas de nomes, entre os quais surgem alguns apelidos dos mais prestigiosos do Brasil."

Na jornada da Independência, D. Pedro I hospedou-se no velho Colégio, então pomposamente denominado "Paço da Regência", durante 11 dias, a partir de 25 de agosto de 1822. Após o memorável acontecimento de 7 de setembro, verificado às margens do Ipiranga, D. Pedro I retornou pressurosamente ao Colégio e, ali, compôs o famoso Hino da Independência que seria executado, "como um salmo de vitória", no espetáculo de gala realizado no Teatro da Ópera.

---

(36) Em 3 de abril de 1766, o Conde da Cunha confiara ao Morgado de Mateus, por determinação régia, a direção discricionária dos bens seqüestrados aos jesuítas. Constam do processo preliminar instaurado em São Paulo, três inventários concernentes ao patrimônio da Companhia: o primeiro é atribuído ao Desembargador Salazar, o segundo ao Morgado de Mateus e o último a D. Frei Antônio da Madre de Deus Galrão, bispo de São Paulo.

(37) As fundações são de pedra ferruginosa (limonita), assentada com barro ou à maneira "ensossa", sem junta argamassada.

(38) Corruptela do tupi *"toba-tinga"* que significa barro branco, material argiloso, antigamente de uso generalizado na caiação de paredes.

O Pátio do Colégio em 1860 vendo-se, à direita, os velhos edifícios da Casa de Fundição e da Casa da Ópera. Desenho do Barão Johann Jakob von Tschudi, in Reisen durch Süd-Amerika, vol. 5º, ed. Leipzig, 1863

FÚRIA ICONOCLASTA

Quanto à vetusta e histórica Igreja de Nosso Senhor do Bom Jesus, derruída por incúria das autoridades governamentais, não subsiste nenhuma descrição técnica, em termos de subsídio, concernente ao interior do templo. Conhecemo-lo apenas superficial e insuficientemente por meio de algumas fotos parciais, esmaecidas e defeituosas, feitas depois do desabamento ocorrido em 1896.

Teodoro Sampaio, engenheiro e historiador, foi encarregado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de elaborar uma memória descritiva da igreja, amplamente documentada, trabalho fundamental que seria legado à posteridade. Todavia, o ilustre baiano se restringiu, em prolixo aranzel, a lamuriar o perecimento da capela, inevitável no seu entender, pretendendo, com isso, acobertar e justificar a inércia do governo, a cujo quadro de funcionários graduados ele pertencia. Nada relatou sobre os pormenores da composição arquitetônica da igreja, interna e externa. Esqueceu-se. Nunca foi favorável à reedificação do velho monumento religioso, providência indeclinável reclamada pelo sentimento cívico do povo paulista. Ao contrário. Encarregou-se de destruí-lo definitivamente (39). Pertence-lhe esta melancólica frase: "... Demolir aquelas paredes para no mesmo sítio levantar-se nova igreja *é exagerar os sentimentos*, é desconhecer as necessidades da época, é confundir o ideal imperecível com o seu representativo material, contingente, como se a destruição deste acarretasse a irremediável perda daquele" (40).

Desde o advento da República, na administração de Jorge Tibiriçá, o governo determinara desapropriar e demolir a igreja para que, no terreno sacratíssimo, se construísse um "edifício condigno, de concepção moderna" *(Art Nouveau)* destinado à sede do Congresso Constituinte de São Paulo (41). Ato de vandalismo travestido de pseudo-progresso.

Debalde foram os protestos e as tentativas de conciliação do Brigadeiro Couto de Magalhães, de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (42), do prof. João Mendes de Almeida e tantos outros defensores da integridade e preservação do mais importante monumento histórico de São Paulo. Ninguém conseguiu demover o presidente Jorge Tibiriçá de seu infeliz propósito iconoclasta. Manteve-se intransigente, insensível aos apelos que lhe foram

dirigidos, apesar do clamor público e do recurso à Justiça, interposto pela Cúria. Nada valeu. A velha igreja dos jesuítas estava irremediavelmente condenada pela agressividade do positivismo dominante, embora o Estado dispusesse de numerosos terrenos devolutos, em situação privilegiada, tanto no Pátio do Colégio como no Largo da Sé, adequados para a construção do projetado prédio, necessário à instalação do Congresso Constituinte.

Prolongou-se por um lustro a ação judicial. Finalmente, o Supremo Tribunal confirmou, em sentença definitiva, a reintegração de posse, dando ganho de causa à Diocese de São Paulo. Mas a conjuração de circunstâncias adversas haveria de prevalecer. Durante os cinco anos que se arrastou o litígio, a igreja permaneceu fechada, interditada ao culto religioso, entregue ao abandono que impossibilitou o indispensável serviço de conservação e sujeita a ocultas depredações.

Na noite tempestuosa de 13 de março de 1896 ocorreu o desmoronamento do histórico templo seiscentista. Dizem que mãos criminosas, a mando do governo, teriam deliberadamente "preparado" a ruína da igreja, a fim de precipitar o desfecho da pendência, então desfavorável ao Estado, com a queda do telhado que encobria a nave. A propósito desse acontecimento estarrecedor, informa Serafim Leite, douto historiador dos jesuítas: "... Alvo da má vontade de muitos que o consideravam obsoleto, inestético, ao lado do novo palácio, deixou de ser conservado, murmurando-se até que havia quem procurasse, por meio de goteiras propositais, arruinar a segurança de suas paredes principais". Conclui o libelo com estas palavras candentes: "Não foram alheias à derrubada da igreja tristes paixões humanas".

Em 15 de março de 1896, dois dias após o desabamento, Teodoro Sampaio requisitava um piquete do Corpo de Bombeiros e, pressurosamente, dirigiu o trabalho de demolição e terraplenagem... Ao contrário do que se supunha, as paredes mestras (fachada e empenas) então consideradas frágeis, precárias, em estado de ruína, resistiram à picareta destruidora, sendo necessária a utilização de numerosas cargas de dinamite. O antigo alicerce de pedra ferruginosa (limonita) e as grossas paredes da torre, em taipa de pilão, com 1,18 m de largura, de solidez surpreendente, foram preservados. Intatos, esses resistentes elementos integraram a estrutura da nova torre, projetada para o edifício do Congresso Constituinte.

O episódio constitui, sem dúvida, ato de vandalismo intencional, decorrente de lastimável subserviência, contrário aos mais elementares princípios éticos. Competia a Teodoro Sampaio lutar pela reconstrução da igreja. Não lhe faltava prestígio para dissuadir as autoridades de seu infeliz intento. Preferiu, porém, "cumprir ordens superiores", mancomunando-se com o plano sinistro, em detrimento da memória paulista, desfalcando-a de sua mais preciosa jóia arquitetônica, de austera nobreza, relicário de um passado heróico e glorioso.

Comentando o imperdoável comportamento dos que se abstiveram ou se omitiram, quando lhes cumpria o dever de salvar aquele bem inauferível de nosso patrimônio, declarou o erudito e consagrado historiador José Augusto César Salgado, com a sua incontestável probidade: "...Dizer que a restauração da velha igreja era impraticável é afirmar a incapacidade da engenharia da época, em face de um problema sem maiores implicações técnicas. Precária que fosse a situação da igreja, como peça arquitetônica, o que importava era impedir a sua ruína definitiva" (43).

Houve um acordo amigável entre as partes litigantes. O Estado pagou à Curia, a título de indenização, a soma de 350 contos de réis. Compensação irrisória por um monumento histórico, artístico, cívico e religioso, remanescente da fundação de São Paulo, de valor enorme, inestimável. Findara o vergonhoso *affaire.* Uma pá de cal a tudo encobriu. Mas permaneceria o juízo inexorável da História, a relembrar a verdade. *Historia magistra vitae,* proclamava Cícero, de dedo em riste, no alto do Capitólio...

O montante da transação foi totalmente aplicado na construção da Igreja do Imaculado Coração de Maria, em terreno situado à Rua Jaguaribe, cuja inauguração se verificou a 2 de fevereiro de 1899, dois anos depois do lançamento da pedra fundamental (44). Conforme dispositivo contratual, o primoroso altar-mor da veneranda igreja do Bom Jesus foi transferido para o novo templo do Coração de Maria, responsável por sua guarda e conservação. Quando da montagem do altar, verificou-se que a peça era de grande dimensão, não bastando o espaço exíguo que a ela fora reservado na capela do Santíssimo Sacramento. A solução foi "luminosa": reduziram-no a quase 1/3 do tamanho, amputando os componentes principais...

O que mais confrange e entristece o povo paulista, tão cioso de sua saga, foi o indiferentismo, o menosprezo e o desamor pelo

patrimônio histórico, cultural e religioso de São Paulo, procedimento estranhável, demonstrado por dois eminentes brasileiros: Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo diocesano (45) e Bernardino José de Campos Júnior, presidente do Estado, principais responsáveis pela reprovável negociação havida, que resultou na destruição definitiva da igreja. Poderiam salvá-la, se o quisessem. Faltou-lhes, porém, sensibilidade, interesse, compreensão e boa vontade. Mais tarde, Dom Joaquim Arcoverde se penitenciaria, ao confessar seu profundo sentimento de culpa (46).

---

(39) Teodoro Sampaio dirigiu pessoalmente o serviço de demolição da vetusta igreja.
(40) In Revista do IHGSP, vol. II, ed. 1898.
(41) A Igreja do Bom Jesus passou a integrar o patrimônio do Estado, em virtude de dispositivo da Constituição Federal, de 1891.
(42) 8º bispo de São Paulo.
(43) César Salgado, in "O Pátio do Colégio – História de uma Igreja e de uma Escola", ed. 1976.
(44) O lançamento da pedra fundamental se verificou em 13 de março de 1897, consoante inscrição existente no piso da abside.
(45) Sucessor de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.
(46) Leonardo Arroyo, in "Igrejas de S. Paulo", ed. 1954.

COMPOSIÇÃO ARQUITETURAL DA IGREJA

Dissemos em capítulo anterior que os preciosos códices de registros da igreja do Pátio do Colégio, notadamente o Livro do Tombo, foram seqüestrados e posteriormente incinerados, à época da expulsão dos jesuítas, por determinação de Dom José I. Nada restou dos assentamentos cotidianos feitos pelos padres, sobre as principais ocorrências verificadas, manuscritos importantíssimos que, aos estudiosos contemporâneos, possibilitariam a fiel reconstituição da fascinante história do glorioso templo, quase desconhecida, em termos de detalhes.

O pouco que se sabe provêm de informações esporádicas, circunstanciais, imprecisas, desconexas, às vezes conjeturais e contraditórias, coligidas em diversas fontes, nem sempre idôneas. Excetuam-se alguns inventários e relatórios antigos, embora sumários, existentes em os arquivos brasileiros e portugueses. De certa forma, esses manucristos apresentam subsídios interessantes, aproveitáveis, porém, incompletos, destituídos de minúcias necessárias ao encadeamento de informações autênticas, acerca do desenrolar de fatos remotos.

Pode-se imaginar a penúria de material comprobatório, por este exemplo: documento algum até hoje encontrado descreve técnica e cientificamente a composição arquitetônica interna da igreja, seus altares, púlpitos, imagens, mobiliário, peças de arte, alfaias e tampouco refere os nomes dos artesãos que à obra prestaram seu concurso. Tivéssemos à disposição, suponhamos, os valiosíssimos livros de "Termos de Arrematações e Contratos" e os de "Despesas", conheceríamos os pormenores relacionados à execução de todas as obras, realizadas em diferentes épocas: datas, condições, especificações, preços, nomes dos artífices, aprovações, pagamentos, etc.

Quando da interdição da igreja, ocorrida em 1891, ninguém manifestou interesse por preservar as obras de arte, salvando-as de fatal desaparecimento. Diga-se, a bem da verdade, que a Cúria tentou distribuí-las entre as paróquias de São Paulo, mas a oferta não teve acolhimento algum. Havia febre de progresso. A preferência da elite paulistana se ajustava à nova realidade econômica e cultural. As Irmandades religiosas e Ordens Terceiras planejavam reedificar e modernizar suas igrejas, ao gosto da arquitetura européia, então em grande voga. Contratavam-se engenheiros, empreiteiros e artistas

estrangeiros, confiando-lhes a execução das obras. Utilizava-se material de construção fino e caríssimo, importado diretamente da Itália, França, Alemanha, Inglaterra e Bélgica. Tudo provinha da Europa: mármores, bronzes, cristais, porcelanas, móveis, azulejos, ornamentos, alfaias, objetos de arte, até imagens edulcoradas, "bonitas e vistosas", em *papier mâché*, massificadas, de fabricação em série. Os esplêndidos santos barrocos e os altares seiscentistas eram considerados antiqualhas antiestéticas, superadas...

Poucas peças foram conservadas: o altar-mor (incompleto), seis imagens de madeira policromada (Bom Jesus, Santo Inácio de Loiola, S. Francisco Xavier, S. Stanislau Kostka, São Paulo e N. Srª. da Conceição), uma pia de água benta, um lavabo de pedra, uma pia batismal, um emblema ornamental da fachada, ponteiros do relógio da torre, uma coluna de altar, a lápide de Afonso Sardinha e pequena urna contendo os despojos do cacique Tibiriçá. Nada mais. Peças de vulto esculpidas em madeira foram relegadas ao abandono, como trastes inúteis, à mercê da ação deletéria de insetos vorazes, outras valiosíssimas, que guarneciam os altares, foram vendidas ou surripiadas por mercadores de antiguidades. Diz-se que os objetos mais preciosos, selecionados por um *connaisseur*, teriam sido "obsequiados" a figurões da época, potentados do café.

Desconhece-se o paradeiro dos seis altares da nave, um da sacristia, as peças componentes do altar-mor, a mesa de reuniões em vinhático, 12 cadeiras com espaldar e pés de cabra, duas credências da capela-mor, dois arcazes de jacarandá, dois púlpitos, um oratório, dois tocheiros, 19 imagens de madeira policromada, um Senhor Crucificado em tamanho natural, sete Crucifixos de altares, oito sinos da torre, seis painéis a óleo, dois confessionários entalhados, um genuflexório, três banquetas, paramentos, candelabros, lustres de cristal, prataria cinzelada, alfaias em ouro, prata e estanho, além de numerosa miudeza. Presumivelmente, esse tesouro de arte colonial acha-se incorporado ao acervo de museus e coleções particulares, em detrimento do patrimônio histórico, artístico e religioso da Igreja do Pátio do Colégio, ora tão empenhada em reaver pertences legítimos a ela usurpados.

Após esta digressão, que se fazia necessária, voltemos ao assunto em epígrafe. Data de 1667 a construção da terceira igreja do Colégio de São Paulo (47), erigida no mesmo local e sobre as fundações das duas outras que a antecederam em priscas eras. Suas dimensões compreen-

diam 103 palmos de frente por 212 palmos craveiros de comprimento, medida equivalente a área de 1.105,52 m² (48).

A composição da fachada obedecia, a rigor, ao tradicional estilo jesuítico, padronizado no projeto da formosa Igreja de N. Srª. da Graça, de Olinda, traça devida ao padre Francisco Dias, notável arquiteto português, graduado pela Universidade de Coimbra antes de ingressar na Companhia de Jesus.

Trata-se de construção de pedra e taipa de pilão, material misto que proporcionou extraordinária solidez, comprovada na durabilidade de 229 anos.

Eis as características principais de sua composição arquitetônica, à época da expulsão dos jesuítas, segundo documentação coeva, coligida em vários arquivos brasileiros e portugueses (49).

As fundações obedecem à mesma técnica aplicada aos alicerces do Colégio. Abriram-se valas enormes e profundas (50) enchendo-as com grandes pedras ferruginosas (limonita, conhecida também como hematita parda) assentadas com barro e lama argilosa, à guisa de argamassa, num curioso processo de amarração. Os cunhais de cantaria que se apóiam fortemente no embasamento, são rematados, na base da cimalha real, por dois pináculos. É simples o frontão, inspirado na sobriedade das linhas retas, tendo um óculo afunilado na superfície central do tímpano. No ápice da cornija entelhada, ergue-se a cruz latina com sua peanha esculpida em granito cinza-esverdeado.

Nos panos do frontispício, entre a cimalha e a arquitrave, situam-se as três sacadas do coro, providas de grades de madeira torneada (guarda-corpos) e portas com caixilharia envidraçada, anteriormente revestidas de lâminas de mica, procedentes de Goiás. Segue-se o pórtico retilíneo de cantaria estriada, protegido na parte superior da arquitrave por uma cimalha triangular que se interrompe para ceder espaço à janela central do coro. Compõe-se a porta principal de duas folhas almofadadas, cada qual com doze saliências retangulares e poligonais, ambas guarnecidas de espelhos e aldravas de ferro forjado, obra magnífica do artesanato paulistano. Consta no centro da verga a data "1681", gravada em baixo-relevo, alusiva à conclusão da fachada. Particularidade inusitada na arquitetura colonial brasileira: a altura do telhado sobreleva o frontão, quase encobrindo o pedestal da cruz, situada no ápice do tímpano (51).

A torre não constava do projeto original. Fora acrescentada posteriormente. Embora esteja incorporada à igreja no flanco direito,

acha-se recuada cerca de 0,90m do alinhamento da fachada, circunstância que comprova a adaptação ulterior. Além disso, na sua construção não se empregou a taipa de pilão. Apenas pedra aparelhada, técnica que difere da igreja. Compõe-se de pavimento térreo e três andares, cada qual com 46,90 m². Dimensões externas: 5,00m de largura por 24,40m de altura. Telhado quadrangular, cúpula piramidal, encimada pela grimpa de cobre, onde se insere um catavento metálico, ornado com a figura do sol resplandecente, contendo a sigla *IHS (Iesus, hominum Salvator),* símbolo da Companhia de Jesus. Os cunhais são igualmente de pedra aparelhada rematados nas cimalhas por quatro coruchéus em granito cinza-azulado. Dispõe o campanário de oito sineiras, distribuídas aos pares em cada face da torre. No terceiro lanço (52) está o famoso relógio seiscentista e, no andar subseqüente, a sacada que se alinha na mesma projeção das envazaduras do coro. Segue-se o enquadramento inferior à arquitrave, centralizado por pequena janela retangular (seteira) que proporciona iluminação à escadaria interna. O embasamento é revestido de sólida faixa de cantaria, que confere segurança e beleza plástica à obra.

É de construção posterior a dependência situada ao lado esquerdo da igreja, apêndice suplementar que corresponde ao corredor detrás dos altares colaterais, estendendo-se até a sacristia, onde estão as duas portas de entrada. A estrutura do alicerce, composta de material menos resistente, além de rasa e estreita, confirma que a adição desse puxado não constava do projeto original. Nota-se que o telhado de uma água (53) está geminado à parede da empena e fora rebaixado em relação aos óculos quadrilobados, para não prejudicar a iluminação interna dos altares. Conseqüentemente, o pé-direito do corredor ficou baixíssimo (6,63m) desproporcional à altura das demais dependências da nave (11,20m). Esse acréscimo híbrido veio comprometer a estética composicional do templo.

Enfim, a arquitetura da Igreja do Pátio do Colégio reproduz o tipo de construção da Contra-Reforma, largamente utilizada em Portugal pela Companhia de Jesus: solene, sóbria, despretensiosa, singela.

Germain Bazin, conservador-chefe do Museu do Louvre, publicou dois alentados volumes intitulados *L'Architecture Religieuse au Brésil,* obra magnífica de crítica e erudição, que insere quase todo o documentário pesquisado acerca do fascinante tema. O autor teve à sua disposição o arquivo e a biblioteca do IPHAN-MEC, tendo sido

assessorado por uma equipe composta de vários historiadores, arquitetos e *experts* altamente qualificados. É, sem dúvida, o melhor trabalho específico sobre a matéria.

Não obstante, Germain Bazin pouca coisa escreveu acerca da arquitetura do conjunto Igreja e Colégio de São Paulo, talvez pela ausência de documentos que se faziam necessários ao desenvolvimento do tema. Seu breve comentário se limita apenas a algumas linhas, sem nada acrescentar, em termos de pesquisa e análise:

"*Il est dommage que les autels du collège de São Paulo ne nous aient pas été conservés intacts. En 1701, l'église est mentionnée comme* digna de se ver pela sua obra de talha dourada; *en 1707 il est fait mention de quattuor minores arae auro illiminatae; ce sont les autels latéraux, dont un subsiste encore, ainsi que l'altar-mor, malheureusement mutilé, à l'église du* Coração de Maria; *on trouve quelques débris provenant d'un des petits autels au Musée d'Ipiranga; ces autels étaient du type 7, à décor de vigne naturaliste, avec très peu d'acanthe.*

L'établissement a été démoli, au début de ce siècle; sa façade nous est connue par des dessins et une photographie. Les bâtiments accostaient l'église du côté de l'Épître. Malgré les réfections, la tour et la façade étaient restées conformes au type primitif."

---

(47) Obra concluída em 1683.

(48) Incluindo-se o espaço da sacristia. Na planta-baixa feita por Teodoro Sampaio, tais medidas são rigorosamente idênticas.

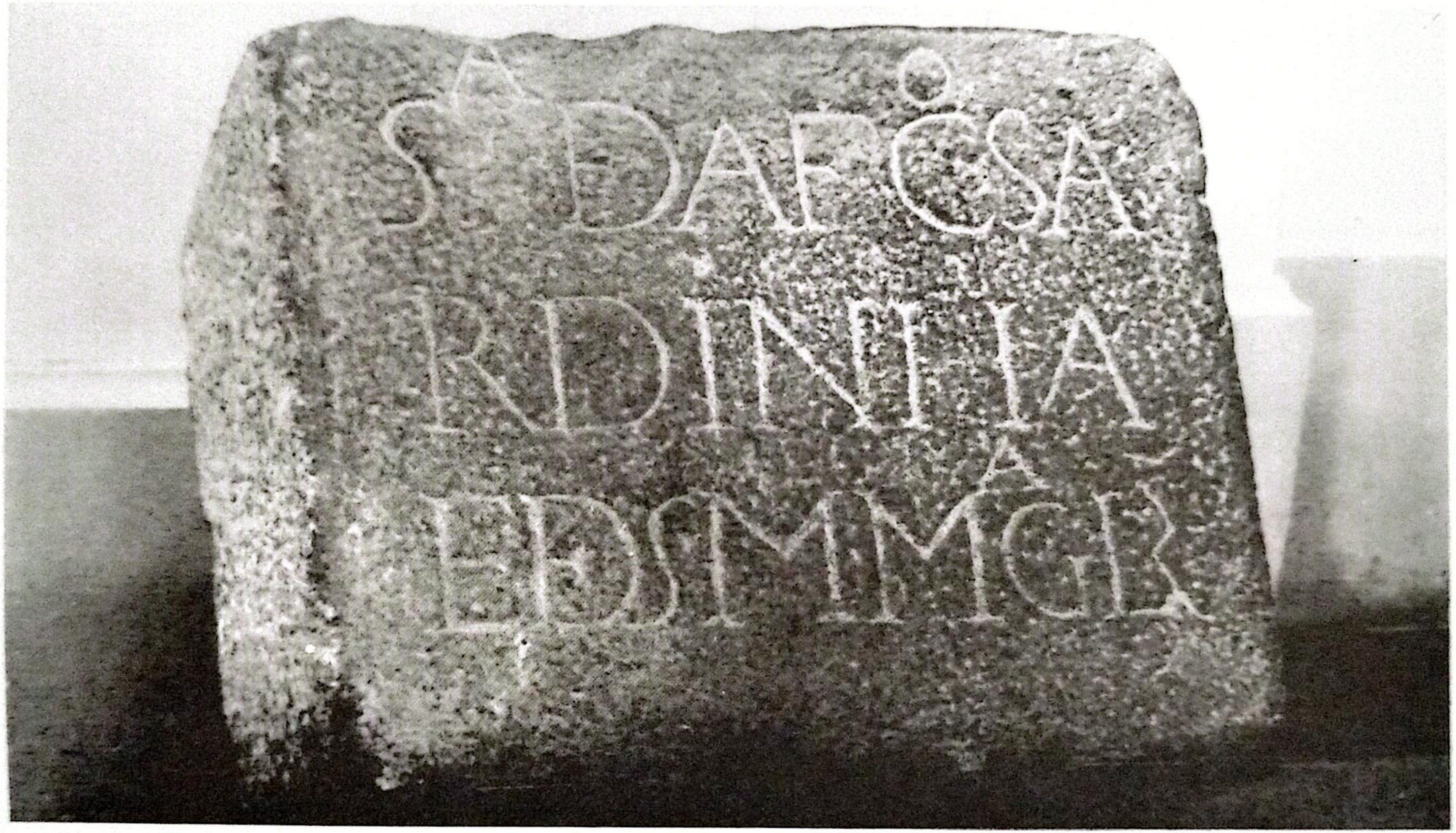
(49) O arquivo da Cúria paulistana possui um inventário do patrimônio da igreja, datado de 1760. Deve-se a descoberta desse importante documento ao ilustre historiador padre Hélio Abranches Viotti S. J., especialista em assuntos anchietanos. Existe outro inventário dos bens "móveis e imóveis" seqüestrados aos jesuítas de São Paulo, documento datado de 1761, pertencente à Coleção "Almeida Prado" – USP – IEB (Cod. 5), in Catálogo.

(50) O alicerce atinge, em média, a surpreendente dimensão de 3,22 m de profundidade por 1,20 m de largura. Nas antigas construções de taipa de pilão ou de sebe, o alicerce é simples prolongamento da parede, não havendo solução de continuidade, a exemplo do processo usado na igreja do Colégio. Esse material de grande interesse arqueológico se conservou intacto e pode ser visto e examinado no interior da cripta.

(51) Caimento: 25%.

(52) São diferentes as dimensões dos pés-direitos de cada andar.

(53) Caimento: 25%



A lousa tumular de Afonso Sardinha, o velho, e sua mulher Maria Gonçalves Rodrigues, que legaram fabulosa fortuna à Igreja do Colégio. Peça pertencente ao acervo do Museu Paulista.

O INTERIOR DO TEMPLO

É amplo, porém, não esbanja riquezas o interior da Igreja do Senhor Bom Jesus, em relação aos magníficos templos jesuíticos que se espalham ao longo do litoral brasileiro. Não se pode compará-la, em termos de decorações escultóricas, pinturas, mobiliário e alfaias, com as antigas igrejas dos Colégios de S. Salvador na Bahia (54), de Santo Inácio no Rio de Janeiro, de N. Srª. da Luz em S. Luís do Maranhão, de N. Srª. do Socorro (ex-Geru) em Sergipe, de N. Srª. da Graça em Olinda, de S. Gonçalo na Paraíba, de Santo Alexandre (ex-S. Francisco Xavier), em Belém do Pará, de N. Srª. do Ó no Recife (55), de S. Lourenço em Niterói, dos Reis Magos no Espírito Santo, de Belém da Cachoeira na Bahia (56) e dezenas de outras igrejas dignas de destaque, por sua projeção e suntuosidade artísticas.

Infelizmente, alguns desses templos foram submetidos a reformas arbitrárias e, conseqüentemente, desfigurados em suas características arquitetônicas originais. Ou, então, demolidos por exigência do urbanismo contemporâneo, ávido de novos espaços planos, como sucederia em 1922, no desmonte do Morro do Castelo, com o qual a memória nacional sofreu a perda de dois monumentos inestimáveis: a Matriz de S. Sebastião e a Igreja de Santo Inácio, ambas construídas sob o patrocínio de Salvador Corrêa de Sá. Contudo, preservaram parte do patrimônio artístico, confiando-o à guarda de outros templos beneméritos que souberam acolhê-lo e conservá-lo condignamente (57).

Embora pobre, nota-se perfeita harmonia plástica no interior da Igreja do Bom Jesus, decorado com o modesto óbolo dos devotos paulistanos. É simples e austero, sem excesso de ornatos plataresco s.

Marca o processo de transição do estilo jesuítico, despretensioso, comedido, menos pletórico em esculturas e douramentos. Conquanto houvesse moderação em despesas supérfluas, constata-se o bom gosto na singeleza dos altares colaterais, no aproveitamento racional dos espaços e na disposição estética das peças mais importantes. Predomina o equilíbrio. A nave e a capela-mor suscitam prece, recolhimento, meditação. A penumbra envolta apenas pela luz bruxuleante dos círios, o silêncio e o ambiente místico recendente a incenso, tudo concorre para levar o homem à presença de Deus.

Possui nave única, retangular, medindo 12,00m de largura por 24,00m de comprimento, dimensões que perfazem 288,00m² de área útil, afora os espaços reentrantes, ocupados pelas seis capelas colaterais e o batistério. O forro é côncavo, revestido de tábuas largas (58), justapostas (macho e fêmea), colocadas em sentido longitudinal, sob o o qual se apoiam as correntes de dois esplêndidos lampadários de prata cinzelada (59). Observa-se a mesma concavidade nos tabuados que forram os tetos das capelas, os quais obedecem à curvatura dos arcos.

As capelas estão dispostas simetricamente, três em cada lado da nave, abertas em arco de granito aparelhado, cujo intradorso tem 0,90m de espessura. Entretanto, as dimensões dos ambientes internos são demasiadamente exíguas (4,00m x 1,30m) sem a profundidade desejável, comportando apenas os altares e supedâneos que se comprimem junto às grades de balaústres de jacarandá torneado, as quais objetivam fechar e proteger as capelas, embora sejam intercomunicantes.

À entrada do vestíbulo encontra-se um velho pára-vento entalhado, contendo ornatos geométricos em relevo, anteparo colocado diante da porta, para resguardar o interior do vento e da poeira (60), no qual os padres costumavam afixar editais e avisos de interesse da igreja, para conhecimento dos devotos. Adentrando-se a nave, estão duas pias de água benta, embutidas na parede, peças antiquíssimas, rústicas, em pedra lavrada, remanescentes do antigo templo construído em 1556. À direita, encontra-se a porta do *hall* de circulação, que proporciona acesso à escada do coro e ao estreito corredor lateral (1,50m x 15,20m) situado detrás dos altares, estendendo-se até as dependências da sacristia. À esquerda, acha-se o batistério, instalado no térreo da torre e que ocupa a apreciável área livre de 30,94m² (5,73m x 5,40m). Nesse amplo compartimento se localiza a escadaria de madeira, que conduz aos três pavimentos subseqüentes da torre, havendo, porém, intercomunicação entre o 1º andar e o coro. Vê-se, no batistério, a primitiva pia quinhentista, em cuja taça os catecúmenos recebiam o sacramento do batismo e a purificação pela imersão, que significam o renascer espiritual. Adiante, localizam-se as duas colunas de cantaria que sustêm as fortes vigas do coro, em baraúna falquejada.

Nas adjacências dos altares colaterais da nave destacam-se, no piso atijolado (61), lápides antiquíssimas contendo epitáfios dos primitivos moradores de S. Paulo, que aí foram sepultados, sobressaindo-se a

lousa tumular de Afonso Sardinha, o velho, e sua mulher Maria Gonçalves Rodrigues, que legaram sua fabulosa fortuna à Igreja (62). Outra laje, medindo 0,90m x 0,48m, insere o seguinte texto latino: "*Non iacet Alphonsus, conjuxve hic: Surgit in astra qui cadit ad plantas, grata Maria, tuas*" (sic). Trata-se do jazigo de Afonso Sardinha, o moço, que se celebrizou como sertanista e descobridor das minas de ouro do Jaraguá. Mais adiante, próximo ao altar de Nossa Senhora das Graças, encontra-se a lápide de mármore (1,12m x 0,42m) contendo o epitáfio, em baixo-relevo, do padre Guilherme Pompeu de Almeida, "benfeitor insigne da Companhia de Jesus", falecido em janeiro de 1703. Diz a inscrição: *Hic jacet in tumulo Guilelmus Presbiter: Auro, et genere, et magno nomine Pompeius*" (sic). Junto ao supedâneo do altar de N. Srª. das Dores está a campa de Catarina Rodrigues, senhora de grandes latifúndios e vasta escravaria, em cuja lousa consta uma comovente nênia, canto fúnebre renascentista, repassado de incertezas:

"Hic Catharina pedes
Christi amplexur quiesces
Mortua es', aut vivis?
Vera ubi tibi est?" (sic)

Mereceram o privilégio de ser enterrados em o recinto da capela-mor, local exclusivamente reservado ao sepultamento de altos dignitários da Igreja ou personalidades que prestaram relevantes serviços à Companhia de Jesus: Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, primeiro bispo de S. Paulo, Martim Afonso Tibiriçá, João Ramalho e sua mulher a índia Bartira; Cacique Caiubi, Fernando Dias Paes (tio do "Caçador de Esmeraldas") e sua mulher Catarina Camacho.

Centenas de pessoas pertencentes às mais ilustres famílias de São Paulo foram sepultadas em o solo sagrado da Igreja do Colégio, notadamente no período de 1556 a 1600 (63). Em 1585, afirmava Fernão Cardim: "A vila não tem cura nem outros sacerdotes senão os da Companhia". E tampouco Matriz e igrejas que se encarreguem dos enterros em "campo santo". Embora houvesse disponibilidade de cinco campas na capela-mor e 18 na nave (três em cada altar) poucos são os jazigos assinalados por inscrições e lápides.

Devido à inexistência dos livros de óbitos, difícil seria a identificação dos nomes desses patriarcas, troncos de gerações paulistanas, não fossem alguns subsídios fortuitos, insertos na coleção dos "Inventários e Testamentos" e escassas informações coletadas em fontes primárias, menos acessíveis. Graças às pesquisas realizadas por

pequeno grupo de historiadores (64), tornou-se possível relacionar cerca de 68 pessoas que, comprovadamente, foram enterradas na Igreja, incluindo-se nove sacerdotes jesuítas. Além dos mencionados, cumpre acrescentar mais os seguintes nomes que se notabilizaram na História de S. Paulo: Amador Bueno de Siqueira, padre Belchior de Pontes, Antônio de Proença, João Pires, Pedro Leme, Garcia Rodrigues Velho, Mateus Leme, Sebastião Preto Moreira, Ângela Siqueira, Leonor Góes de Siqueira, Antônio Ribeiro de Morais e sua mulher Catarina Ribeiro, Pero Leme, o velho, Bartolomeu Rodrigues, Gonçalo da Costa, etc.

A nave era completamente desprovida de bancos e cadeiras. Não havia onde se sentar. Aliás, esse estranho desconforto se observava também nas demais igrejas de São Paulo. As famílias de maior projeção social, quando compareciam ao templo para assistir às festividades religiosas, principalmente às missas dominicais, costumavam levar seus melhores tapetes, para utilização privativa, os quais eram conduzidos aos ombros por escravos, com cuidado e ostensividade exagerados. Avaliava-se a posição econômica das senhoras mais abonadas, não apenas pelo vestuário e jóias exibidos, mas também pela qualidade das vistosas alcatifas em que sentavam (65).

Reservava-se ao Governador e às altas autoridades, a chamada nobreza militar, civil e eclesiástica, o uso exclusivo das poltronas instaladas nas quatro tribunas da capela-mor. A assistência dividia-se em duas alas: os homens permaneciam à esquerda (lado correspondente ao Evangelho) e as mulheres à direita, nunca se misturando. Havia odiosa discriminação racial. Proibia-se a entrada de negros, mulatos e índios para além da linha demarcada pelas colunas do coro. Não podiam transpor o espaço divisório "reservado aos homens brancos".

O coro é espaçoso. Mede 12,00m de comprimento por 3,50m de largura, provido de três sacadas, todas com guarda-corpos e portas envidraçadas, que proporcionam iluminação e ventilação satisfatórias. Magnífica balaustrada de madeira torneada (12,00m x 1,10m) protege, com segurança, a extremidade do recinto. Tanto o assoalho do coro quanto as escadas laterais são de canela preta. A igreja conservava, como relíquia, um órgão quinhentista, procedente de Portugal, de cuja sonoridade diziam maravilhas.

O estreito e longo corredor situado na parte posterior dos altares laterais da nave, à esquerda, é provido de duas portas que comunicam

o jardim interno do Colégio com a Igreja. Essas entradas eram privativas dos jesuítas. Havia, porém, outro acesso que ligava o coro com o pavimento superior do convento, passadiço usado apenas em dias de chuva ou quando o inverno se fazia rigoroso.

Do Pátio do Colégio partiam as bandeiras rumo ao sertão desconhecido, em demanda das lendárias minas de ouro das Gerais, ocúltas nas serras resplandescentes, inscritas nos roteiros nebulosos dos entradistas primevos. Antes, porém, os destemidos desbravadores assistiam à missa celebrada na Igreja do Bom Jesus, onde recebiam, ajoelhados, a bênção do oficiante.

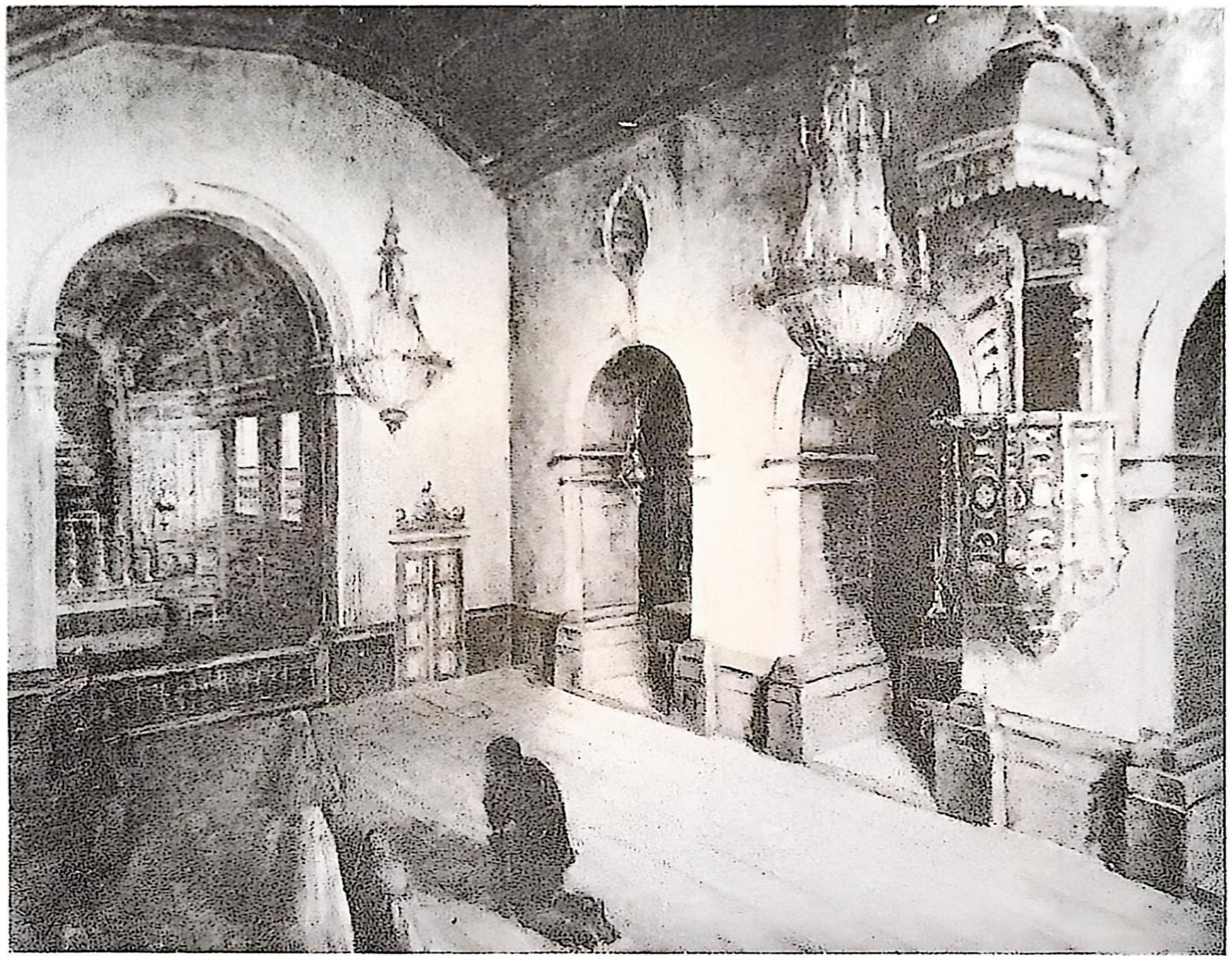
Informa Pedro Taques que "entre as devoções da Igreja do Colégio havia a das *nove velas*. Consistia em acender no altar de Nossa Senhora nove velas, para que fossem reconduzidos a São Paulo, sãos e salvos, os bandeirantes ausentes no sertão".

É extraordinária a fé inabalável da mulher paulistana.

---

(54) Atual Catedral Basílica. Projeto inspirado na composição da Igreja de S. Roque, de Lisboa.
(55) Por decisão da Cúria, a antiga padroeira foi substituída pelo orago do Espírito Santo, sob cuja égide acha-se a igreja.
(56) Idealizada e mandada edificar pelo padre Alexandre de Gusmão, em fins do século XVII.
(57) A Igreja da Misericórdia abriga três maravilhosos retábulos quinhentistas, além das belas imagens em madeira policromada que guarnecem os respectivos nichos.
(58) Tamboril *(Enterolobium timboava)*
(59) Posteriormente foram substituídos por dois lustres de cristal *baccarat*.
(60) Dimensões: 4,00 m x 2,25 m.
(61) No início do século XIX o piso da igreja seria completamente assoalhado, em canela preta *(Nectanda mollis, Nées)*, incluindo-se a capela-mor e demais dependências.
(62) Peça recolhida ao Museu Paulista, da USP.
(63) Naquele tempo existia em S. Paulo apenas a Igreja do Colégio, única a cuidar dos sepultamentos. Posteriormente, seriam iniciados os enterros nas igrejas do Carmo, Luz, Santo Antônio, Misericórdia, S. Francisco, Matriz e S. Bento.
(64) Pesquisas de Serafim Leite, Antônio de Toledo Piza, Afonso de Taunay, Hélio Abranches Viotti e Álvaro do Amaral.
(65) Cientistas estrangeiros que visitaram S. Paulo, no século XIX, comentaram, em seus livros, essa curiosa particularidade.

Pia batismal da primitiva Igreja do Colégio de São Paulo, elaborada em 1556, em cuja taça os catecúmenos recebiam o sacramento do batismo e a purificação pela imersão, que significam o renascer espiritual. Falta o pedestal. Doação do acadêmico Pedro de Oliveira Ribeiro Neto.



O interior da Igreja do Colégio, vendo-se a capela-mor. Quadro a óleo de Maria Cecília Pinto Serva, segundo fotografia feita em 1896. Coleção do Museu Paulista.

O interior da Igreja do Colégio, vendo-se o púlpito e o coro. Óleo de Maria Cecília Pinto Serva, segundo fotografia de 1896. Obra pertencente à pinacoteca do Museu Paulista.

OS ALTARES

Passemos a apreciar a composição plástica dos seis retábulos da nave, principiando pelos três que se alinham ao lado direito do altar-mor, em relação aos assistentes, onde o celebrante da missa lê a Epístola (66).

Próximo do arco cruzeiro, acha-se o esplêndido altar consagrado a Nossa Senhora das Dores e a Jesus Crucificado, exemplar admirável da marcenaria seiscentista, remanescente talvez da segunda fase da igreja. A talha rendilhada que envolve o retábulo, com exceção das colunas e dos capitéis, confere grande beleza à composição, valorizada pelo douramento que recobre os lavores e faz realçar a delicadeza dos elementos filigranados. As duas pilastras situadas nas laterais apoiam-se nos plintos, constituídos de robustas folhas de acanto, e os fustes inserem graciosos desenhos recortados (videira, cachos de uvas e pombos) que se espalham na arquivolta, cobrindo-a completamente. Esses ornamentos repetem-se na arquitrave, formando larga faixa horizontal que se estende de um extremo a outro; são reproduzidos, ainda, sob a arquivolta, nos espaços transversais que separam as colunas do arco e, finalmente, no friso tríplice do sacrário.

Quatro colunas torsas, duas de cada lado dos camarins, centralizam o retábulo. Essas colunas helicoidais são providas de capitéis da ordem coríntia, que se caracterizam pela superposição de folhas de acanto. Os fustes espiralados inserem, em baixo-relevo, o tema simbólico-ornamental românico, configurado nas videiras, uvas e pássaros, elementos clássicos preferidos pelos jesuítas.

Dispõe o altar de dois camarins retangulares, de tamanhos diferentes, colocados no sentido vertical, um sobre o outro, ambos guarnecidos com franjas rendilhadas, à guisa de pequenos dosséis. O camarim menor, reservado à padroeira, situa-se no centro da arquivolta, tendo a cornija como suporte. Acolhe a comovente imagem de Nossa Senhora das Dores, olhos lacrimejantes, amargura expressa no rosto, coração transpassado por sete punhais. Jesus Crucificado ou Senhor da Agonia ocupa o camarim maior, nobremente instalado sobre o tabernáculo. Invoca o Cristo no estertor da morte. Consta que essa primorosa estátua veio de Lisboa, em 1654, generosa oferta de Dom Afonso IV, Rei de Portugal, aos jesuítas de S. Paulo. Foi o presente da coroa lusitana "aos fiéis vassalos", na data comemorativa do primeiro centenário da fundação de Piratininga.

É de grande efeito decorativo o frontal dourado do altar, de madeira inteiriça, toda entalhada, cuja temática compositiva baseia-se em folhas, ramos e volutas, que se entrelaçam em curvas e contracurvas, movimento característico do estilo pré-barroco. Centraliza o desenho um soberbo cocar indígena composto de penas de tucano coloridas.

Segue-se, pela ordem, o segundo altar, que está sob a invocação de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, a cuja imagem os inacinos dedicam especial devoção. O retábulo é muito antigo, datando provavelmente do último quartel do século XVII. Depoimento de Pedro Taques de Almeida Pais Leme assegura que, em 1701, "era digna de se ver a obra de talha dourada da igreja". Com isso, queria enaltecer, com indisfarçável orgulho bandeirante, o profuso douramento, em lâminas de ouro, que revestia os altares da nave, os púlpitos e o altar-mor, todos eles repletos de obras escultóricas de acabamento esmerado. Não obstante, o douramento geral referido por Pedro Taques teria sido concluído em 1688, data posterior à construção dos altares, alguns dos quais provenientes da igreja velha (2ª fase).

A composição do retábulo, embora singela, revela leveza e graciosidade. Quatro colunas carolíticas, duas de cada lado, centralizam o camarim retangular, encaixilhado em moldura constituída de quatro astrágalos *(baguettes)* justapostos. Sobre a pirâmide acha-se instalada a encantadora imagem de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, coberta pelo manto azul salpicado de estrelas, cujo panejamento esvoaçante sugere a ascensão da Virgem, envolta numa revoada de querubins e serafins (67).

Os pedestais das colunas têm o formato de mísulas, constituídas de largas folhas de acanto, saliências que se acentuam nas junções das bases, em projeção horizontal, a fim de acolher, dada a ausência de nichos convencionais, as estátuas de S. Joaquim e São João, ambas medindo 1,15m de altura. A videira e os cachos de uvas, em baixo-relevo, enroscam-se e sobem ao redor dos fustes espiralados, interrompendo-se nos capitéis, para ceder lugar ao entablamento. Depois prosseguem, estendem-se até alcançar o fecho da arquivolta. Os arcos são parcialmente revestidos por três mainéis de consolos, colocados em leque, que se derramam sobre o frontão. Dois pelicanos pousados nas extremidades das cornijas e outro na chave da arquivolta sustêm, nos bicos, as correntes dos lampadários que proporcionam iluminação privativa ao altar.

Encimando a arquitrave, junto dos capitéis, uma prancha semi-circular envazada rompe os arcos, para inserir graciosos desenhos da simbologia cristã, sobressaindo dois pombos e um coração. No enquadramento superior à mesa, onde deveria estar o sacrário, encontra-se interessante composição em madeira recortada, inspirada na fauna e flora paulistas, merecendo especial destaque um curioso e divertido macaco, em meio dos pássaros e frutas.

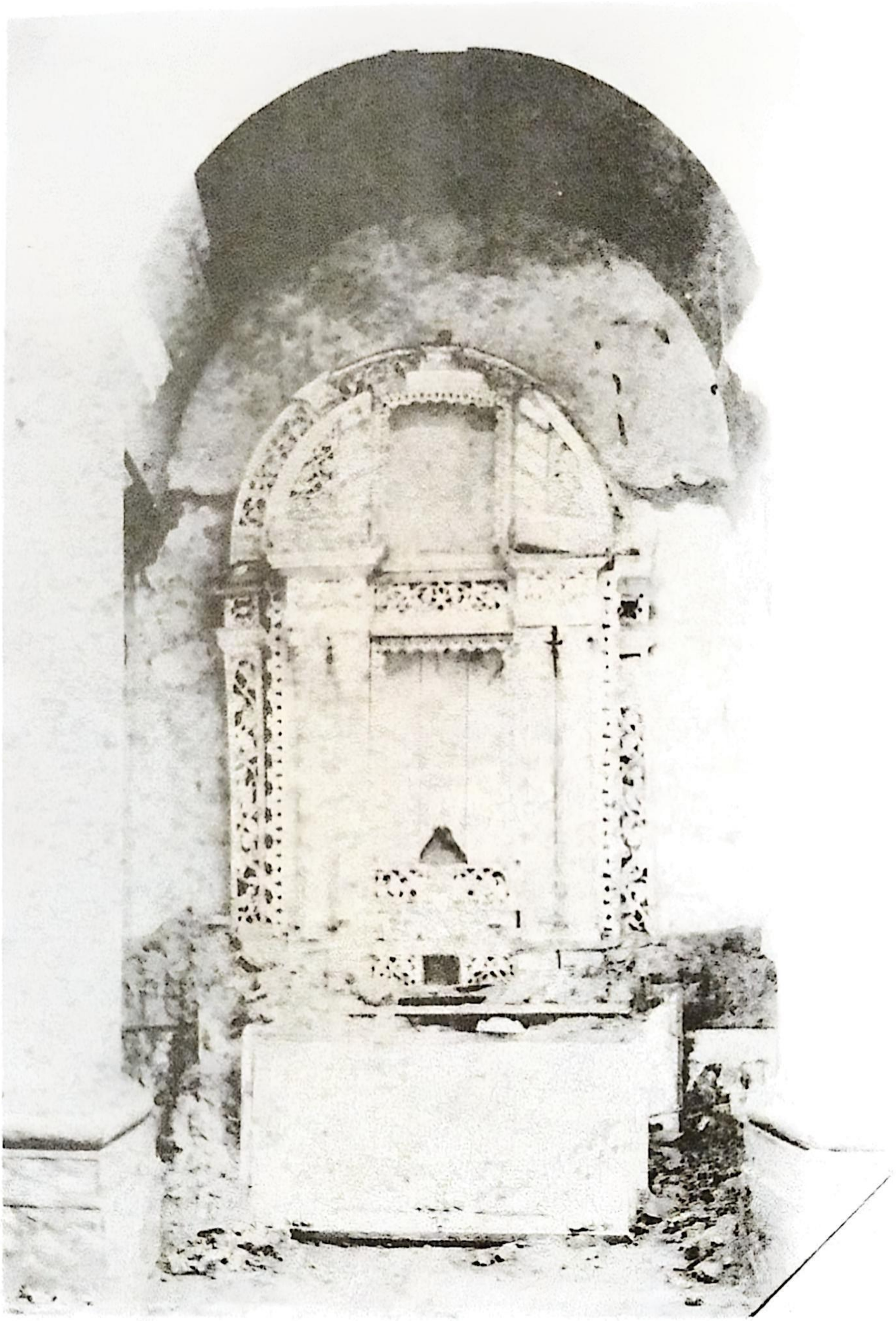
É repleto de arabescos, em baixo-relevo, o belo painel de madeira policromada que guarnece o frontal do altar.

Adiante, ergue-se o precioso púlpito, obra de talha esculpida e dourada, profusamente ornamentada com elementos florais que se inserem na taça, no tambor hexagonal, na portada e no baldaquim agaloado. Uma porta de duas folhas envidraçadas, existente em o corredor do primeiro pavimento, permite o acesso ao púlpito, com o qual se interliga, através de pequena escada em descenso, composta de quatro degraus. Ocorre lembrar que consagrados oradores jesuítas proferiram, nessa tribuna, notáveis sermões, páginas primorosas que enriqueceram a literatura sacra brasileira.

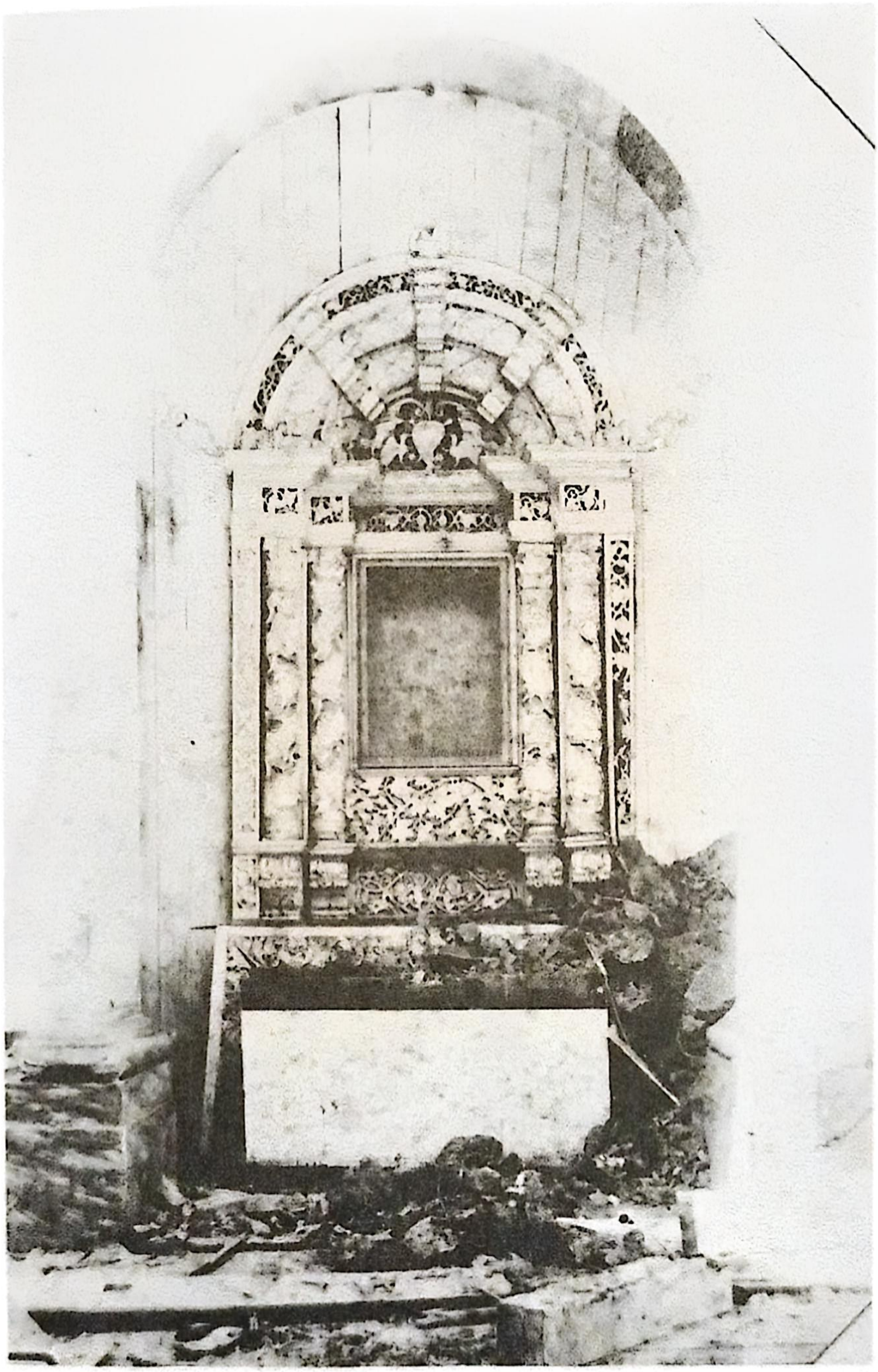
O terceiro altar da nave pertence a Nossa Senhora do Desterro, cuja estátua ocupa gloriosamente o alto do trono, lugar privilegiado que se destina à padroeira. A expressiva imagem, de madeira policromada, é de origem portuguesa, talvez feita por um anônimo santeiro bracarense. Mede 1,54m de altura.

Este retábulo, construção menos antiga, apresenta características compositivas que diferem do estilo jesuítico, sóbrio e singelo, necessariamente idealizado dentro do espírito radical, severo e litúrgico da Contra-Reforma. Filia-se ao barroco, leve, ondulante e dinâmico, liberto de regras e imposições rígidas, ortodoxas. Marca o período de transição artística que estabelece nova concepção de massa, espaço, tempo e movimento, processo ocorrido, no Brasil, nas primeiras décadas do século XVIII, coincidente com o apogeu do *Ciclo do Ouro* nas Minas Gerais.

Os pedestais das duas colunas torsas, nas extremidades do altar, acham-se recuados nos flancos, em relação à mesa onde se celebra a missa. São elas recobertas de videiras e frutos, que se enrolam e sobem pelos fustes espiralados até a altura dos belos capitéis coríntios, superpostos e alternados por três séries de folhas de acanto. Após o entablamento, prosseguem e arqueiam-se, tomando o feitio de prancha, delicadamente esculpida, repleta de flores e folhagens, com



O altar consagrado a Nossa Senhora das Dores e a Jesus Crucificado constitui trabalho admirável da marcenaria seiscentista. A talha rendilhada que envolve o retábulo, confere grande beleza à composição, valorizada pelo douramento que recobre os lavores e faz realçar a delicadeza dos elementos filigranados.



O altar de Nossa Senhora Rainha dos Anjos compõe-se de colunas torsas, desenhos envazados e arquivolta revestida de mainéis, em leque. Observar, na talha central, a curiosa figura de um macaco, em meio a pássaros e videira.

predominância de girassóis, para então formar a arquivolta concêntrica, composta de cinco arcos decrescentes que se apoiam nas demais colunas e pilastras.

Ladeando as colunas helicoidais, erguem-se os falsos pilares semicilíndricos que se constituem de dois magníficos nichos, cada qual provido de baldaquim e perxina, em balanço. Acolhem as esplêndidas imagens policrômicas de São Lourenço (terracota) e São Francisco de Borja (madeira). Contíguos aos nichos estão os pilares formados por interessante conjunto de modilhões e consolos sobrepostos, intercalados de anjos e querubins, tendo no remate capitéis compósitos.

Dois pilaretes geminados, finamente esculpidos, ladeiam o enorme camarim de Nossa Senhora do Desterro, de cujo dossel pendem grinaldas de rosas miúdas, centralizadas por um buquê de três querubins alados. Destaca-se no fundo do retábulo um painel a têmpera que tem por motivo principal a tarja da Virgem, encimada pela coroa do padroado. A parte inferior ao camarim não insere o tabernáculo convencional da liturgia. Substituiram-no por uma grande composição retangular, em baixo-relevo colorido, alusiva aos milagres da padroeira, tema movimentado que tem prosseguimento no frontal do altar.

Observemos, a seguir, a composição plástica dos outros três altares colaterais, enfileirados à esquerda do altar-mor, no flanco atribuído ao Evangelho e que se opõe ao lado da Epístola. Dando seqüência à enumeração, os altares da ala esquerda serão relacionados em ordem crescente.

Iniciaremos a apreciação pelo quarto retábulo, consagrado a Nossa Senhora das Graças, proveniente da antiga igreja. Situa-se nas adjacências do arco cruzeiro (distante 3,00m) e confronta-se com a capela de Nossa Senhora das Dores, cujo altar apresenta as mesmas características compositivas. São rigorosamente idênticos, tanto no conjunto quanto na ornamentação entalhada, nada divergindo um do outro. Presumimos que a homogeneidade verificada (réplica) seja decorrente do aproveitamento de um único "risco" (projeto) encomendado para a construção simultânea dos dois altares, iniciativa motivada talvez por questão econômica ou estética. Supomos ainda que ambos os altares teriam sido elaborados por uma equipe composta dos mesmos entalhadores, marceneiros, pintores e douradores, contratada pelo arrematante da obra. Dir-se-ia que a semelhança da

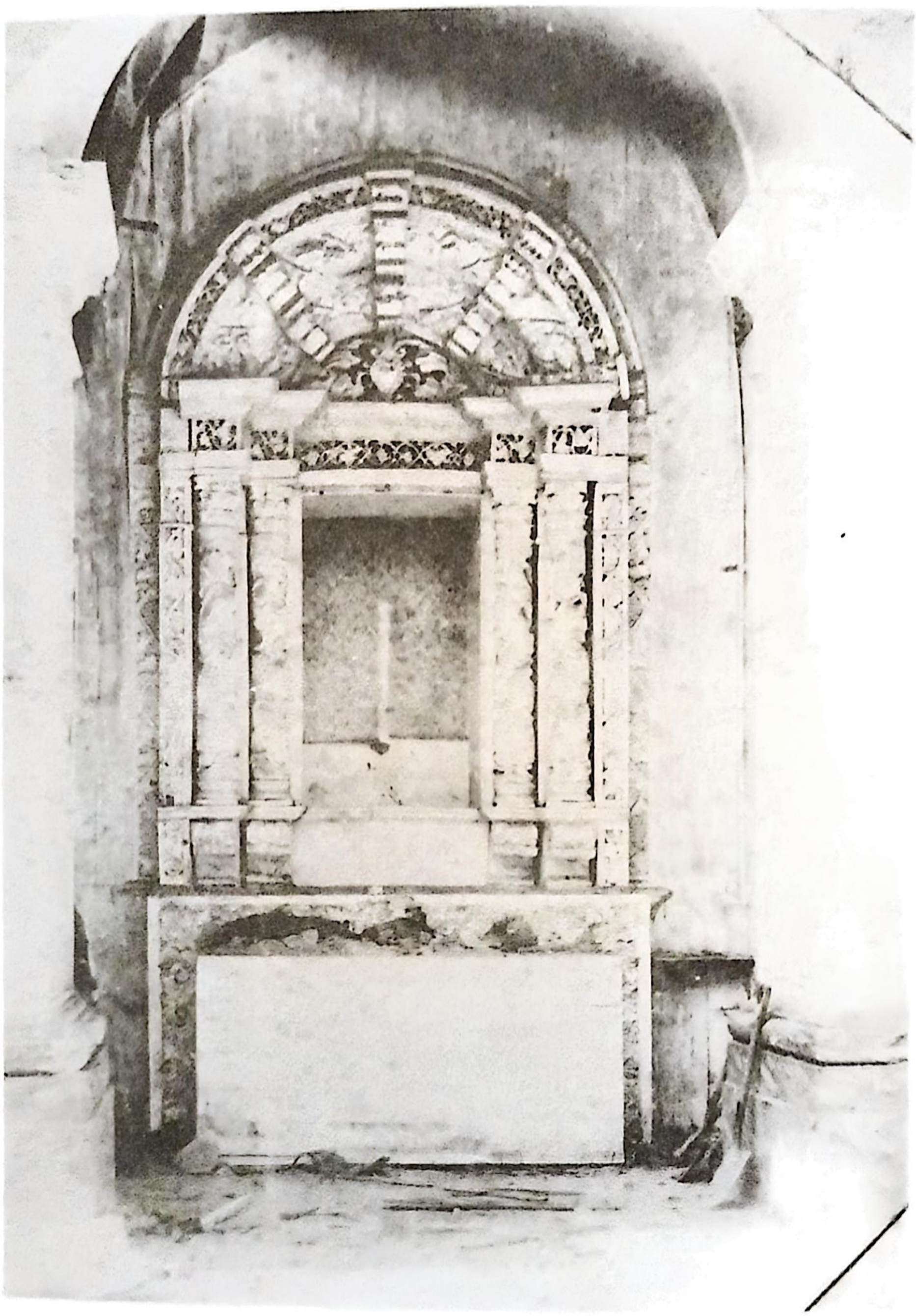
traça, a analogia da unidade e a igualdade do acabamento favorecem a conjetura aventada. Mas a História repele hipóteses. Exige comprovação documental. E, no caso, os arquivos motejam da perspicácia dos pesquisadores...

A bela imagem seiscentista de Nossa Senhora das Graças, grande devoção dos inacinos, ocupa o trono instalado no camarim superior, enquanto as efígies, em madeira policromada, de Santa Úrsula e do Arcanjo São Miguel dividem, entre si, o espaçoso nicho inferior. Um painel a têmpera decora o fundo do retábulo. Mostra a lendária Santa Úrsula, princesa da Inglaterra, acompanhada de algumas açafatas, parte do grande séquito de onze mil virgens mártires, assassinadas pelas hordas bárbaras de Átila, na ocupação da Colônia. É protetora dos estudantes.

O quinto altar está sob a invocação de Jesus, Maria e José (Sagrada Família) cujas estátuas de madeira policromada se agrupam no camarim privilegiado. As características da composição desse retábulo assemelham-se ao feitio do altar de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, com o qual se defronta. Verifica-se que a perfeita uniformidade do "partido" decorre da utilização intencional de um único projeto, obviamente encomendado para a construção idêntica e simultânea dos dois retábulos.

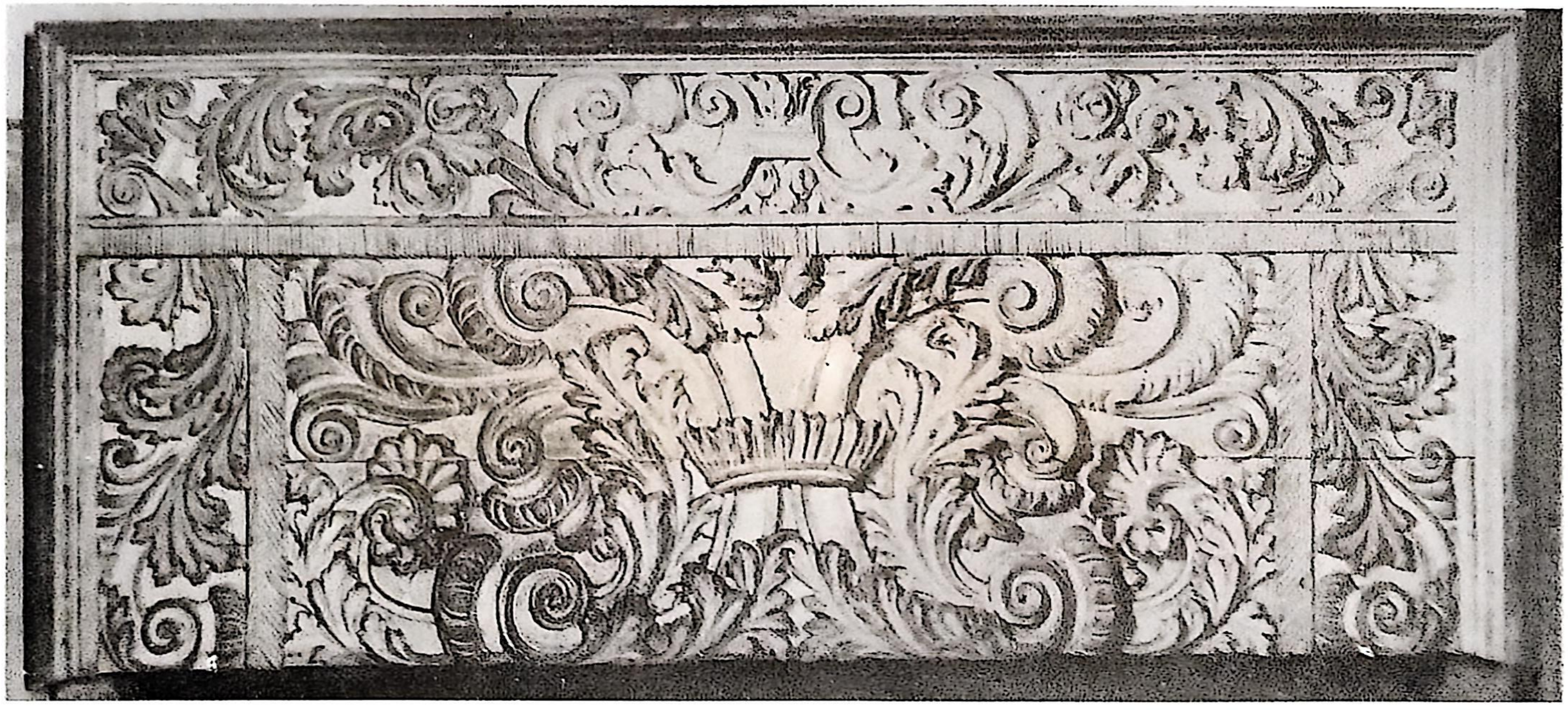
Os elementos compositivos obedecem, a rigor, os moldes do "risco" padrão, o mesmo acontecendo quanto aos ornamentos insertos na talha vazada, que constituem magníficos rendilhados, maneirismo tipicamente hispânico de influência mourisca, trazido pelos artífices peruanos, paraguaios, argentinos ou espanhóis, em trânsito incessante por São Paulo, desde a época do domínio dos reis de Castela.

Entretanto, modificações posteriores, embora de pequena monta, julgadas talvez imprescindíveis às funções ou ao embelezamento do retábulo consagrado à Sagrada Família, desfizeram a unidade original, a similitude coexistente na composição plástica dos dois altares. Exemplifiquemos as alterações mais perceptíveis: adicionaram um friso semicilíndrico nas laterais do retábulo, o qual se incorporou à arquivolta, sobrepondo-se aos mainéis compostos de consolos; suprimiram os três pelicanos, suportes das correntes que amparam os lampadários; retiraram a peça retangular de madeira rendilhada que se encontrava sob o camarim, transformando o local em charola, a fim de proporcionar acolhimento ao oratório de Nossa Senhora da Boa Morte. Foi uma solução engenhosa.



Altar de Jesus, Maria e José (Sagrada Família). As características compositivas desse retábulo assemelham-se ao feitio do altar de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, com o qual se defronta. Todavia, pequenas modificações foram adicionadas.

É de construção menos antiga o altar de Nossa Senhora do Desterro, cuja composição difere do estilo jesuítico. Filia-se ao barroco e marca o período de transição. Observar a porta e a pequena escada que conduziam ao púlpito.



O magnífico frontal dourado do altar de Nossa Senhora das Dores que antepara a câmara do sarcófago. Centraliza o delicado desenho um cocar indígena, composto de penas de tucano coloridas.

O camarim é gloriosamente ocupado pelas imagens de Jesus, Maria e José, padroeiros do altar. Sobre as duas peanhas, em formato de mísulas, que se projetam em balanço, junto às bases de acanto das colunas laterais, apóiam-se as estatuetas de Nossa Senhora do Livramento e Santa Bárbara, ambas de terracota policromada. No nicho, encontra-se a urna-oratório de Nossa Senhora da Boa Morte, bela e serena em seu esquife forrado de seda branca e galões dourados, tendo as mãos-postas sobre o coração, dorme o derradeiro e misterioso sono, para um dia acordar e ascender ao céu, envolta por uma revoada de anjos.

Prosseguindo, encontra-se o velho púlpito seiscentista, cuja composição plástica e acabamento escultórico são exatamente iguais ao feitio da outra tribuna situada no lado oposto.

Próximo do Batistério, acha-se instalado o sexto e último altar da nave, que está sob a proteção de Sant'Ana Mestra. Posteriormente, o orago foi substituído por São Jorge, padroeiro do Senado da Câmara e do Regimento Real de Cavalaria. Essa imagem-articulada, de grande dimensão (2,20m) feita de madeira policromada e ferragens, costumava sair montada a cavalo nas tradicionais procissões de *Corpus Christi*, realizadas com extraordinária pompa e esplendor.

É, sem dúvida, o menos antigo dos retábulos, reconstruído e modernizado após a expulsão dos inacinos. Sua composição difere fundamentalmente do chamado estilo jesuítico ou da fase de transição, característica que se impõe e predomina nos demais altares da igreja, conferindo homogeneidade, equilíbrio e harmonia ao conjunto.

Diz-se que esse altar fora idealizado e construído para entronizar a imagem de Anchieta, cuja canonização, embora protelada indefinidamente (68) era aguardada com grande esperança e crescente ansiedade pelos devotos do Taumaturgo do Brasil.

Compõe-se o retábulo de quatro colunas da ordem coríntia, tendo os pedestais ornamentados por espessas volutas salientes, espiraladas. Os capitéis das colunas laterais sustentam a arquivolta, modesta e singela, destituída de elementos decorativos, enquanto os das colunas internas que ladeiam o enorme camarim amparam pequenos pilares adicionais, cujos capitéis ostentam imensas e desproporcionais volutas chanfradas, que servem de base ao dossel de franjas pendentes. Pequenos e delicados ornatos em baixo-relevo guarnecem as bordas do camarim, os quais estão fixados às colunas internas, derramando-se no

sentido vertical. Nos espaços que separam as colunas estão os nichos retangulares, planos, emoldurados por *baguettes*, onde simples consolos em forma de *T* acolhem as pequenas imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Paulo, ambas de barro cozido e policromado. Esse retábulo não dispõe de sacrário e o frontal da mesa é pobre de decorações escultóricas. A pintura geral do altar foi elaborada nas cores branco, vermelho, azul cerúleo e castanho sobre a base de gesso-mate destinada a "aparelhar" as superfícies. É o único retábulo da igreja desprovido de douramentos.

Entretanto, documentos autênticos (68-A) asseguram que esse altar foi reconstruído por determinação expressa do Morgado de Mateus, a fim de acolher a imagem de Sant'Ana, em cumprimento a promessa que fizera, motivada por um sonho premonitório. Revela-ra-lhe que em determinado cubículo do Colégio existia um caixote contendo a imagem de Sant'Ana, ali abandonada havia cerca de dez anos. Ao despertar do seu sono, o Governador saiu pressuroso à procura da imagem, encontrando-a no exato lugar que o misterioso sonho lhe indicara.

A inauguração do altar se verificou em 19 de agosto de 1770, prolongando-se as festividades até 25 do mesmo mês, dia este consagrado a São Joaquim e a São Luís, Rei de França, e semana coincidente com o aniversário natalício de Dom José, Príncipe de Beira e a auspiciosa descoberta das minas de ouro no Rio Tabagí.

Constava do programa dos festejos públicos: luminárias, fogos de artifício, desfile de carros alegóricos, máscaras, bailes "sérios e burlescos", missas solenes, sermões, Te-Déum, concertos musicais, encenações teatrais, procissões, salvas de morteiros dos Dragões e do Regimento de Infantaria, cavalhadas, corridas de touros, sessão literária e um banquete pantagruélico oferecido aos membros da "Academia dos Felizes", por Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o potentado Morgado de Mateus, poderoso Capitão-General da Capitania de São Paulo.

Esclarece o douto acadêmico Oliveira Ribeiro Neto que em 1782, por uma bula de Pio VI, foi Sant'Ana declarada segunda padroeira da cidade de São Paulo, conforme consta do original pontifício pertencente ao Museu de Arte Sacra.

*

Afirma Antônio Egídio Martins que o pintor Jorge José Pinto Vedras elaborou, em 1859, seis painéis a óleo, representando cenas da

Via-Sacra, os quais foram colocados nas paredes da nave, dispostos três em cada lado.

É de cantaria lavrada o arco cruzeiro que sustenta a sobrecarga dos empuxos (69). Tem 6,30m de largura. Vê-se na chave do arco pleno, uma tarja esculpida em cedro policrômico, encimada pela coroa do Padroado e, no emblema, os símbolos da Companhia de Jesus (70). Nas paredes laterais estão as duas magníficas portas, cada qual com 1,50m de largura, providas de vergas ricamente ornamentadas com esculturas em baixo-relevo e folhas almofadadas, que dão acesso ao consistório e à sacristia. Separa a nave da capela-mor uma esplêndida cerca (mesa de comunhão) provida de balaústres torneados, de canela preta (71).

A iluminação interna da igreja é muito engenhosa e foi conseguida por meio de óculos quadrilobados dispostos perto do forro. Obteve-se uma luz suave que, de modo homogêneo, se espalha pelo templo, conferindo melhor visualização aos altares.

(66) São completamente desconhecidos os nomes dos oficiais que executaram as obras de arte da igreja, bem como as datas da elaboração dos trabalhos.

(67) Anteriormente, o fundo do camarim era revestido por um painel a óleo, alusivo à Assunção de Nossa Senhora.

(68) O processo de beatificação foi introduzido, em 22 de junho de 1627, perante a Sagrada Congregação dos Ritos.

(68-A) O precioso códice contém 134 folhas manuscritas, adornadas de belas capitulares e interessantes vinhetas. Pertence à "Coleção João Fernando de Almeida Prado", recentemente incorporada ao acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Intitula-se: "Relação das Festas Públicas que na cidade de S. Paulo fez o Ilmº e Exmº Senhor D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Governador e Capitão-General da dita Capitania, em louvor da Senhora Sant'Ana com a ocasião de colocar a sua imagem em o altar novo da Igreja do Colégio, ano de 1770" (sic). Insere meticuloso relato das deslumbrantes festanças públicas realizadas, seguido de admirável coletânea de sermões, cantos e poesias cultistas, alusivas ao memorável acontecimento, sessão literária que passaria à História com o nome de "Academia dos Felizes".

(69) A pedra aparelhada abrange toda a estrutura do arco cruzeiro: intradorso, aduelas, saiméis, impostas e estribos.

(70) A simbólica jesuítica constitui-se dos seguintes elementos, colocados em sentido vertical: a cruz; a abreviatura IHS *(Iesus, hominum Salvator);* três cravos entrelaçados por um cordão; e o coração ferido pelos cravos.

(71) Posteriormente, foi substituída por uma grade de ferro forjado.

Altar de Sant'Ana, cujo orago foi posteriormente substituído por São Jorge, padroeiro do Senado da Câmara e do Regimento Real de Cavalaria. Diz-se que esse retábulo fora idealizado e construído para entronizar a imagem de Anchieta, cuja canonização era aguardada com grande esperança e ansiedade pelos devotos do Taumaturgo do Brasil.

A CAPELA – MOR

É um relicário de arte o vetusto altar-mor de Nosso Senhor Bom Jesus, exemplar admirável do artesanato paulistano do século XVII. A composição do retábulo se condiciona aos princípios estéticos vinculados aos arquétipos dos projetos eruditos seiscentistas, na mais perfeita concepção plástica.

Não se conhece o nome do competente projetista e tampouco a identidade dos oficiais que executaram a obra: carpinteiros, entalhadores, pintores e douradores. Provavelmente, o autor do risco seria um padre jesuíta e a mão-de-obra qualificada teria sido confiada aos artífices de origem portuguesa, espanhola, paraguaia ou brasileira, residentes em São Paulo e adjacências (72) embora não fossem eles portadores de licenças especiais que facultassem o exercício da profissão, então denominadas "cartas de usanças" (habilitação) fornecidas pelo Senado da Câmara, mediante exames e pagamento de impostos.

Filia-se o retábulo à segunda fase de transição, reformuladora, cujo "partido" compositivo se desvencilhara das influências renascentistas e de imposições alienígenas, que cerceavam a liberdade criativa. Dessa reação originar-se-ia o estilo jesuítico genuinamente brasileiro ou pré-barroco, autêntico e castiço, emancipado dos parâmetros rígidos e convencionais, que exigiam nitidez retilínea e marcação geométrica. Evidencia-se esse notável movimento de autonomia estilística na espontaneidade conferida ao traçado curvilíneo e ondulante do entablamento, livre de regras ortodoxas, restritivas, radicais. Essas curvas não se estabelecem apenas no altar. Prosseguem, ascendem e alcançam o teto artesoado da capela-mor, cujo forro de berço se compõe de vários caixotões apainelados, em polígonos marcantes, delimitados por listéis. Cessa a sinuosidade e principia a verticalidade, a partir dos capitéis, demarcada pela inserção de quatro tribunas que ladeiam o altar-mor.

O estupendo retábulo, de grande dimensão (7,20m de largura) ocupa toda a parede posterior da capela-mor, cobrindo-a horizontal e verticalmente, sem deixar espaços vazios. O ouro brunido contrastante com o fundo branco, azul e castanho foscos, derrama-se profusamente no altar, invade o dossel, rompe a arquitrave, estende-se nas diagonais, eleva-se ao fecho da arquivolta, envolve os lavores do

entablamento, espalha-se pelas colunas e pilastras, num desvario incontido de tudo dominar, revestindo a talha de douramentos cintilantes.

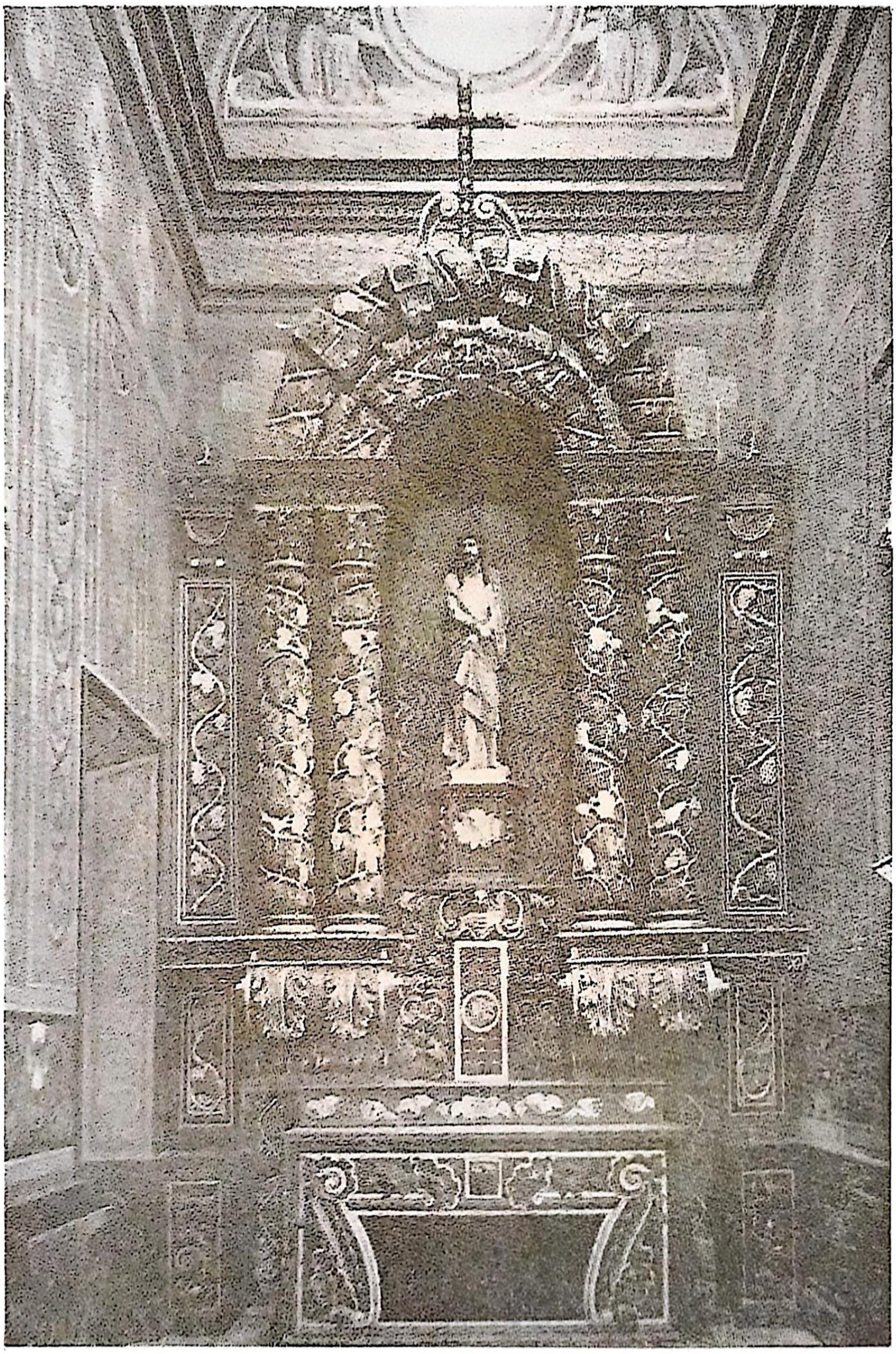
Compõe-se o retábulo de um conjunto de quatro colunas salomônicas e seis pilastras, que se dividem harmoniosamente a cada lado do camarim. Recobre essas peças profusa ornamentação, em baixo-relevo, constituída de folhas de videira, cachos de uvas, pombos, acantos e flores. Ergue-se, na extremidade, larga pilastra provida de pedestal e rematada por frisos retangulares, os quais antecedem a cornija do entablamento secionado. Seguem-se duas colunas de fustes helicoidais que têm por bases robustas folhas de acanto pendentes e, nos remates, capitéis da ordem coríntia, sobrepostos pelo entablamento que se divide em seções.

Finaliza a composição das laterais um grupo de três pilastras, estreitas e geminadas, tendo nos imoscapos, pela ausência de pedestais, folhas de acanto e mísula invertida. Essas pilastras são rematadas por vários ornatos superpostos, que se incorporam à arquitrave, dando seqüência ao entablamento. A última pilastra constitutiva desse conjunto prossegue, após o entablamento, para servir de apoio ao dossel em arco do camarim, cujo franjado encurva-se e estende-se perpendicularmente junto das pilastras que ladeiam o enorme vão.

Cinco arcos decrescentes compõem a magnífica arquivolta, que se entrecruza por oito mainéis de consolos sobrepostos, distribuídos no sentido transversal, em forma de leque. O reticulado preciso constituído pela prumada dos mainéis e pela arquivolta, recamados por folhas de acanto, permitiu que a talha cobrisse a parede superior de um extremo a outro. Os arcos se interrompem na chave da arquivolta para ceder largo espaço à tarja de madeira policromada, que insere a coroa do Padroado e o emblema da Companhia de Jesus, amparada por dois magníficos anjos vestidos de túnicas azuis.

Ergue-se sobre a viga do sacrário um majestoso trono, no formato de vaso grego (hídria) repleto de talha em baixo-relevo e ornatos vazados, os quais recobrem a peça, desde a peanha aos degraus, em cujo pináculo se aloja a impressionante e antiquíssima imagem do Senhor Bom Jesus, olhar suave que irradia o esplendor místico da glória. A interessante estátua talhada em madeira policrômica representa Cristo açoitado, olhar de profunda melancolia que exprime sofrimento patético, somática viril, punhos amarrados, cabelos cacheados (peruca), anéis de melenas, coroa de espinhos cingindo-lhe a fronte, capa

O esplêndido altar-mor da Igreja do Colégio, de grande dimensão (7,20m de largura) elaborado em 1680, cuja preciosa talha era toda recoberta de ouro brunido, contrastante com o fundo mate, azul e castanho foscos. Fotografia feita em 14 de março de 1896.



Após a demolição do templo, o retábulo foi transferido para a Igreja Coração de Maria. Não comportando, porém, no espaço exíguo que a ele fora reservado, reduziram-no a quase 1/3 do tamanho, modificando completamente a estrutura original.

vermelha ornada de franjas e galões dourados. É conhecido, também, como *Ecce Homo*, palavras de Pilatos aos judeus, mostrando-lhes Jesus macerado e sangrante após a flagelação.

A imagem de Cristo é simples, natural, espontânea, primitiva na ingenuidade da sua composição. Trata-se de exemplar raríssimo da escultura primitiva (*naif*) do século XVI, elaborada talvez por um mameluco paulista, sob a orientação de algum jesuíta (73)

Ladeando a base do trono, alojam-se as imagens setecentistas de Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier, ambas de madeira policromada e procedentes da Europa. Depois da canonização de S. Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola, no pontificado de Gregório XV, em 1621 e 1622 respectivamente, "os jesuítas tiveram que organizar sob moldes eficientes a fabricação de imagens, para atender às exigências de numerosos estabelecimentos espalhados pelo mundo. Os padres talvez possam ser considerados como os precursores dos modernos processos de fabricação: a talha, a encarnação, o estofamento eram feitos em série, o que não excluia, aliás, um grande apuro, tanto no feitio, como no acabamento, embora fossem copiados e recopiados seguidamente" (74).

Destaca-se no altar o primoroso frontal que antepara a câmara do sarcófago, peça escultórica de rara beleza, farta de arabescos recobertos de dourados resplandescentes, centralizados pelo emblema *IHS*. De um realismo violento é a comovente imagem do Senhor Morto, longa e esguia, olhos semi-abertos, corpo dilacerado, veias entumescidas, sangue coagulado em os ferimentos, uma perfeição anatômica. Essa patética imagem jacente, de origem espanhola, encontra-se em seu esquife forrado de cetim lilás, sob a mesa do altar-mor. Antigamente, costumava sair na tradicional procissão de enterro da Semana Santa, cujo Calvário era armado no Pátio do Colégio, em frente à igreja.

Quatro são os degraus da capela-mor que conduzem ao supedâneo do altar. A escada de pedra é decorada por um largo tapete vermelho, oferta generosa de Dom Frei Antônio da Madre de Deus Galrão, 2º bispo da Diocese de S. Paulo.

Nos compartimentos situados detrás da capela-mor, funcionam o consistório e a sacristia, medindo cada qual 10,00m x 9,50m. Restringe-se o mobiliário do consistório a um armário, onde se enfileiravam os volumes manuscritos de registros da Igreja, e uma grande mesa de vinhático, com 12 cadeiras de espaldar e pés de cabra, utilizados quando das periódicas assembléias dos jesuítas. Os móveis

que guarnecem a sacristia são também limitados: um altar antigo consagrado a Nossa Senhora das Candeias, que ocupa o trono do camarim, provido de dois nichos laterais onde se alojam as belas estátuas de São Luís Gonzaga (75) e Nossa Senhora da Expectação do Parto (76); um soberbo arcaz de baraúna parda, com dez gavetões e puxadores de bronze, destinados à guarda dos paramentos. Sobre o arcaz, um esplêndido oratório barroco, resguardando a bela e suave imagem de Nossa Senhora da Conceição, esculpida em cedro policromado (77). Embutido na parede dos fundos, está o primitivo lavabo de pedra, ornado de conchas, carrancas e desenhos primitivos. Quatro painéis a têmpera recobrem o teto da sacristia.

Íngreme escada de dois lances conduz ao sombrio recinto da cripta, reservado ao sepultamento dos padres de São Paulo. Afirma o erudito historiador César Salgado, com indiscutível autoridade, que esse foi o último ato construtivo da Igreja, realizado em 1757, "medida geral para todas as igrejas da Companhia no Brasil" (78). A luz bruxoleante da candeia reflete-se nas lápides sem epitáfios, assinaladas apenas pela cruz latina. Pouco tempo depois, os jesuítas foram expulsos e a cripta seria entulhada, por ordem expressa do Morgado de Mateus.

Com a reconstrução da Igreja, pretende-se expor, em lugar de grande destaque na cripta, a relíquia do Venerável Anchieta, que se encontrava no Vaticano, desde 1609. Trata-se de um fêmur, encerrado em pequena urna metálica, guarnecida de cristal. É, sem dúvida, o maior tesouro da Igreja.

---

(72) A coleção de "Inventários e Testamentos" registra muitos nomes de artífices que possuíam custosas ferramentas necessárias ao desempenho de seus ofícios. Alcântara Machado assinala, por exemplo, os numerosos apetrechos que compunham a oficina do carpinteiro Pedro Fernandes (1653) abastado fazendeiro em Tapiteca (Inv. e Test. vol. 12, pág. 394).

(73) Atualmente, encontra-se na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Existe, na peanha da estátua, uma placa metálica onde estão gravados os seguintes dizeres: "Imagem da antiga Igreja do Colégio ao tempo dos Jesuítas da Fundação de S. Paulo"

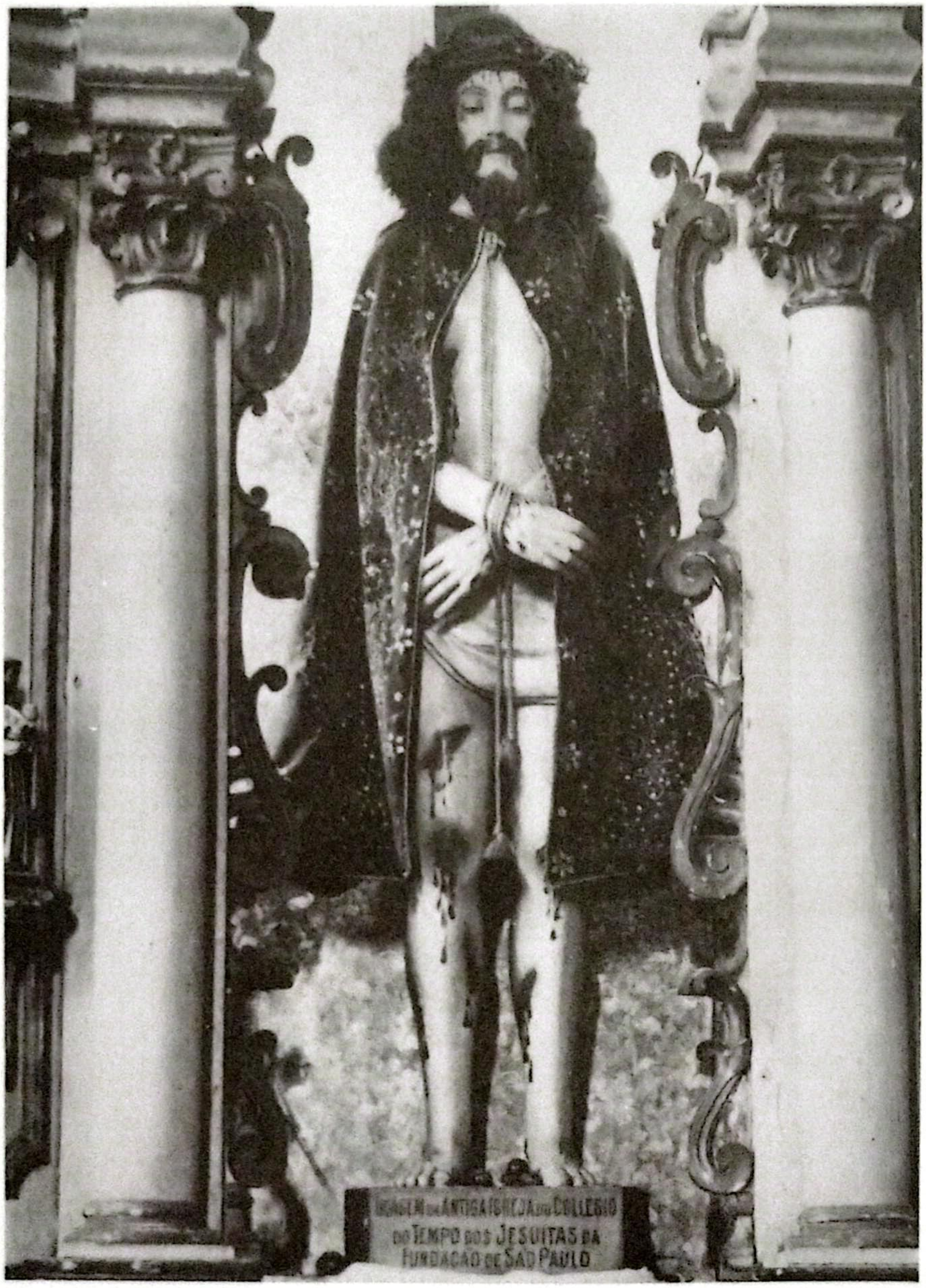
(74) Lúcio Costa, "A arquitetura jesuítica no Brasil", in Revista do SPHAN, MEC, 1945.

(75) Canonizado em 1726 por Benedito XIII.

(76) Conhecida também por Nossa Senhora do Ó, cuja invocação se deve às sete antífonas do Antigo Testamento, que principiavam por um Ó aspirado, recitadas na festa de Nossa Senhora do Parto, celebrada nos dias que antecedem ao Natal. Os versículos das antífonas começam assim: "Ó sabedoria que procedestes dos lábios do Altíssimo// Ó Adonai, chefe da casa de Israel// Ó raiz de Jessé, que sois como o estandarte dos povos//. Essa festa foi instituída em Toledo, Espanha, no ano de 656.

(77) Incorporado ao acervo do Museu de Arte Sacra de S. Paulo.

(78) Cesar Salgado, op. cit. pág. 83.



A impressionante e antiquíssima imagem de Nosso Senhor Bom Jesus (Ecce Homo) olhar suave que irradia o esplendor místico da glória. A estátua de Cristo é simples, natural, espontânea, primitiva na ingenuidade da sua composição plástica. Trata-se de exemplar raríssimo da escultura *naif* do século XVI, elaborada talvez por um mameluco paulista, sob a orientação de algum jesuíta. Atualmente, encontra-se na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.

Imagem de Santo Inácio de Loiola, de madeira policromada. Século XVII. Procedência portuguesa.

BERÇO E SÍMBOLO DE SÃO PAULO

O antigo propósito de reconstruir o Colégio e a Igreja dos jesuítas, sonho sempre acalentado por sucessivas gerações paulistas, revivesceu em 1954, quando das festivas comemorações do IV Centenário de São Paulo.

Deve-se a iniciativa desse louvável movimento cívico-religioso ao eminente acadêmico José Augusto César Salgado que, num momento de alta inspiração, considerou a ocasião oportuna para articular a idéia, objetivando angariar recursos necessários à reconstrução dos marcos da fundação de Piratininga, demolidos em 1897. A semente foi lançada em terra fértil. Obteve imediata solidariedade dos intelectuais e dos empresários paulistanos, sobretudo, o inestimável apoio do preclaro prof. Lucas Nogueira Garcez, então Governador de São Paulo.

Em seguida, foi constituído um Conselho Diretor da "Campanha pró-reconstrução", integrado por figuras exponenciais de nossa sociedade, uma fulgurante plêiade de beneméritos. Em 21 de janeiro de 1954, o Governador Lucas Garcez promulgou a lei nº 2.658, votada pela Assembléia Legislativa, transferindo à Sociedade Brasileira de Educação (Companhia de Jesus) o domínio pleno do terreno situado no Pátio do Colégio, com a área de 2.805m² (55m de frente por 51m de fundo) destinada à construção do Colégio e da Igreja de São Paulo, "a fim de perpetuar a mais cara tradição do povo paulista".

Ocorre lembrar que o artº 1º da lei nº 2.658 impôs à Companhia de Jesus as seguintes obrigações: construção do Colégio e da Igreja anexa; ereção da "Casa de Anchieta"; organização de um museu colonial; manutenção de cursos gratuitos para a juventude; conservação das relíquias remanescentes do prédio demolido e de outras que forem encontradas em pesquisas e escavações.

Para atender a todos esses compromissos instituídos em lei, a Companhia de Jesus recebeu da "Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo", em 1954, a soma de dez milhões de cruzeiros velhos, resultante das generosas contribuições angariadas, quantia essa que foi integralmente despendida na reconstrução do Colégio.

Pouco tempo depois, o Colégio e a torre da Igreja estavam parcialmente reconstruídos, com rigorosa fidelidade arquitetônica, réplicas admiráveis dos edifícios originais erigidos em 1681 (durante o

reitorado do padre Lourenço Cardoso) graças à comprovada competência profissional do engenheiro-arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho (79) autor dos respectivos projetos (80) trabalho notável decorrente de meticulosa análise da documentação iconográfica por ele pesquisada, destacando-se interessante série de fotografias feitas por Pedro Hoenen, em 1897, material hoje arquivado no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal. Contratado para a direção das obras, o prof. Carlos Alberto Gomes Cardim vem emprestando o concurso do seu talento à reedificação dos dois monumentos, há 24 anos ininterruptos, com amor e dedicação inexcedíveis.

Deve-se ao ilustre engenheiro Paulo Salim Maluf, então Prefeito de São Paulo, a promulgação da lei nº 7.356, de 19 de janeiro de 1969, pela qual a área histórica do terreno foi ampliada de 691,10m², o que se fazia necessário para a reconstrução do templo, cujas paredes deveriam ser erigidas sobre as fundações autênticas, íntegras e preservadas, remanescentes do século XVII, consoante prescreve o artº 2º da lei estadual nº 2.658.

Coube ainda o engº Paulo Salim Maluf, ex-aluno dos jesuítas, a glória de proceder ao lançamento da primeira pedra da nova Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus, cerimônia realizada a 9 de junho de 1970, sob a presidência do acadêmico José Augusto César Salgado, com a presença dos cardeais Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Agnelo Rossi, e demais autoridades civis, militares e religiosas. No discurso que então proferiu, o prefeito Paulo Maluf reafirmou seu compromisso, declarando que a Municipalidade de São Paulo contribuiria "com cinqüenta por cento da reconstrução do histórico templo dos jesuítas". Todavia, circunstâncias independentes da vontade do engº Paulo Salim Maluf não permitiram que as obras de reconstrução da igreja fossem iniciadas na sua administração.

O prof. Miguel Colasuonno, ao assumir o cargo de Prefeito de São Paulo, não hesitou em atender ao pedido de ajuda financeira que lhe foi dirigido pela Comissão. Consoante os termos da lei nº 8.089, promulgada em 8 de agosto de 1974, assinou o decreto nº 11.241, do mesmo mês e ano, concedendo o crédito de um milhão de cruzeiros, como auxílio à Sociedade Brasileira de Educação, "para a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio". Graças à benemerência do prof. Miguel Colasuonno, as obras de reconstrução da igreja puderam iniciar-se.

Com o decorrer dos meses, a previsão orçamentária das obras não suportaria os gravames da inflação. Elevara-se assustadoramente o custo do material de construção e da mão-de-obra. Em conseqüência, a acentuada desvalorização da moeda pulverizara a verba consignada, tornando-a insuficiente para o prosseguimento da construção. Por faltarem recursos de tesouraria, além de outros lamentáveis imprevistos, os serviços foram paralisados.

Providencialmente, a Comissão resolveu recorrer aos valiosos préstimos do eminente prof. Cláudio Lembo, ex-aluno do Colégio São Luís e grande amigo dos jesuítas. Intelectual brilhante, professor universitário, jurista renomado, figura da mais alta projeção no cenário político de São Paulo, presidente da Aliança Renovadora Nacional e Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura paulistana, o dr. Cláudio Lembo aquiesceu prazerosamente em patrocinar a causa da Igreja do Colégio, revelando, assim, a magnanimidade de seu coração.

Incontinenti, solicitou audiência especial ao Prefeito Olavo Setúbal, a fim de lhe transmitir, de viva voz, o apelo da Comissão e, ao mesmo tempo, fazer-lhe um relato completo da história dos dois monumentos, marcos da fundação da cidade, salientando, sobretudo, as dificuldades financeiras que impossibilitavam o prosseguimento das obras de reconstrução da Igreja, havia 22 anos iniciadas. Ao terminar, pediu a compreensão, o apoio e a ajuda do prefeito.

Atento e comovido, o Prefeito Olavo Setúbal ouviu a longa e erudita explanação do Secretário Cláudio Lembo, proferida com entusiasmo, fé e espírito de paulistanidade. Compreensivo e disposto a solucionar o problema, prometera-lhe examinar a fórmula conveniente para conceder o auxílio financeiro da Prefeitura de São Paulo, ajuda que permitisse a conclusão definitiva das obras do conjunto Colégio e Igreja, da instalação do "Museu Anchieta" e da urbanização geral do sítio histórico. Foi, sem dúvida, um diálogo de conscientização cívica entre dois paulistas insignes, que amam as tradições de sua terra, heróica e gloriosa.

Em 15 de dezembro de 1976, o Prefeito Olavo Setúbal promulgou a lei nº 8.492, concedendo o crédito de sete milhões de cruzeiros à Sociedade Brasileira de Educação para as obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio e a subvenção de um milhão e duzentos mil cruzeiros destinada à instalação do "Museu Anchieta"

A generosidade do Prefeito Olavo Setúbal ultrapassara as expectativas da Comissão. E, assim, as obras puderam ser reiniciadas animadoramente.

Desde aí, os drs. Olavo Setúbal e Cláudio Lembo passaram a visitar, com assiduidade, o Pátio do Colégio, empenhados na aceleração das obras, vistorias em que são acompanhados do engº Luís Gomes Cardim Sangirardi, assessor-chefe de Engenharia e Urbanismo do Gabinete do Prefeito. Cumpre esclarecer que o engº Sangirardi, profissional altamente qualificado e eficiente, vem prestando os mais relevantes serviços técnicos à reedificação do conjunto Colégio e Igreja, além de supervisionar as obras de urbanismo da área histórica, a cargo da EMURB.

Decorridos 18 meses, tornar-se-ia insuficiente o orçamento previsto para a conclusão das obras, devido à espiral inflacionária que assola o País. Esgotada a disponibilidade de numerário, paralisaram-se as obras. Havia necessidade de novos créditos. A Comissão recorreu, outra vez, ao prof. Cláudio Lembo e ao Prefeito Olavo Setúbal, grandes benfeitores do Colégio e da Igreja dos jesuítas, objetivando conseguir subvenção adicional que permitisse o acabamento da Igreja. Em 19 de setembro de 1978, o Prefeito Olavo Setúbal sancionou a lei nº 8.780, aprovada pela Câmara Municipal, concedendo um crédito suplementar de nove milhões de cruzeiros à Sociedade Brasileira de Educação (Companhia de Jesus) para as obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio.

Pela benemerência de suas decisões em prol da reedificação da Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus, erigida no mesmo terreno sagrado onde ocorreu o magno acontecimento de 1554, os nomes ilustres de Olavo Setúbal e Cláudio Lembo ficarão registrados nas páginas da história do Pátio do Colégio como exemplo de civismo, para a memória das gerações.

Permitimo-nos enaltecer, por justiça, o meritório e incansável trabalho de quatro impávidos batalhadores: dr. José Augusto César Salgado, prof. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, padre Paulo Nacca S. J. e padre Hélio Abranches Viotti S. J., paulistas eméritos que, há 25 anos consecutivos, se vêm dedicando com amor, fé, tenacidade e estoicismo inexcedíveis à reconstrução desses monumentos, "berço e símbolo de São Paulo" na feliz expressão de Olavo Setúbal.

Em breve, a formosa Igreja do Senhor Bom Jesus será solenemente inaugurada. Haverá missa de ação de graças e *Te-déum Laudamus*. Diante do altar-mor, vislumbraremos um suavíssimo halo de luz que revelará a presença espiritual de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Manuel de Paiva, Afonso Brás, Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues, Gregório Serrão, Manuel de Chaves, Pero Correia, Diogo Jácome, Tibiriçá, Caiubi, João Ramalho, Bartira e um cortejo processional dos veneráveis fundadores de Piratininga.

E o povo de São Paulo quedar-se-á genuflexo.

São Paulo, 25 de março de 1979.

---

(79) Ex-professor de História da Arquitetura do Brasil na USP e ex-diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal.

(80) Em 8 de novembro de 1956, a Prefeitura aprovou, mediante alvará, o projeto geral que abrangia a reconstrução do Colégio e da Igreja do Pátio do Colégio.

CARTA DE RESTITUIÇÃO

Oliveira Ribeiro Neto

Granito do planalto, retirado
do chão lendário de Piratininga,
que os índios esculpiram lado a lado
dos padres, e que a branca tabatinga
vestia de pureza. Foste a pia
que Anchieta benzeu para o Colégio
que viu nascer São Paulo. Branca e fria
a tua água teve o privilégio
de dizer que a terra de São Paulo
era de Cristo. E é tua voz contrita
que da casa dos meus pais eu trago à igreja,
a recontar essa história tão bonita
de minha terra, santa e benfazeja,
do índio que Deus amou pelo batismo.

A pia é tua, São Paulo, o orgulho é meu.
Neste pátio sagrado, ajoelhada,
minha raça bendiz a honra bendita
em que pôde trazer-te, comovida,
– minha terra de heróis predestinada –
o primeiro troféu que Deus te deu.

Esplêndida pia de água benta, em pedra lavrada, remanescente da antiga igreja construída em 1556. Peça pertencente ao acervo do Museu Paulista.

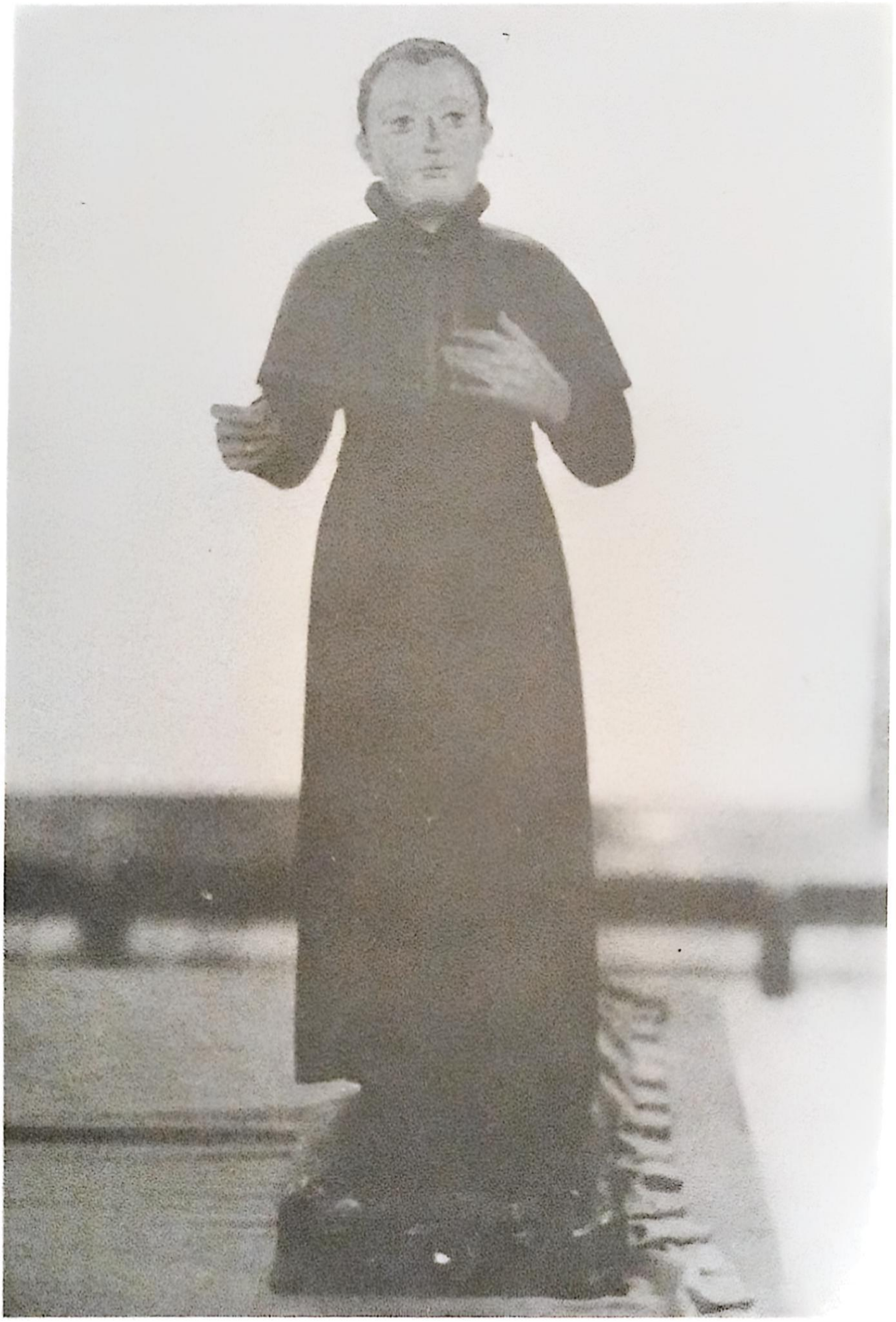
Outro aspecto da primitiva pia de água benta da Igreja do Colégio. Peça pertencente ao acervo do Museu Paulista.

O primitivo chafariz de pedra da sacristia (peça quinhentista) ornado com duas carrancas.
Falta a taça do lavabo. Doação dos descendentes de Eduardo Prado (Fazenda do Brejão).

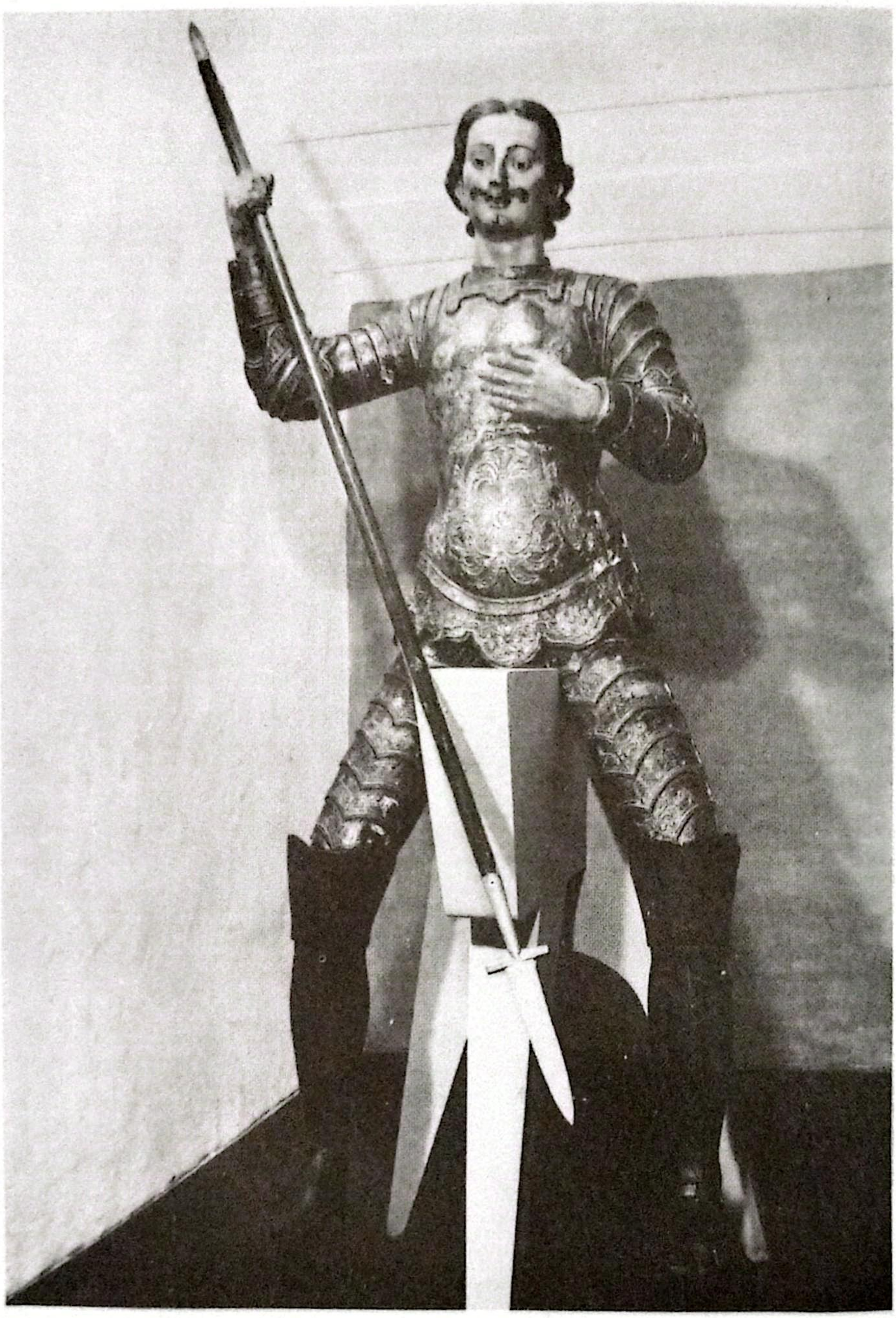
A esplêndida imagem quinhentista de São Paulo, em terracota policromada, que pertenceu à Igreja do Colégio e, posteriormente, à Matriz, por doação dos jesuítas (1611). Mede 0,81m e falta a mão direita. Acervo do Museu de Arte Sacra.

Estátua de São Francisco Xavier de madeira policromada Século XVII. Procedência espanhola.

Imagem de Nossa Senhora do Livramento, de terracota policromada, com 0,52m de altura, século XVIII. Essa estatueta pertenceu à Igreja do Colégio. In Catálogo da Exposição do Museu de Arte Sacra de São Paulo, realizada em Buenos Aires, 1972 (ficha nº 117).

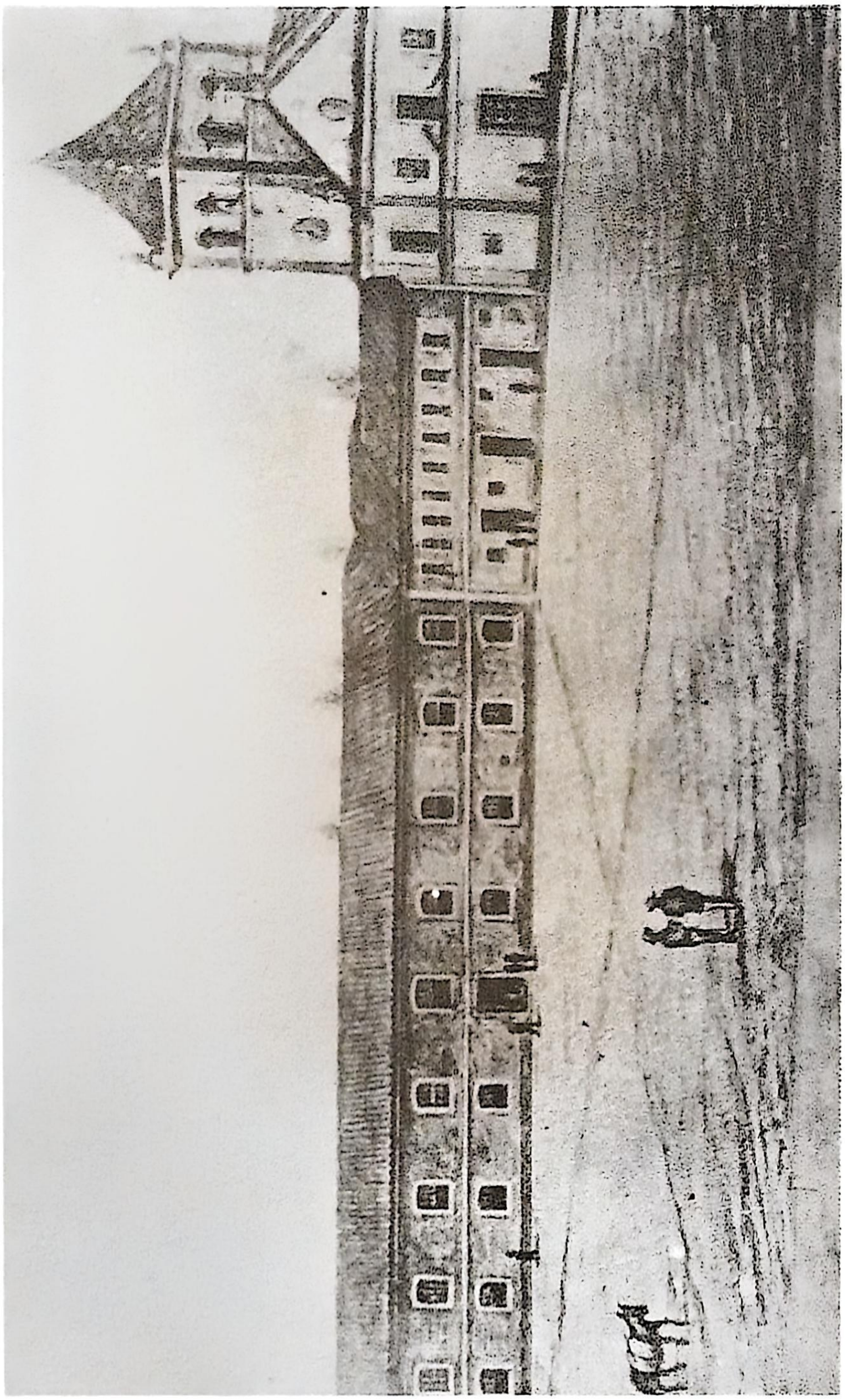


Estátua de São Stanislau Kostka, de madeira policromada (Séc. XVIII), do artesanato paulista.



São Jorge era padroeiro do Senado da Câmara e do Regimento Real de Cavalaria. Essa imagem-articulada, de grande dimensão (2,20 m) feita de madeira policromada, folheada a prata e ouro, costumava sair, montada a cavalo, nas tradicionais procissões de *Corpus Christi*, realizadas com extraordinária pompa e esplendor. A estátua foi pertença da Igreja do Colégio.

Altar que guarnecia a sacristia da Igreja do Colégio, segundo atribuição e *expertise* do dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto. Peça pertencente ao acervo do Museu de Arte Sacra.

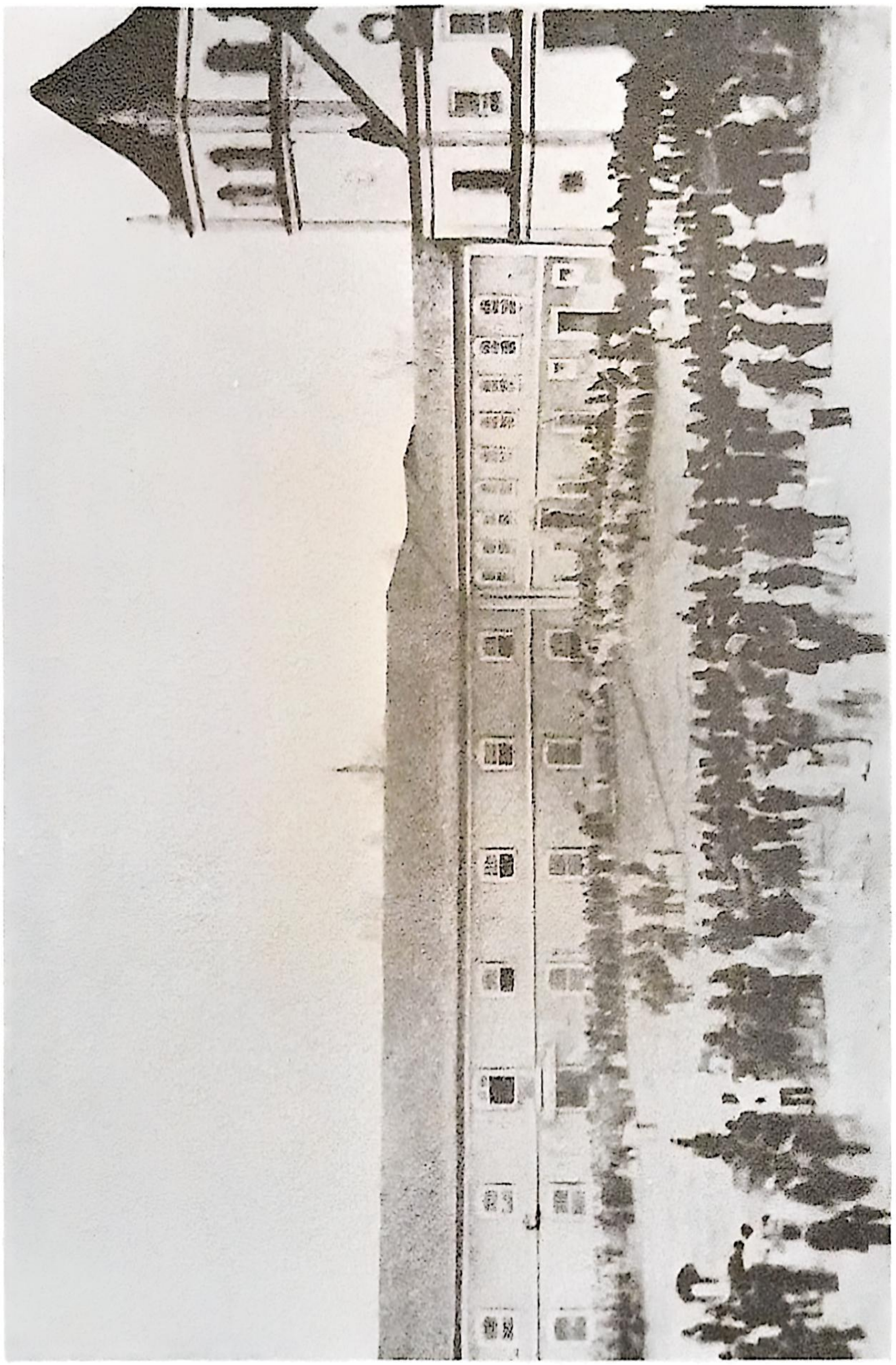


O Palácio do Governo e a Igreja do Colégio, segundo um desenho de William John Burchll, datado de 1827.

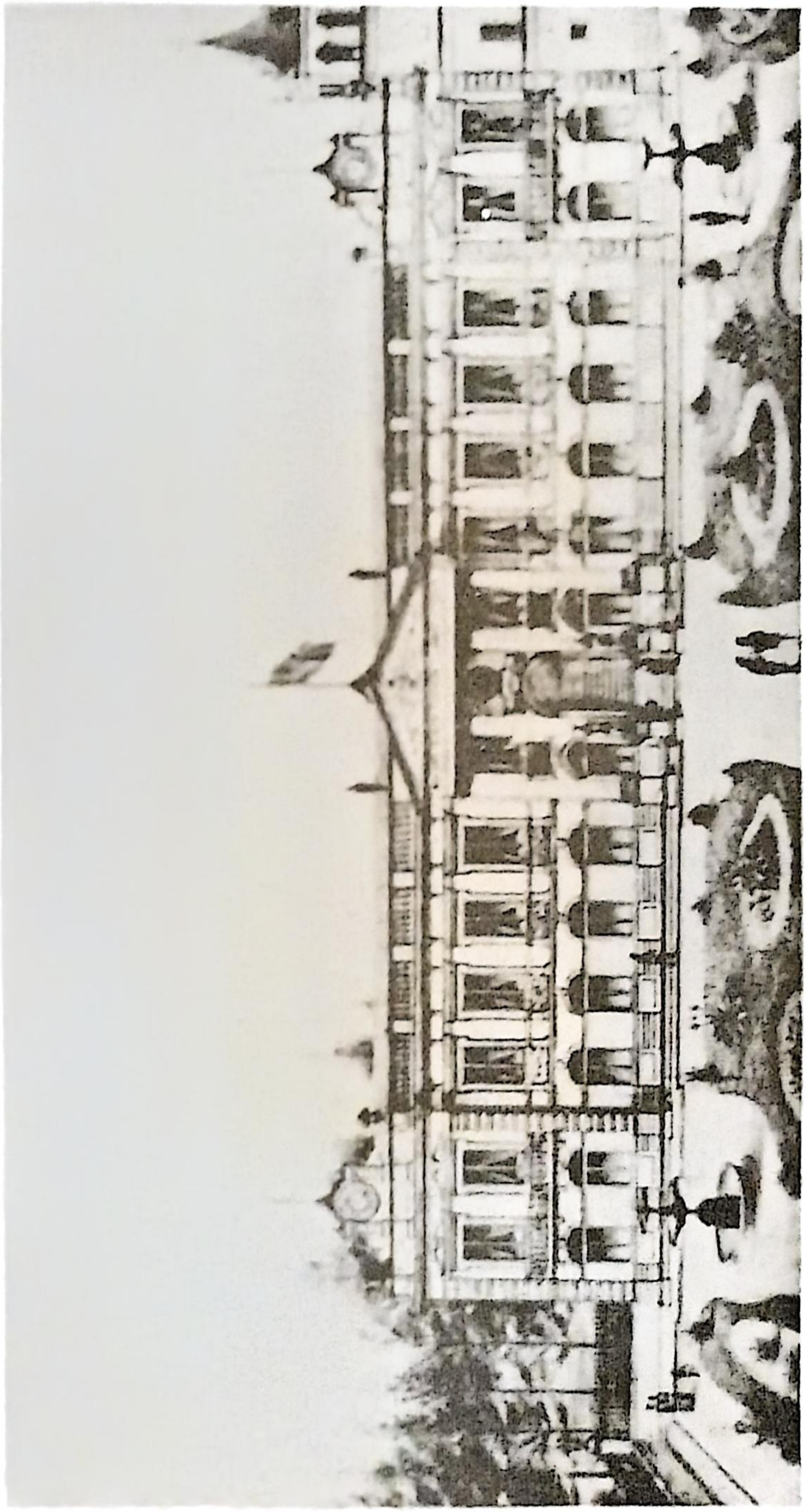
A Igreja de Bom Jesus, segundo um precioso daguerreótipo de 1841. Essa área do Pátio destinava-se ao estacionamento de veículos.

A Igreja do Colégio próxima à então Rua do Bispo (atual Anchieta) em 1860. Ao lado, a Cadeia Pública

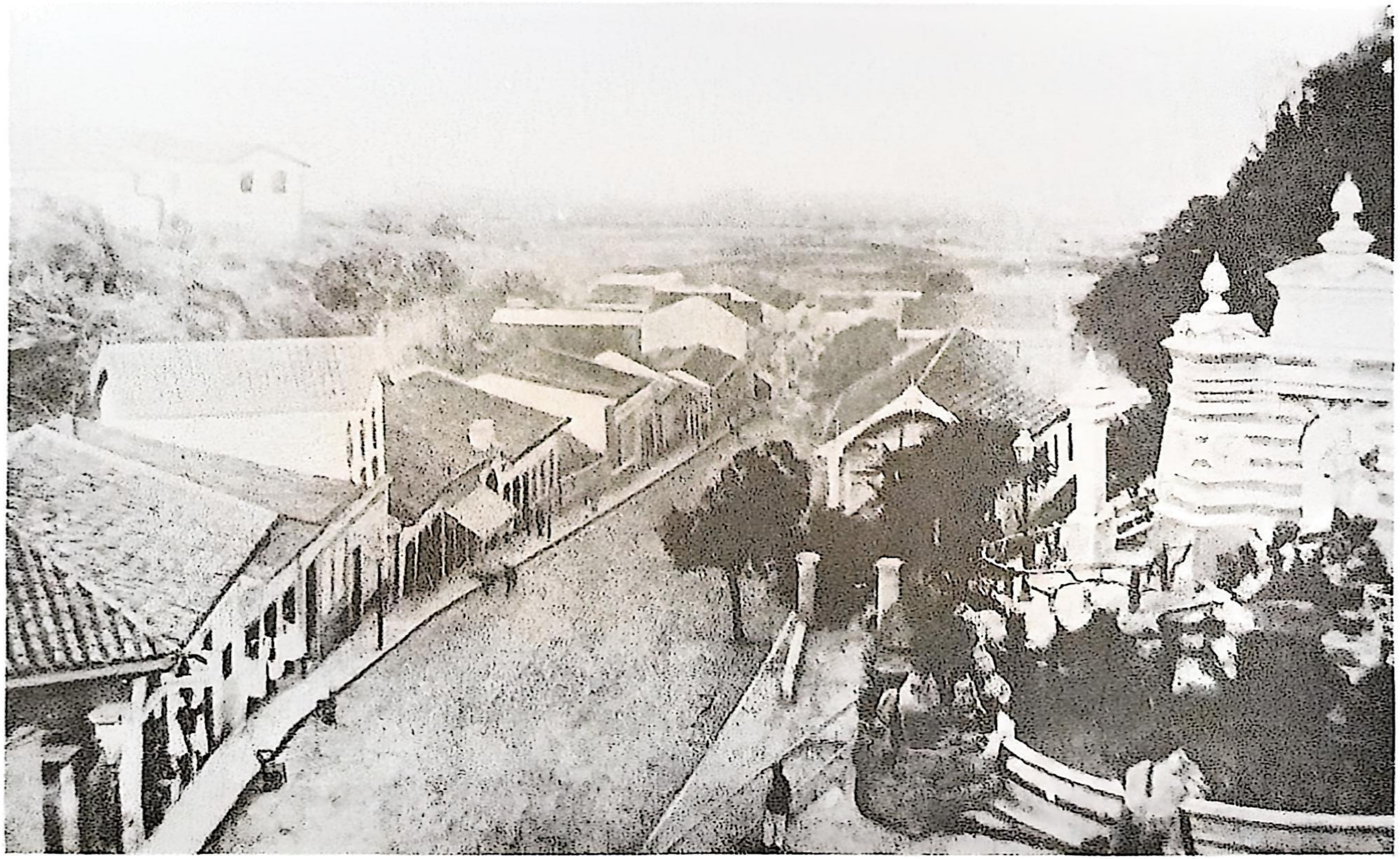
A ladeira do Colégio ou rua Municipal em 1860, aberta na antiga "Horta dos Jesuítas", hoje denominada rua General Carneiro. Óleo de Benedito Calixto. Pinacoteca do Museu Paulista.



A Igreja e o antigo Colégio onde então funcionavam o Palácio do Governo, a Tesouraria Geral, o Correio e as Coletorias. Fotografia de Milirão de Azevedo, datada de 1862 vendo-se uma parada do Corpo Policial da Província.

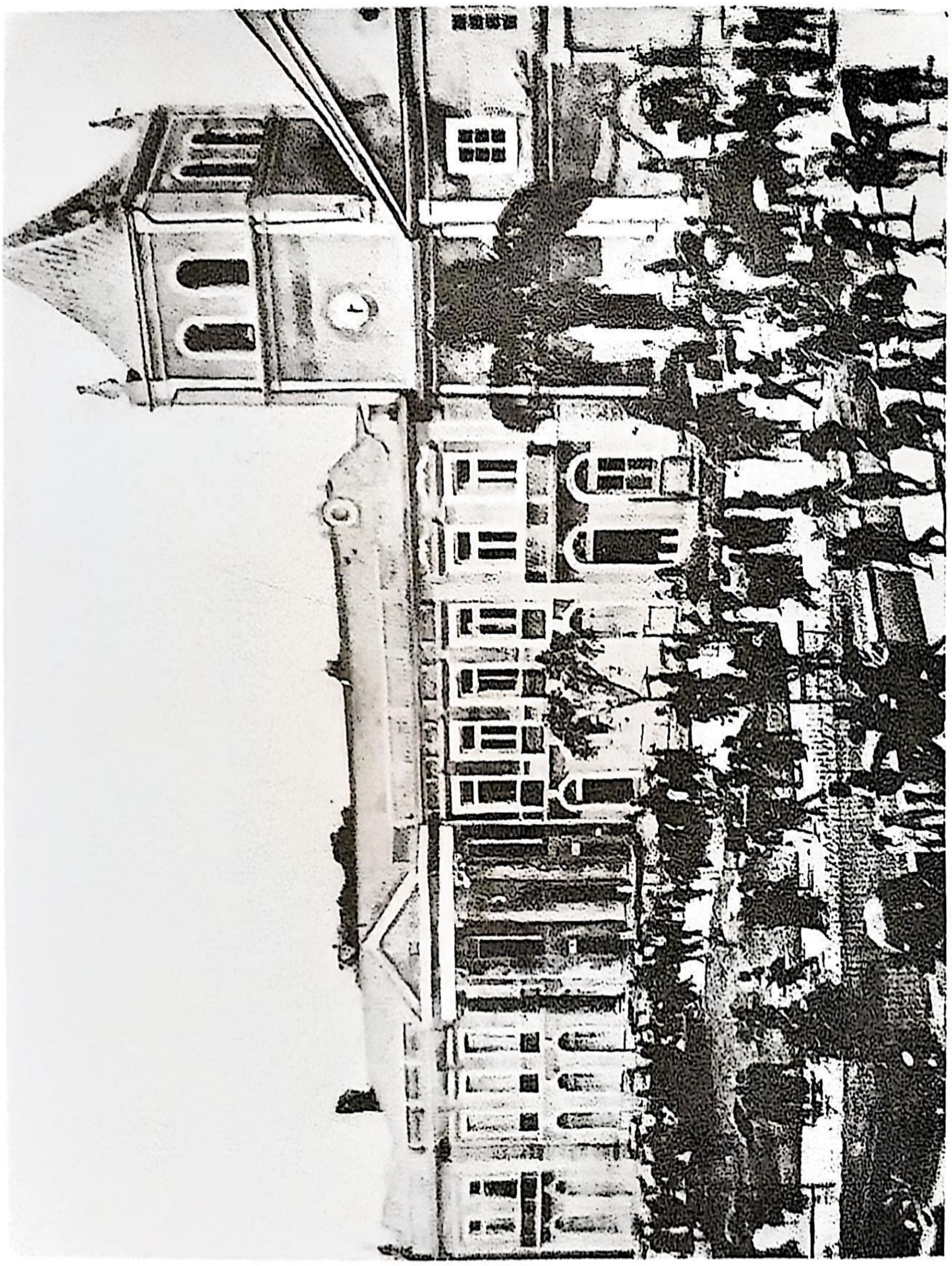


Projecto para o Palácio da Presidência da Província, erigido no terreno do antigo Colégio dos jesuítas, por determinação de Florêncio de Abreu.
Litografia de Júlio Martin.

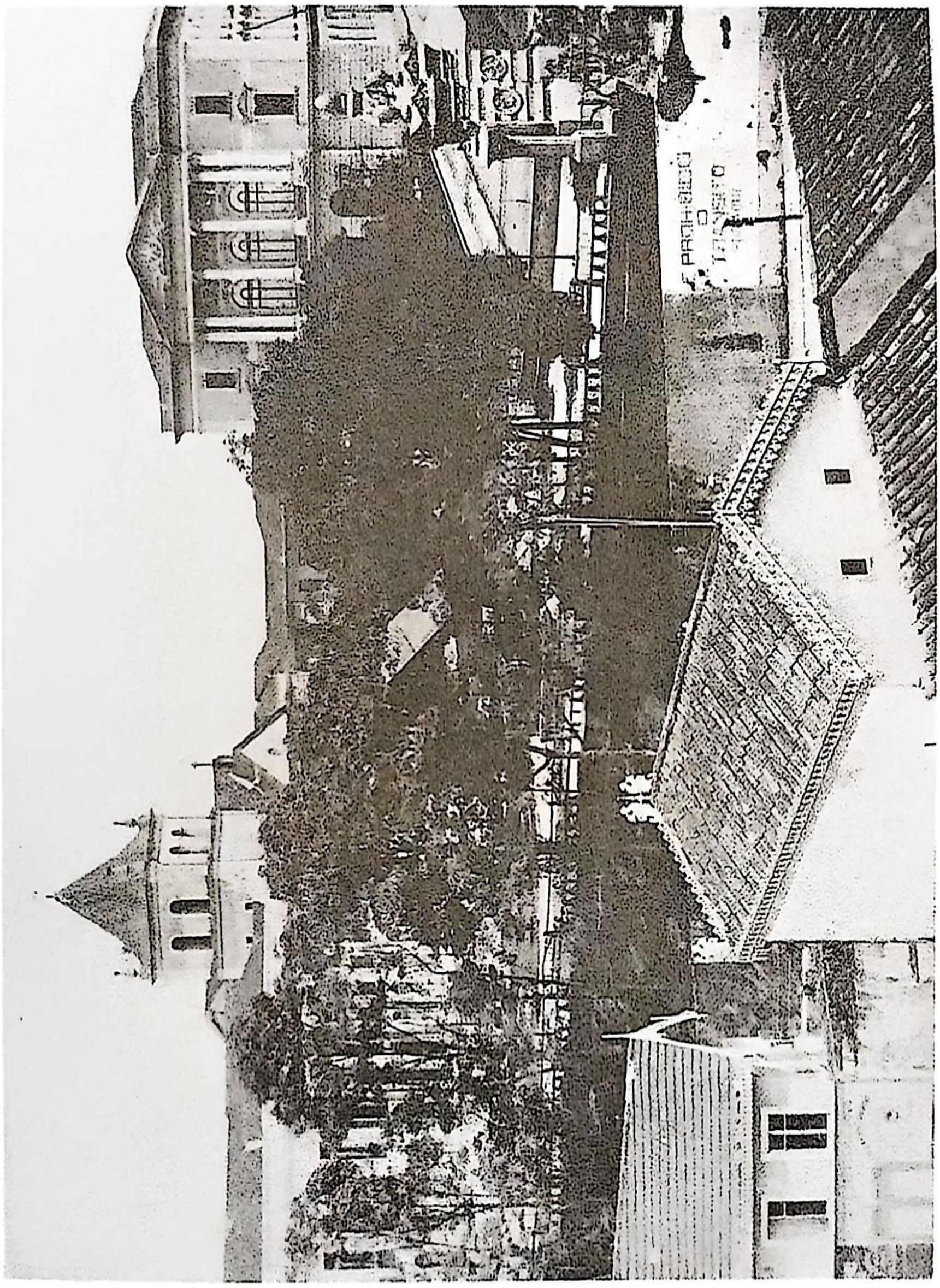


A antiga rua Municipal em 1887, mais tarde denominada rua João Alfredo e, atualmente, General Carneiro. Vê-se, à direita, a fonte ornamental.

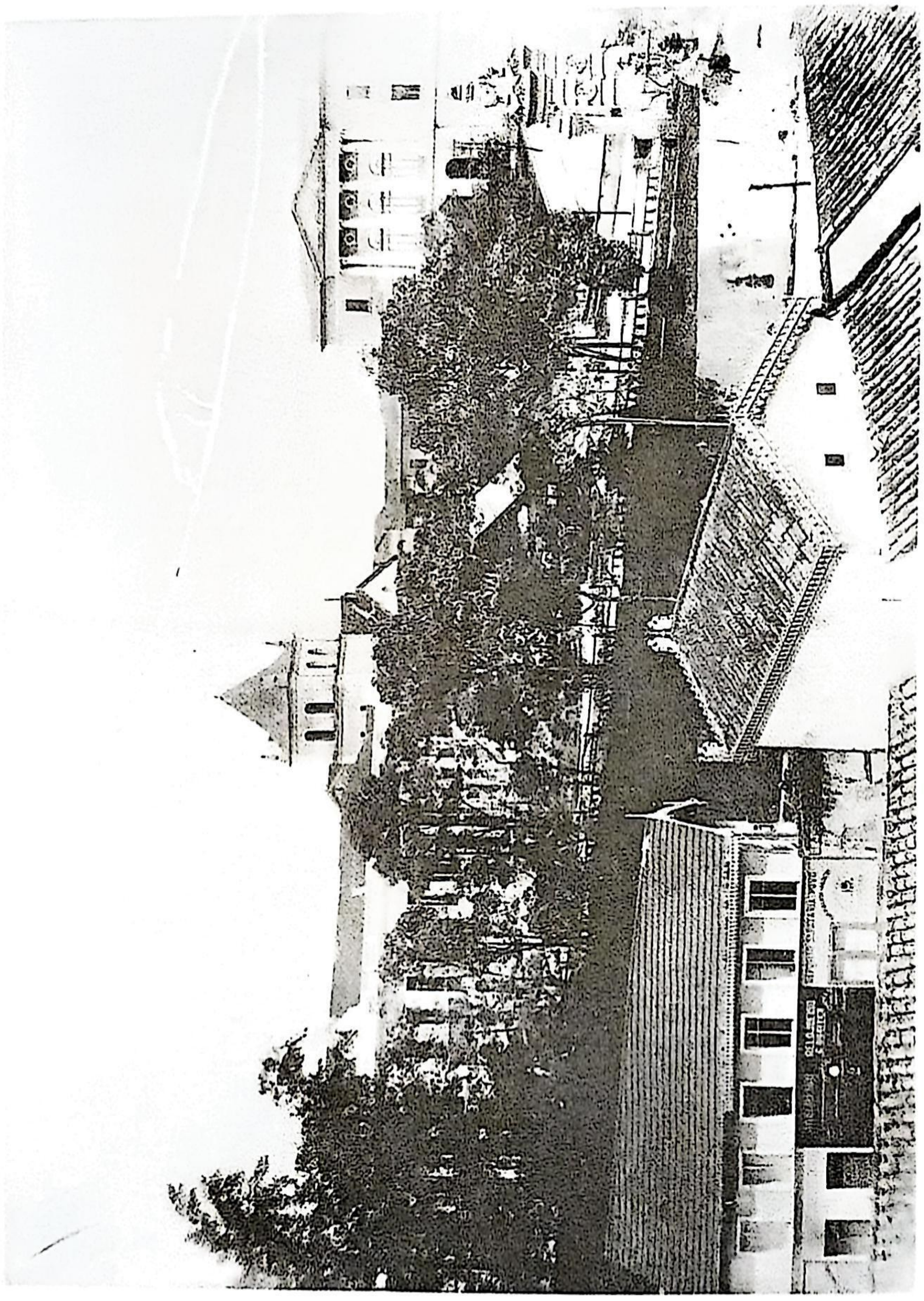
Palácio do Governo e Igreja de Bom Jesus. Vê-se, em primeiro plano, a fonte ornamental (1887).



O Palácio da Presidência da Província e a Igreja do Colégio, vendo-se o jardim contíguo. Fotografia de 1869



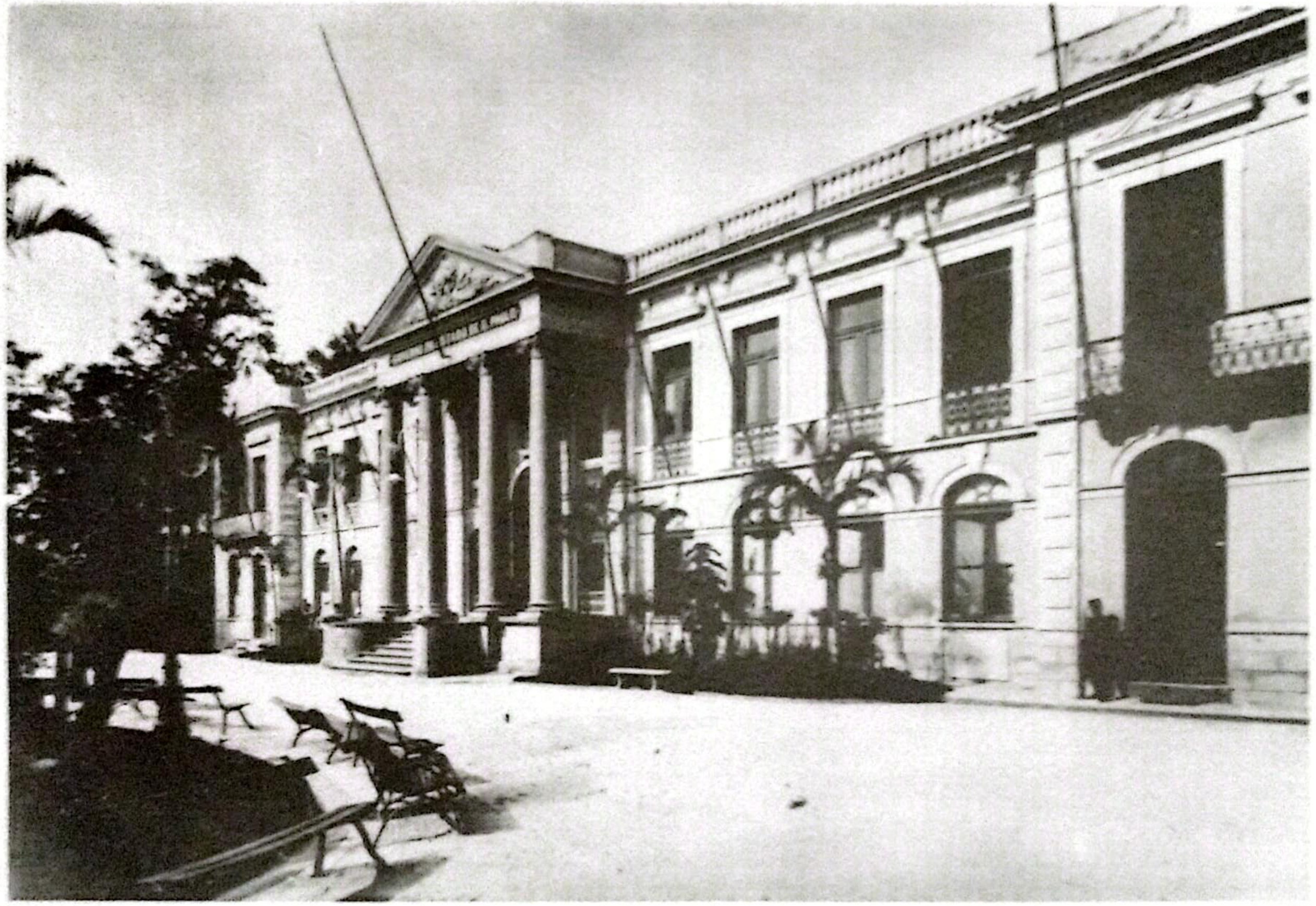
Palácio do Governo de São Paulo vendo-se o Pátio e a Igreja (1895).



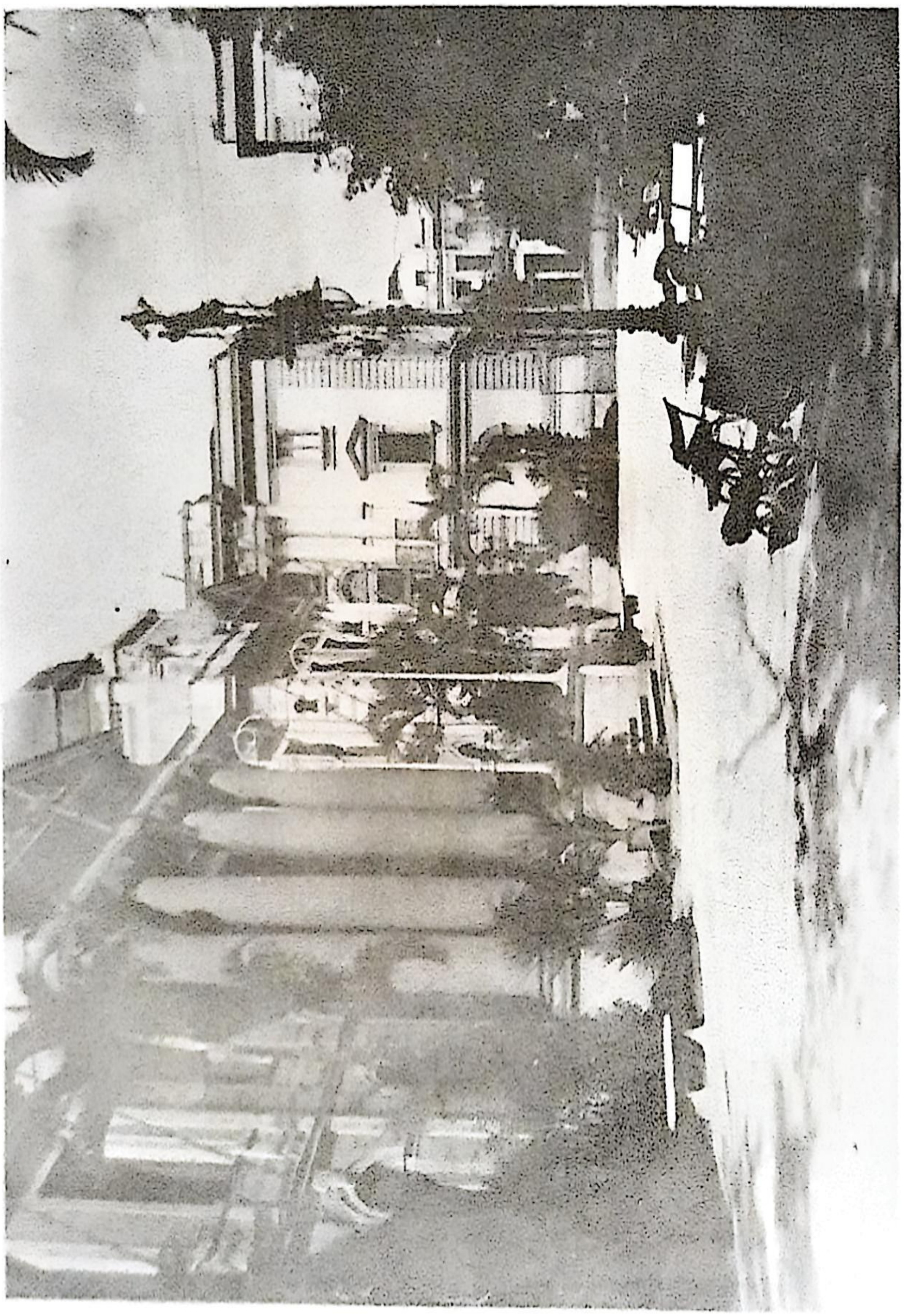
Vista panorâmica do Pátio do Colégio em 1895.

O edifício da Tesouraria da Fazenda situado no Pátio do Colégio (1899)

O Pátio do Colégio em 1900 vendo-se as Secretarias da Fazenda, Justiça e Segurança Pública.

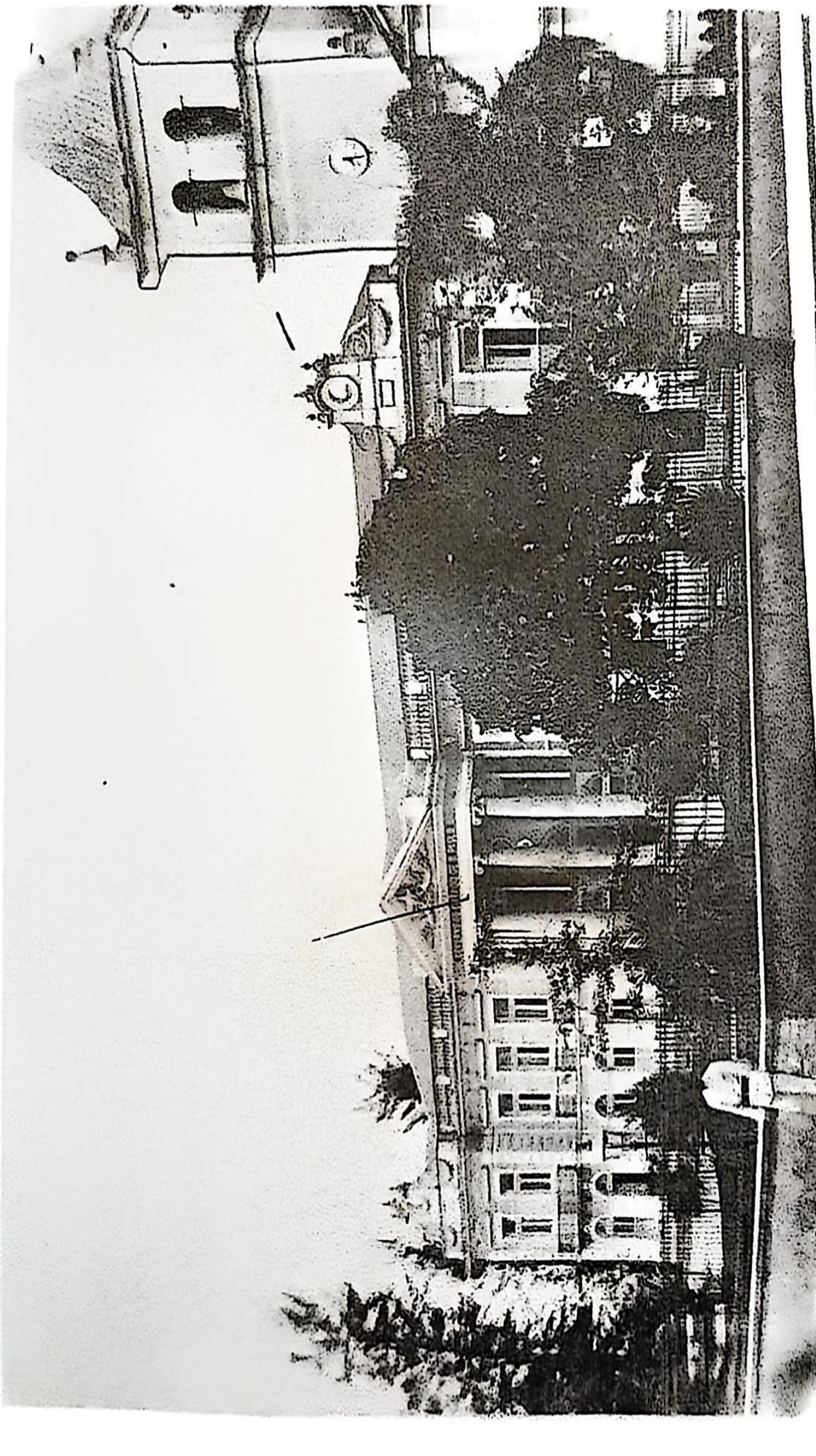


Palácio do Governo de São Paulo, em 1900.



O Pário do Colégio e o Palácio do Governo em 1908.

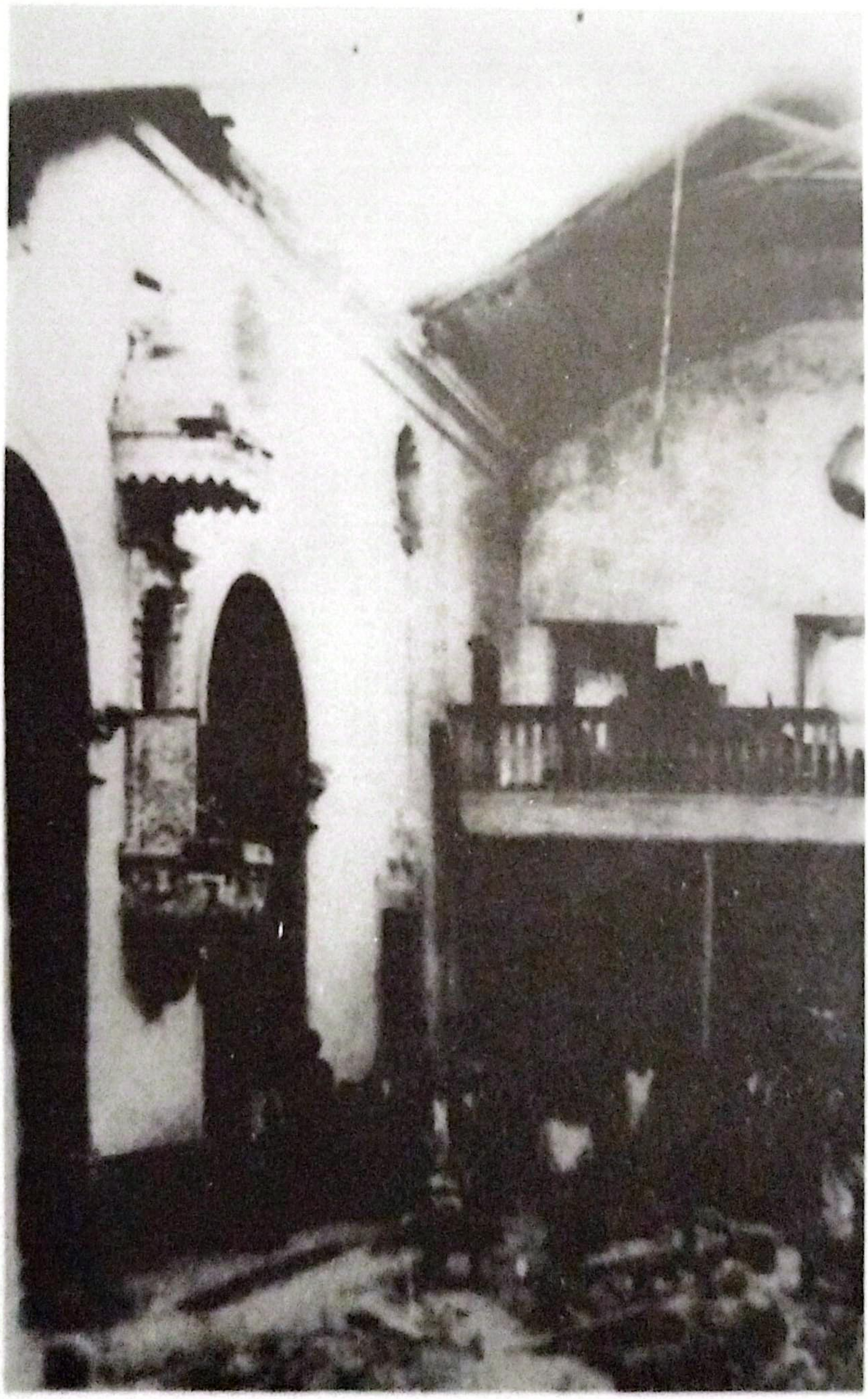
Vista panorâmica do Pátio do Colégio em 1929.



Palácio do Governo de São Paulo construído no mesmo local onde existiu o Colégio dos jesuítas.

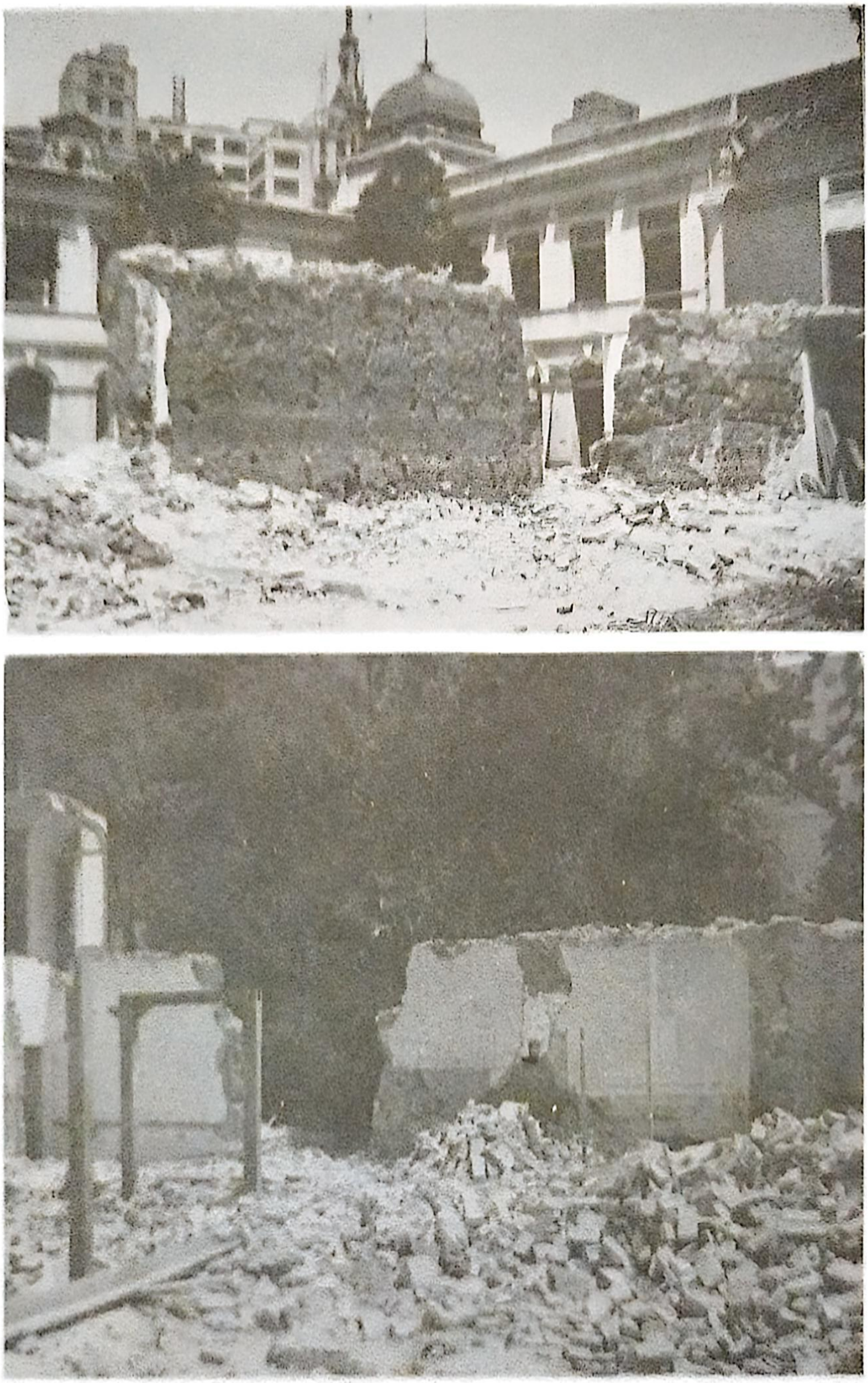
Aspecto da fachada após o desmoronamento do teto e da cimalha, ocorrido na tempestuosa noite de 13 de março de 1896. (Fotografia que serviu de base para o projeto de reconstrução da igreja, do prof. Carlos Alberto Gomes Cardim).

A foto mostra o interior da igreja e o estado em que ficaram o coro e um dos altares colaterais da nave, em decorrência do total desabamento do telhado



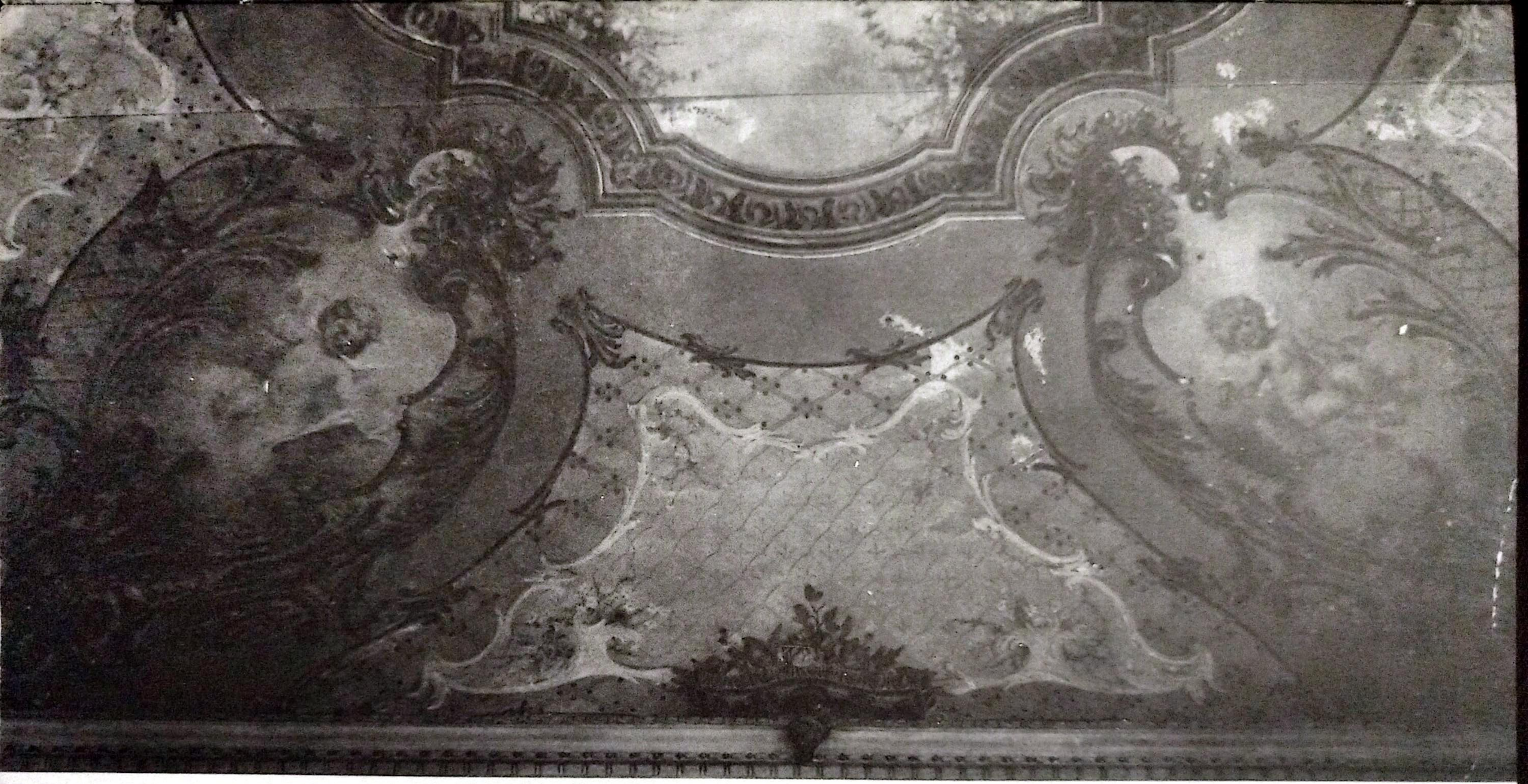
Outro aspecto da igreja, vendo-se o teto completamente derruído, permanecendo, porém, quase intacto o púlpito situado na lateral correspondente à Epístola.

Outro aspecto da igreja, vendo-se o teto completamente derruído, permanecendo, porém, quase intacto o púlpito situado na lateral correspondente à Epístola.

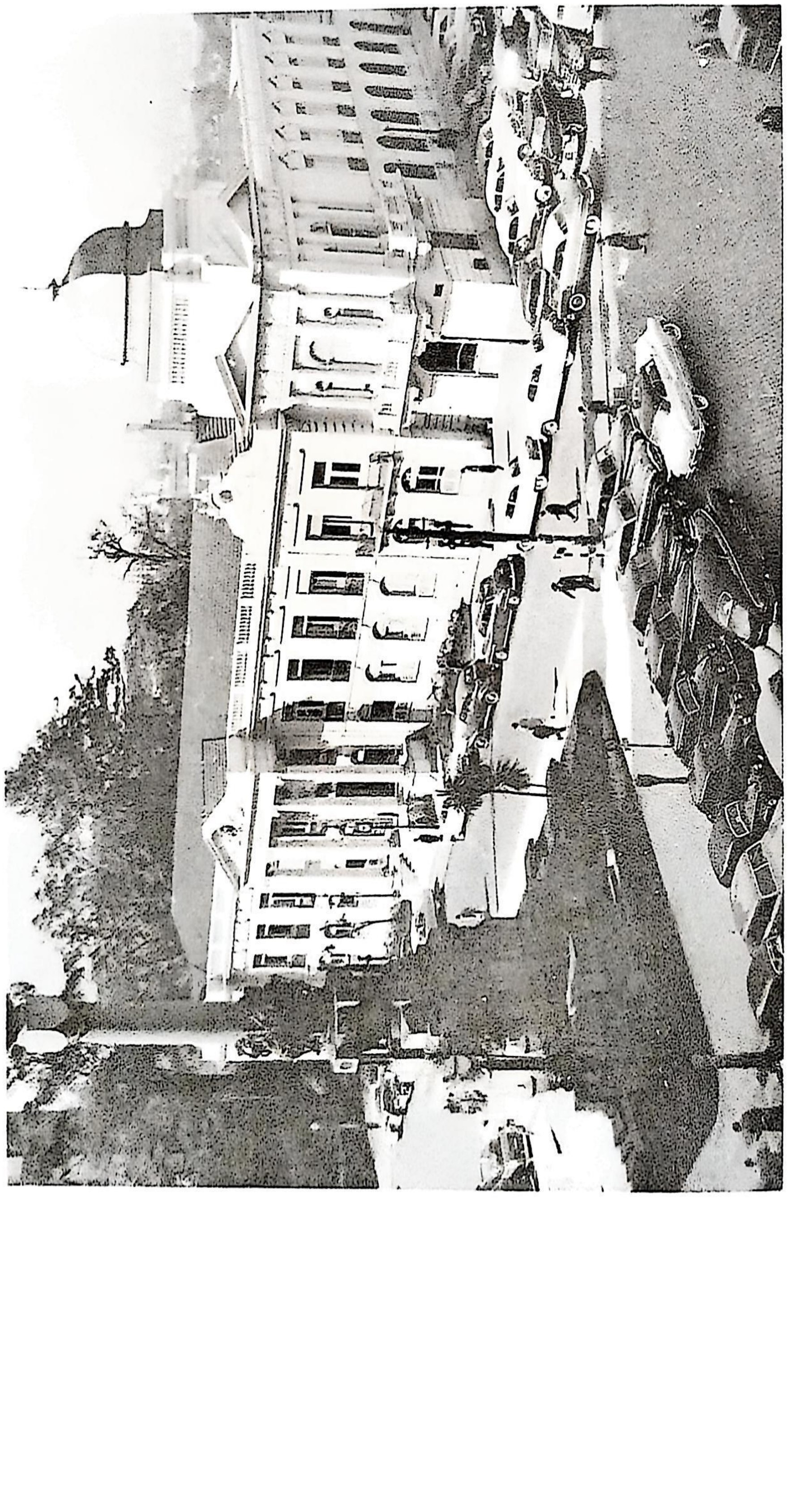


Restos de taipa do antigo Colégio dos jesuítas. Esse material foi encontrado quando da demolição do Palácio do Governo, em outubro de 1953.

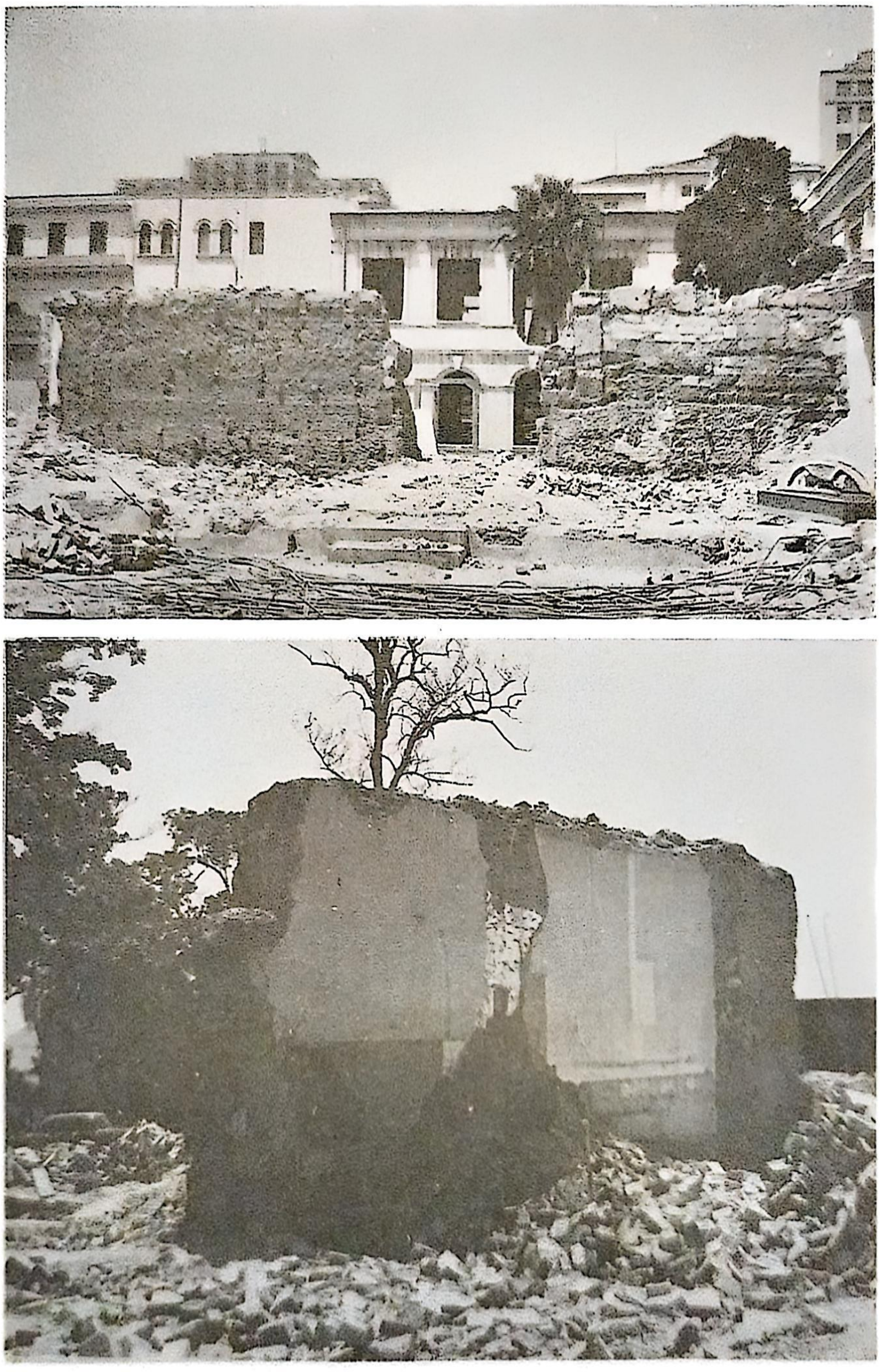
Pátio do Colégio – Secretaria da Educação (1953).



Pintura no teto do torreão do Congresso Constituinte, local onde anteriormente funcionava o batistério da Igreja. Foto gentilmente cedida pelo IPHAN.



Outro aspecto da Secretaria da Educação, antigo Palácio do Governo de São Paulo (1953).

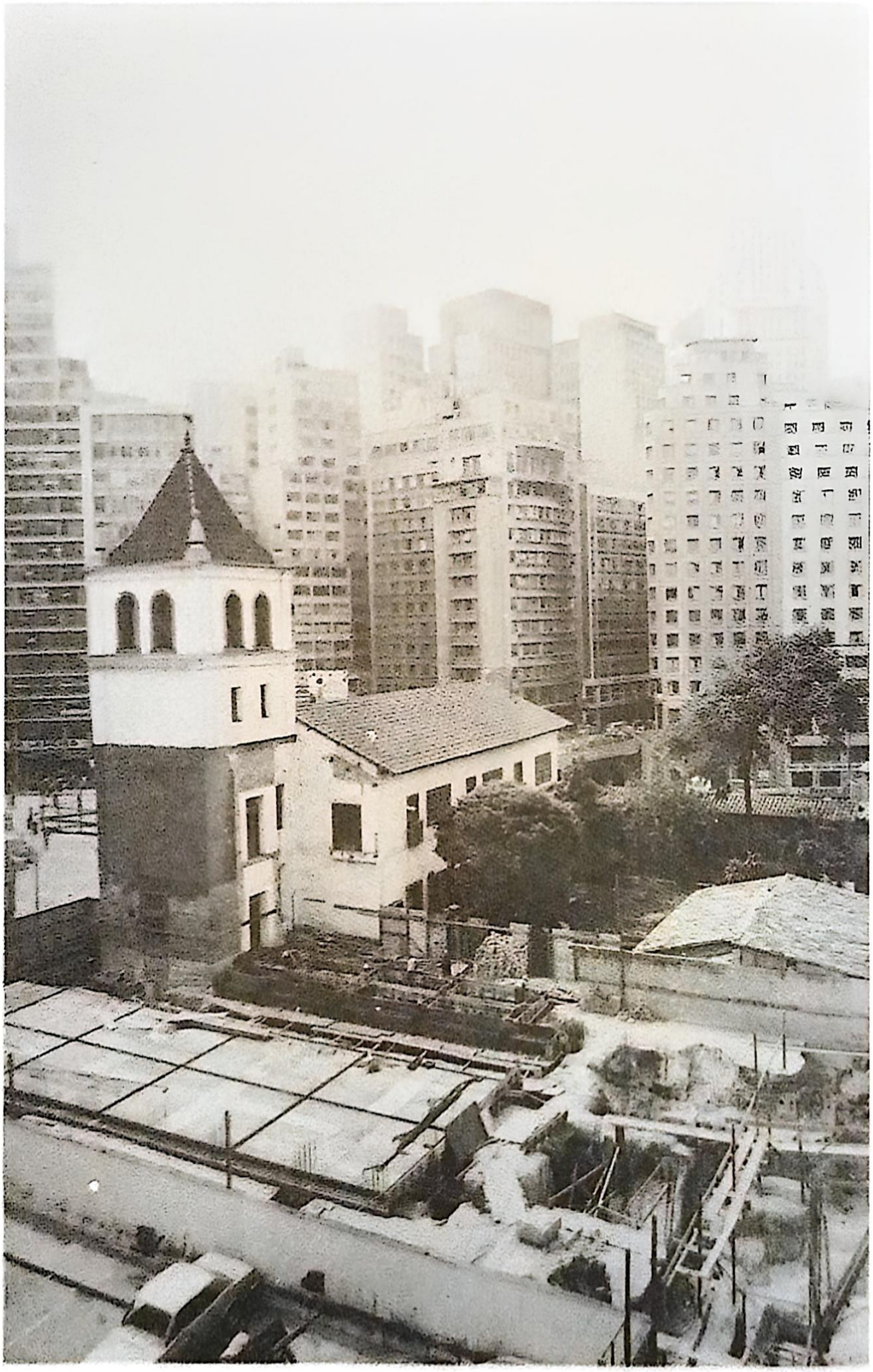


Restos de taipa do antigo Colégio dos jesuítas (outubro de 1953).

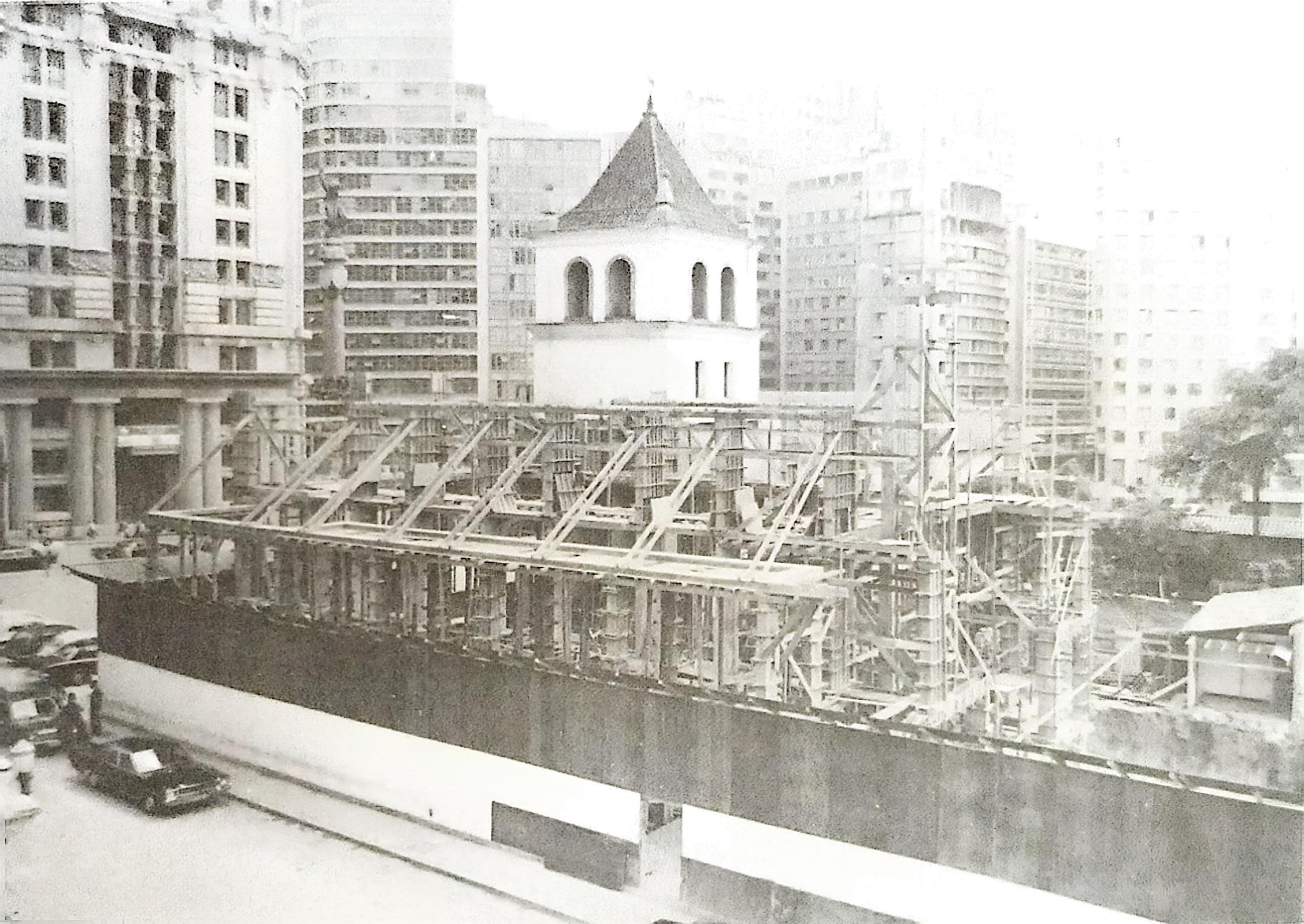
Vista aérea do Pátio, vendo-se o Colégio e a torre da Igreja já em fase de conclusão (1971).

O Colégio e a torre da Igreja (8/8/1972). As obras dessa primeira etapa foram custeadas pela generosa contribuição do povo paulistano.

Canteiro das obras. A armação das formas de madeira (15/12/1975).



Concretagem da laje sobre a cripta a fim de proteger e preservar os alicerces de pedra ferruginosa, remanescentes da igreja seiscentista (19/12/1975).



Fachada da igreja. O serviço de carpintaria e ferragem foi concluído em 25/5/1976.

Vista aérea do Colégio e da Igreja parcialmente reconstruídos (janeiro de 1979). Fotografia gentilmente cedida pela Divisão de Iconografia e Museus, do Departamento do Patrimônio Histórico (Secretaria Municipal de Cultura).

BIBLIOGRAFIA

Abreu, João Capistrano de – *"Caminhos antigos e povoamento do Brasil"*, 1929;

Amaral, Álvaro do – *"O padre José de Anchieta e a fundação da S. Paulo"*, ed. Conselho Estadual de Cultura, 1971;

Amaral, Aracy – *"A Hispanidade em São Paulo", in revista "Barroco"*, nº 7, ed. 1975;

Andrade, Mário de – *"Depoimentos"*, Centro de Estudos Brasileiros, GFAU, 1966;

Arroyo, Leonardo – *"Igrejas de S. Paulo"*, Livraria José Olímpio, 1954;

Atas do Senado da Câmara de Santo André da Borda do Campo, ed. 1914;

Atas do Senado da Câmara da Vila de S. Paulo (coleção);

Bardi, Pietro Maria – *"História da Arte Brasileira"*, Ed. Melhoramentos, 1975;

Bazin, Germain – *"L'Architecture Religieuse au Brèsil"*, Librairie Plon, Paris, 1956;

Bruno, Ernani Silva – *"História e Tradições da Cidade de S. Paulo"*, Livraria José Olímpio, 1954;

Caeiro SJ, José – *"De exilio Providenciarum Transmarinum Assistentiae Lusitanae Societatis Jesu"*, Bruxelas, 1777 (original);

Calmon, Pedro – *"História Social do Brasil"*, 1939; *"História do Brasil"*, 1947; *"A evolução da arquitetura no Brasil"*, in Rev. do IHGGB, 1974;

Cardim SJ, Fernão – *"Tratado da Terra e Gente do Brasil"*, s/d;

Catálogo da Exposición del Museo de Arte Sacro de São Paulo Buenos Ayres, 1972;

Caxa SJ, Quirício – *"José de Anchieta"*, MES, 1946;

Condephaat – *"O sítio urbano original de S. Paulo – O Pátio do Colégio"*, Publ. nº 1, 1977;

Cordeiro, José Pedro Leite – *"Coletânea"*, Ed. 1954; *"Brás Cubas e a Capitania de S. Vicente"*, 1951;

Cortesão, Jaime – *"Martim Afonso de Souza e a fundação de S. Paulo"*, in *"O Estado de S. Paulo"*, ed. 25/1/1954; *"Pauliceae Lusitana Monumenta Historica"*, Real Gabinete Português de Leitura, Lisboa, 1956;

Costa, Lúcio – *"A arquitetura jesuítica no Brasil"*, in Revista do SPHAN, vol. 5, 1941;

Debret, Jean-Baptiste – *"Voyage pittoresque et historique au Brèsil"*; *"Quarenta páginas inéditas"*, ed. Nacional, 1970;
Deus, Fr. Gaspar Madre de – *"Memórias da Capitania de S. Paulo"*; *"História da Capitania de S. Vicente"*, 3ª ed. 1920;
Ellis Júnior, Alfredo – *"Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano"*, Ed. Nacional, 1938;
Etzel, Eduardo – *"Imagens Religiosas de S. Paulo"*, 1971; *"O Barroco no Brasil"*, Ed. Melhoramentos, 1973;
Ferreira, Tito Lívio – *"História de S. Paulo"*, Ed. Biblos, 1968;
Fonseca, Padre Manoel da – *"Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes"*, Lisboa, 1752.
Furlong S. J., Guillermo – *"Arquitetos argentinos durante la dominación hispanica"*. Ed. Huarpes, Buenos Aires, 1946;
Gandavo, Pero de Magalhães – *"Tratado da Província do Brasil"*, INL, ed. 1965;
Gay, Côn. João Pedro – *"História da República Jesuítica do Paraguai"*, MES, 1942;
Herstal, Stanislaw – *Imagens religiosas do Brasil"*, 1956;
"História da Colonização Portuguesa", ed. 1924;
"Inventários e Testamentos", Publ. Arquivo Histórico de S. Paulo (Coleção);
Kidder, Daniel Parish e James Cooley Fletcher – *"Brazil and the Brazilians"*, Londres, 1871; *"Brazil and the Brazilians postrayed in historical"*, Londres. 1879;
Leite, Aureliano – *"História da Civilização Paulista"*, Ed. Saraiva, 1954;
Leite JS, Serafim – *"Nóbrega e a Fundação de S. Paulo"*, Lisboa, 1953; *"Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil"*, Ed. 1954;
Leme, Pedro Taques da Silva – *"Nobiliarquia Paulistana"*, 1926/44;
Leme, Pedro Taques de Almeida Paes – *"A expulsão dos jesuítas do Colégio de S. Paulo"*, ed. Melhoramentos, s/d;
Léry, Jean de – *"Viagem à Terra do Brasil"*, Livr. Martins, 1972;
Machado, Alcântara – *"Vida e Morte do Bandeirante"*, ed. 1930;
Madureira SJ, J. M. de – *"A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus resultados"*, Imprensa Nacional, ed. 1927;
Magalhães, Basílio de – *"Expansão Geográfica do Brasil Colonial"*, 2ª ed., 1935;
Martins, Antônio Egídio – *"São Paulo Antigo"*, Conselho Estadual de Cultura, vol. 18, 1973;
Mello, Nilva Rogik e Alexandre de Mello – *"Vida e Morte da Igreja do Colégio"*, in Revista do Arquivo Municipal, vol. CI.XXXVII, ed. 1975;

Moraes, Geraldo Dutra de – *"Les Invasions Françaises au Brésil"*, ed. Saint Germain l'Auxerois, Paris, 1961;
Moura, Paulo Cursino de – *"São Paulo de Outrora"*, Livr. Martins, ed. 1943;
Nóbrega SJ, Manuel da – *"Diálogo sobre a Conversão do Gentio"*, ed. 1954; *"Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil"*, ed. 1954;
Piza, Antônio de Toledo – *"A Igreja do Colégio"*, in Revista do IHGB, vol. LIX, ed. 1896;
Pombo, José Francisco da Rocha – *"História do Brasil"*, ed. 1905;
Porto, Aurélio – *"História das Missões Orientais do Uruguai"*, in Rev. SPHAN, nº 9, ed. 1943;
Prado Júnior, Caio – *"Formação do Brasil Contemporâneo"*, Liv. Martins, ed. 1942;
Ribeiro Neto, Pedro de Oliveira – *"Santos de barro paulista no século XVII"*, in Rev. IEB, ed. 1968;
Rugendas, João Maurício – *"Viagem pitoresca através do Brasil"*, ed. 1940;
Saint-Hilaire, Augustin de – *"Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Saint Catherine"*, Paris, ed. 1851;
Salgado, José Augusto César – *"O Pátio do Colégio – História de uma Igreja e de uma Escola"*, Graf. Municipal de S. Paulo, ed. 1976;
Salvador, Frei Vicente do – *"História do Brasil"*, Ed. Melhoramentos, 1932;
Salvador, José Gonçalves – *"Cristãos-novos, jesuítas e inquisição"*, ed. USP, 1969;
Sampaio, Teodoro – *"Memória sobre a Igreja do Colégio dos Jesuítas de S. Paulo"*, in Rev. IHGSP, vol. II, ed. 1898;
Sant'Ana, Nuto – *"São Paulo Histórico"*, ed. 1944;
Soares, José Carlos de Macedo – *"Fronteiras do Brasil no Regime Colonial"*, ed. 1939;
Souza, Gabriel Soares de – *"Tratado Descritivo do Brasil"*, ed. 1938;
Souza, Pero Lopes de – *"Diário de Navegação de..."*, ed. 1927;
Southey, Robert – *"História do Brasil"*, ed. 1862;
Spix, John e Carl von Martius – *"Reise in Bresilien"*, ed. 1824;
Staden, Hans –*."Duas Viagens ao Brasil"*, ed. 1942;
Taunay – Afonso de E. – *"História Seiscentista da Vila de S. Paulo"*, ed. 1927; *"A fortuna do Padre Pompeu"*, in Revista do Arquivo Municipal, 1939; *"Velho S. Paulo"*, Ed. Melhoramentos, 1954;
Tschudi, Barão Johann Jakon von – *"Reisen durch Süd – Amerika"*, Leipzig, 1869;

Varnhagen, Francisco Adolfo de – *"História Geral do Brasil"*, Ed. Melhoramentos, s/d.
Vasconcelos, Simão de – *"Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil"*, Lisboa, 1845;
Xeria, Don Céspedes de – *"Viagem ..."*, in Anais do Museu Paulista, ed. 1922.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Biblioteca Nacional de Lisboa (Coleção Pombalina); Biblioteca do Palácio de Ajuda; Biblioteca do Arcebispado de Lisboa; Arquivo da Mesa de Consciência e Ordens; Biblioteca Pública de Évora; Arquivo Nacional de Madri; Arquivo Histórico de S. Paulo; Arquivo Municipal de S. Paulo; Arquivo da Cúria Metropolitana de S. Paulo; Coleção "Almeida Prado" USP – IEB; Biblioteca Nacional; Arquivo Histórico Nacional; Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MEC.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

A fundação da cidade de São Paulo 14
Retrato de Anchieta 19
Assinaturas fac-similares dos jesuítas 20
Frontispício da "Arte de Gramática da Língua mais falada na costa do Brasil", do padre José de Anchieta 25
Relíquia do Venerável padre José de Anchieta 26
Retrato de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira 31
Projeto do Palácio Episcopal e da Sé de São Paulo, 1747 . 32/33
Risco do Palácio Episcopal de São Paulo, 1747 ..... 34/35
Página de rosto da "Coleção de ordens para a administração das fazendas seqüestradas aos jesuítas", 1766 40
O Colégio e a Igreja em 1818, segundo um desenho de Thomas Ender 46
O Pátio do Colégio em 1830. Quadro a óleo de Beatriz Dutra 47
A Igreja e o Palácio em 1847. Aquarela de Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra 48
O Pátio do Colégio em 1860. Desenho do Barão von Tschudi 52
A lousa tumular de Afonso Sardinha, o velho 62
Pia batismal da primitiva Igreja do Colégio de São Paulo, 1556 68
O interior da Igreja do Colégio, 1896 69
Aspecto do interior da Igreja, 1896 70
Altar de Nossa Senhora das Dores e Jesus Crucificado ... 74
Altar de Nossa Senhora Rainha dos Anjos (nave) 75
Altar de Jesus, Maria e José (Sagrada Família) 78
Altar de Nossa Senhora do Desterro (nave) 79
Frontal dourado do altar de Nossa Senhora das Dores ... 80
Altar de Sant'Ana, cujo orago foi posteriormente substituído por São Jorge 84
O esplêndido altar-mor da Igreja do Colégio, 1680 87
O altar-mor reduzido a 1/3 do seu tamanho original 88
A preciosa imagem quinhentista do Bom Jesus 91
Imagem de Santo Inácio de Loiola 92
A pia de água benta, 1556 99
Outro aspecto da pia de água benta quinhentista 100

O primitivo chafariz de pedra da sacristia 101
A primitiva imagem de São Paulo, 1611 102
Estátua de São Francisco Xavier 103
Imagem de Nossa Senhora do Livramento, século XVIII . 104
Estátua de São Stanislau Kostka 105
A famosa imagem de São Jorge 106
Altar da sacristia da Igreja do Colégio 107
O Palácio do Governo e a Igreja do Colégio, segundo
úm desenho de Willian John Burchll 108
A Igreja do Bom Jesus, segundo um daguerreótipo de 1841 109
A Igreja do Colégio em 1860 110
A ladeira do Colégio ou rua Municipal, em 1860 111
A Igreja e o Palácio do Governo. Daguerreótipo de Militão
de Azevedo feito em 1862 112
Projeto para o Palácio da Presidência da Província. Litografia
de Júlio Martin 113
A antiga rua Municipal em 1887, hoje General Carneiro . 114
Palácio do Governo e a Igreja do Bom Jesus em 1887 ... 115
Palácio da Presidência da Província e a Igreja em 1889 .. 116
Palácio do Governo de São Paulo em 1895 117
Vista panorâmica do Pátio do Colégio em 1895 118
O edifício da Tesouraria da Fazenda em 1899 119
O Pátio do Colégio em 1900 120
Palácio do Governo em 1900 121
O Pátio do Colégio e o Palácio do Governo em 1908 ... 122
Vista panorâmica do Pátio do Colégio em 1929 123
Palácio do Governo de São Paulo 124
Aspecto da Igreja após o desmoronamento do teto e da
cimalha, ocorrido em 13 de março de 1896 125
Foto do interior da igreja 126
Outra foto do interior da igreja 127
Resto de taipa do antigo Colégio dos jesuítas, em 1953 .. 128
Aspecto da Secretaria da Educação, antigo Palácio do
Governo, em 1953 129
Pintura no teto do torreão do Congresso Constituinte .. 130/131
A Secretaria da Educação em 1953 132
Restos de taipa do antigo Colégio dos jesuítas (1953) ... 133
Vista aérea do Colégio em 1971 134
O Colégio e a torre da Igreja em 1972 135
Tapume fechando o canteiro das obras (1975) 136

Canteiro das obras em 1975 137
Concretagem da laje sobre a cripta (1975) 138
A estrutura de concreto armado (1976) 139
A fachada da Igreja (1976) 140
Vista aérea do Colégio e da Igreja, parcialmente reconstruídos 141

ÍNDICE

Prefácio 7
O magno acontecimento 11
Paupercula Domus 15
Construção da Igreja e Colégio 21
Ereção de novo conjunto Igreja-Colégio 27
Projeto do Palácio Episcopal 37
Palácio dos Governadores 41
Documentação iconográfica 43
A arquitetura do Colégio 49
Fúria iconoclasta 53
Composição arquitetural da Igreja 57
O interior do templo 63
Os altares 71
A capela-mor 85
Berço e símbolo de São Paulo 93
Carta de restituição 98
Bibliografia 143
Índice das ilustrações 147

GRÁFICA MUNICIPAL — SÃO PAULO
1979